



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 116 - TERÇA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Alvaro Dias – PSDB-PR

1º Secretário

Efraim Morais – DEM-PB

2º Secretário

Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário

César Borges – DEM-BA

4º Secretário

Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19 LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 19 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) - 27 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM¹/PSDB) – 29 LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES LÍDER DO DEM – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 118ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE AGOSTO DE 2007

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Discursos do Expediente		
SENADOR MARCO MACIEL – Críticas ao excesso na edição de medidas provisórias, prejudicando as prerrogativas do Legislativo.....	25881	SENADOR PAPALÉO PAES – Incoerência no posicionamento do Presidente Lula com relação ao caos aéreo no País.....
SENADOR PAULO PAIM – Manifestação de solidariedade aos familiares das vítimas do acidente com o avião da TAM. Homenagem ao Deputado Júlio Redecker e ao Senador Antonio Carlos Magalhães, falecidos recentemente.	25884	SENADOR MARCELO CRIVELLA – Comentários à posse do Ministro Nelson Jobim no Ministério da Defesa. Considerações sobre o Projeto de Lei nº 122, que trata da Lei da Homofobia.
SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Leitura de Nota do Democratas, manifestando indignação com a atitude do Governo Lula de deportação de dois atletas cubanos.....	25889	SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Anúncio da vinda do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, ao Senado, para participar de audiência pública na subcomissão temporária que estuda o aperfeiçoamento dos marcos regulatórios.....
SENADOR MÃO SANTA – Considerações a respeito da democracia. Críticas ao governo federal pela falta de investimentos na saúde e na habitação.	25891	SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro do crescimento econômico auferido pelo país no primeiro semestre.
SENADOR MÁRIO COUTO – Pesar pelo falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães. Preocupação com a situação precária por que passa a Ilha de Marajó, no Pará.....	25894	SENADOR EDUARDO SUPILCY – Comentários sobre o artigo escrito pelo Presidente Lula, publicado no jornal O Globo , edição de ontem, intitulado “Uma parceria necessária”.....
SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Preocupação com as últimas denúncias divulgadas pela revista Veja desta semana, contra o Senador Renan Calheiros. .	25896	1.2.2 – Comunicações da Presidência
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Preocupação com a situação por que passa o Senado Federal, ante as novas denúncias veiculadas pela imprensa, contra o Senador Renan Calheiros. Críticas ao posicionamento do governo brasileiro com relação à deportação de atletas cubanos.....	25898	Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 julho de 1984, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade, que tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Câmara dos Deputados...
SENADOR EDISON LOBÃO – Registro do artigo intitulado “Tolerância Zero”, de autoria do Senador José Sarney, e da matéria “Coluna social JB”.....	25908	Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 37, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e Presidente de Comissão, em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato.
SENADOR RAIMUNDO COLOMBO – Reflexões sobre a perda de credibilidade do governo Lula. Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Governador Ivo da Silveira.....	25911	1.2.3 – Leitura de projetos
SENADOR VALDIR RAUPP – Exaltação pelo bom desempenho da economia brasileira. Cobranças de empenho do governo federal para a execução orçamentária.....	25914	Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que insere o inciso VII no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor que as licenças periódicas

dos profissionais da educação tenham a duração mínima de um ano e sejam concedidas pelos sistemas de ensino a cada sete anos de trabalho.....	25925
Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.....	25926
Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 ("Estatuto da Cidade"), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências.....	25935
Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2007, de autoria do Senador Edison Lobão, que acrescenta § 7º ao art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para determinar que o registro do contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento.	25947
1.2.4 – Leitura de requerimentos	
Nº 868, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista José Roberto Marinho, agraciado com o título de Personalidade da Educação, conferido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento.	25948
Nº 869, de 2007, de autoria do Senador Cris-tovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando o adiamento, para o dia 19 de setembro de 2007, da realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 27 de agosto de 2007, destinada a homenagear Dom Helder Câmara, no transcurso do oitavo aniversário de seu falecimento.....	25948
Nº 870, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do atleta Carlos Feitosa, que integrou a equipe de vôlei do Flamengo, na década de 60.....	25949
Nº 871, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Major Brigadeiro Gerseh Nerval Barbosa, ocorrido em 4 do corrente.....	25949
1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos	
Nº 142/2007, de 11 de julho último, comunicando que foi dado conhecimento àquela Comissão e encaminhado a seus membros, o Aviso nº 242/GMF (Aviso nº 19, de 26 de junho de 2007), que encaminha relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de maio de 2007,	

tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.....	25949
1.2.6 - Ofício da Presidente do Supremo Tribunal Federal	
Nº S/42, de 2007 (nº 1.183/2007, na origem), de 25 de julho último, comunicando que deferiu o pedido de medida cautelar formulado, <i>ad referendum</i> do Plenário e até o julgamento final, da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.929.	25950
1.2.7 – Comunicação da Presidência	
Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de Sessão Especial amanhã, dia 7, às 10 horas, destinada a homenagear o Sr. Antonio Ernesto Werna de Salvo, nos termos do Requerimento nº 812, de 2007.	25950
1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR GERSON CAMATA – Registro de decisão da BR Distribuidora, de investir na ampliação da rede de distribuição de gás no Espírito Santo.....	25951
SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Exaltação à força e capacidade dos atletas brasileiros participantes dos Jogos Pan-Americanos.....	25952
SENADOR ROMERO JUCÁ – Destaca o papel desempenhado pela Funcionário, fundo de pensão da Caixa Econômica.....	25952
1.2.9 – Comunicação da Presidência	
Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de Sessão Deliberativa Ordinária amanhã, dia 7, terça-feira, com Ordem do Dia anteriormente designada.	25953
1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADO FEDERAL	
2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 53ª LEGISLATURA	
3 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
CONGRESSO NACIONAL	
9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESO NACIONAL	
10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 118^a Sessão Não Deliberativa, em 6 de agosto de 2007

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS.) – Peço a palavra para uma comunicação inadiável, logo que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o primeiro inscrito.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel. Em seguida, o Senador Paulo Paim fará uma comunicação inadiável.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, representante do Amapá nesta Casa da Federação; Sr^as e Srs. Senadores, entre os quais gostaria de saudar os Senadores Mão Santa, Heráclito Fortes e Paulo Paim, a quem faço votos de pleno restabelecimento de seu filho, “tão importante quanto legislar é uma fiscalização vigilante da administração e ainda mais significativa do que a lei é a instrução e orientação em assuntos políticos que o povo pode receber de um Congresso disposto a discutir às claras os problemas nacionais”. essas palavras, Sr. Presidente, que conservam enorme atualidade, foram proferidas em 1884 por Woodrow Wilson, então professor de Economia política na Universidade de Princeton e, posteriormente, Presidente dos Estados Unidos da América do Norte durante dois mandatos, em instantes difícil da comunidade internacional, posto que durante a I Grande Guerra Mundial. São do Presidente Woodrow Wilson duas grandes iniciativas: a chamada mensagem de 14 pontos, que buscava antecipar o término da guerra e a tentativa, não bem sucedida, da criação da sociedade das nações que antecedeu a criação da Organização das Nações Unidas. Foi a primeira tentativa de estabelecer, no início do século XX, uma organização internacional que hoje se materializa pela ONU.

Faço essas considerações, Sr. Presidente, porque Woodrow Wilson define, com essa citação que acabei de fazer, de forma tanto precisa quanto sintética, o importante papel do Poder Legislativo. Não me refiro, é óbvio, aos parlamentos existentes em Roma e na Grécia que ajudaram a forjar as incipientes democracias na antiguidade clássica; eu me refiro, antes aos hodiernos parlamentos surgidos após a chamada Revolução Inglesa (século XVII), que contemplam, além da função legiferante, novas competências e prerrogativas, especialmente de fiscalização e controle da administração pública, ao lado da tarefa de grande fórum de debates de todas as questões, transformando o Congresso Nacional, o Parlamento brasileiro, “na palavra da nação”, conforme certa feita expressou um pensador francês Ernest Renan.

Sr. Presidente, malgrado a ampliação dos predicamentos do Congresso Nacional, ninguém pode desconhecer como proeminente a missão da Câmara Federal e do Senado Federal de elaborarem normas jurídicas, de distintas hierarquias, conforme expressara Hans Kelsen através da figura de uma pirâmide em cujo vértice se situaria a constituição.

Tais considerações, Sr. Presidente, têm o objetivo de chamar a atenção para fenômeno que marca o nosso País pela drástica redução da prerrogativa do Congresso da iniciativa de propor e votar leis, em virtude da utilização pelo Poder Executivo do instituto das chamadas medidas provisórias. É oportuno recordar que, ressalvado o ocorrido com a Constituição de 1988, em todos os demais casos, a função de legislar pelo Executivo foi adotada sempre em períodos excepcionais da vida institucional do país ou, dizendo melhor, em períodos autoritários da vida do País, a saber: em primeiro lugar a Proclamação da República. Obviamente aí não foi um movimento autoritário, mas com a queda da Monarquia e consequentemente a proclamação da república o então Presidente da República se muniu de poder de baixar decretos-leis até a promulgação da primeira Constituição Republicana, de 1891. O segundo exemplo, Sr. Presidente, foi após a Revolução de 1930, com o Governo Provisório que se instalou sob a direção de Getúlio Vargas. Getúlio Vargas, como

todos nós sabemos, foi Presidente da República sob quatro modalidades diferentes. Primeiro, como chefe de uma Revolução vitoriosa, que pretendia melhorar as instituições republicanas e os costumes do País. E, nessa condição, se conservou até a Constituição de 1934. Em 1934, ele se transformou em Presidente eleito, indiretamente, pelo Congresso Nacional. E, finalmente, 1937 (com a polaca – Constituição de 1937), ele se converte, com o chamado Estado Novo, em um Presidente com amplos poderes autoritários. Ele outorgou a Constituição de 1937, extremamente autoritária e que, inclusive, fechou o Congresso Nacional – não foi um mero recesso, fechou o Congresso Nacional: Câmara e Senado –, nomeou intrometores, salvo em Minas Gerais, em todos os Estados da Federação. E, em muitos casos, também, nomeando intrometores para os municípios. Um outro exemplo que eu daria foi o Regime Militar, em 1964, por intermédio do Ato Institucional nº 2 que também se legislou por intermédio de um instituto semelhante às medidas provisórias, os chamados decretos-leis.

Repetiu-se posteriormente em 1967, com a Constituição que foi promulgada pelo Congresso, resultante de um projeto do então Presidente Castelo Branco. Finalmente, com a Emenda Constitucional nº 01/69, editada, como nos lembramos, pela Junta Militar.

Gostaria de, em rápidas palavras, Sr. Presidente, lembrar que o instituto jurídico denominado medida provisória foi criado pela Constituinte de 1997/1998. Decorreu da tosca adaptação ao regime presidencialista vigente em nosso País de igual dispositivo da Constituição Parlamentarista da Itália, de 1946, dos chamados “provvedimenti provvisori”. Aliás, são permitidos somente em três casos: segurança nacional, calamidade pública e normas financeiras.

Na versão brasileira, as medidas provisórias – que são características de regime parlamentarista, o que ocorre na Itália e, com outro nome, também da Espanha - foram, contudo, bem mais permissivas do que os decretos-leis utilizados pelos sucessivos governos militares, pois limitado era seu objeto. No Ato Institucional nº 2 era relativo à segurança nacional; na Constituição de 1967 à segurança nacional e às finanças públicas; na Emenda nº 1, de 1969 - a que já me referi e que foi editada pela Junta Militar – a segurança nacional, finanças públicas, criação de cargos públicos e fixação de vencimentos desde, ressalte-se, “que não houvesse aumento de despesa”.

Por aí veja, Sr. Presidente, vejam, Sr's e Srs. Senadores, que era extremamente limitado o alcance das medidas provisórias.

Para agravar a situação, a Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001 – mais uma

das emendas feitas à atual Constituição –, é um caso explícito da emenda pior do que o soneto, pois adotou critério diferente do que vigorou no AI-2, na Constituição de 1967, na Emenda nº 1 de 1969, no texto original dessa mesma Constituição de 1988 e na matriz italiana desse instituto jurídico para aqui transplantado. Penso que no transplante há sempre o risco da rejeição e, como não poderia deixar ser, esse quadro se observa aqui no Brasil.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Ouvirei V. Ex^a em segundos, só vou concluir esse raciocínio.

Em todos esses casos, as disposições relativas à edição de decretos-lei e das medidas provisórias obedeceram ao princípio de Direito Público de que só é permitido o que está legalmente previsto, isto é, previram as matérias em que é permitida sua edição. A famigerada Emenda Constitucional nº 32, de 2001, à qual aqui acabei de me reportar, obrou no sentido contrário, adotando o critério de Direito Privado de que tudo é permitido, exceto o que está legalmente proibido, e inverteu a lógica até então predominante em matéria constitucional, prevendo apenas os casos em que o uso das medidas provisórias é proibido.

A Emenda nº 1, de 1969, editada pela Junta Militar, limitou os decretos-leis a três casos explicitamente definidos e ainda os restringiu à condição de que não houvesse aumento de despesas, hipótese que as medidas provisórias mal transplantadas do texto italiano não previram, o que permite dizer que ainda são mais permissivas nesta matéria do que os decretos-leis reinstituídos no nosso Direito Constitucional pelo regime militar.

Ademais, a Emenda nº 32, de 2001, estabeleceu procedimento que muito contribuiu para engessar o funcionamento das duas Casas do Congresso Nacional ao prescrever, no § 6º do art. 62 da Constituição, que “se a medida provisória não for apreciada em 45 dias, contados da sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das duas Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações da Casa em que estiver tramitando”.

Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, sei que V. Ex^a também já tratou desse assunto na Casa, mas eu gostaria de fazer essas explicitações para chamar a atenção da gravidade em que se encontram as instituições representativas – leia-se Senado Federal e Câmara dos Deputados – em virtude dessas medidas provisórias que muitas vezes estão sendo editadas sem observar as exigências constitucionais e os critérios de urgência e relevância.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, o País deve muito a V. Ex^a, mas espera muito mais do que deve. V. Ex^a está aí. É oportuno conversarmos. Aqui está o Senador Papaléo Paes. Sei que a democracia é muito complicada, mas ninguém pode esquecer que o 16º Presidente norte-americano, Abraham Lincoln, em Gettysburg, disse: “Minhas palavras não vão santificar nada; o que já santificou este cemitério foi a morte daqueles que deram a vida para salvaguardar o governo do povo, pelo povo e para o povo”. Depois, em outra guerra no mundo, em meio à confusão para que fosse restabelecida, Winston Churchill disse que era muito difícil a democracia, mas, apesar das dificuldades, era o melhor regime que ele conhecia no mundo. E onde ela nasceu foi muito difícil: rolaram até cabeças nas guilhotinas, Robespierre, Danton. Aqui também nós tivemos saídas. V. Ex^a acaba de se referir à saída de um período de exceção. Mas o País foi muito feliz. E eu pediria ao Luiz Inácio... Ele diz que não gosta de ler, que não gosta de estudar. Ele diz que ler uma página de um livro dá uma canseira pior do que fazer uma hora de esteira, mas ele deveria ver, por exemplo, um filme, o documentário sobre Getúlio Vargas. V. Ex^a já leu **O Diário de Getúlio Vargas?** Olhe, Senador Marco Maciel, ô homem que trabalhava mais do que nós três juntos, eu, V. Ex^a e Papaléo Paes. Sabe o que é isso, Senador Papaléo? De madrugada, o homem estava trabalhando, estudando; no sábado, no domingo. O importante é que, quando ele sentia cansaço, ele saía com o ajudante-de-ordens, ia de Laranjeiras, que V. Ex^a conhece, à Cinelândia, assistir a um filme. Autoridade moral. Mas ele entrou, e fez uma guerra para entrar, não é? Dizem que a eleição foi corrupção no tempo... Contra o paulista, não é? Depois os paulistas quiseram tomar o Governo dele, em 1932. Depois o fascismo integralista. Quiseram derrubar. E, no fim, ele enfrentou a segunda guerra mundial. Mas, com isso tudo, o Luiz Inácio devia aprender: foi ele que fez o TRE, quer dizer, dando os caminhos da democracia. E saiu pacificamente. Depois ele voltou nos braços do povo. Mas os militares foram inteligentes, porque eles salvaguardaram a alternância do poder, fizeram um rodízio entre eles. Foram cinco; não ficou só um. Quer dizer, estamos analisando a história. Mas V. Ex^a está aí, nós estamos aqui, e somos culpados. O nosso Presidente, Renan Calheiros, daquela tribuna – e ganhou meu voto: fidelidade ao partido –, disse que iria diminuir essas medidas provisórias, mas elas estão aumentando. Então, eu queria a firmeza dele nisso. E V. Ex^a aí. Estou na cadeira de Antonio Carlos Magalhães. Vou até tirar o nome dele para baixar a coragem dele. Mas, pelo que consta – e será uma grandeza; eu não sou, é V. Ex^a –, quando se fala em salvaguardar a éti-

ca, V. Ex^a deve ser o Presidente da Comissão, porque é do seu Partido. Eu não sei de V. Ex^a, mas eu vi, por exemplo, o Heráclito, lá na Jamaica, inspirar-se no nome de V. Ex^a nesses momentos difíceis. Então, V. Ex^a tem muita responsabilidade. Sei que V. Ex^a já foi Ministro da Casa Civil, já foi Ministro da Educação, mas, como Presidente da Comissão ou mesmo como Senador, com o seu passado, V. Ex^a tem que nos ajudar nisso. Essa medida palhaça que aí está, do meio ambiente, não tem a urgência de medida provisória. Eu fui prefeitinho, havia o decreto-lei no tempo revolucionário. Eu o usei, mas existe a lei. Esta Casa é para fazer lei. O Senador Papaléo já fez uns três pronunciamentos, mostrando que essa medida do meio ambiente não tem urgência; pode ser feita uma lei. E mais ainda: V. Ex^a é lá do Pernambuco bravo, heróico, de tantas lutas. Só não gostei de terem tirado o Nassau, porque ele trouxe muito progresso para o Brasil! Mas, naquele Pernambuco heróico, V. Ex^a representa a firmeza. V. Ex^a tem o dever moral, não pode permitir. V. Ex^a também tem de chamar o Presidente Renan para que seja firme. Esta Casa faz parte do jogo democrático que, como disse Churchill, é complicado, mas é o melhor. Analisamos os vetos do Presidente da República. Se o Luiz Inácio não entende desse jogo democrático da tripartição do poder, isso não é meu problema. Quero até orientá-lo. Está aí o Paim, que é bom e pode dar umas aulas. Mas V. Ex^a e o Renan têm a obrigação de mostrar firmeza, trazendo para cá, amanhã logo, o veto do Presidente da República para analisarmos. A Câmara Municipal de Parnaíba analisou e às vezes derrubou meus vetos, e eu não fiquei zangado. Na Assembléia de Teresina – eu governei o Estado –, analisaram, derrubaram os meus vetos. Isso faz parte, não fiquei diminuído, aceitei o jogo da democracia, como disse Mitterrand, que deixou esta mensagem, Senador Papaléo Paes: “Fortalecer os contrapoderes”. Então, eu penso que fortaleci a Câmara Municipal de minha cidade e o Poder Legislativo. V. Ex^a, que não pode negar sua origem de pernambucano, poderia, logo amanhã, usar de sua influência e liderança, que ninguém contesta não só no seu Partido, mas em todos, para que pudéssemos analisar o veto da Sudene, que é sua, que é nossa, que é do Piauí. Então, são as palavras que queria proferir. Ninguém pode perder a esperança e a confiança. O povo está esperando que o Senado se reafirme como Poder Legislativo.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, eminente Senador Mão Santa. A propósito do aparte de V. Ex^a, faria três brevíssimas considerações. Em primeiro lugar, V. Ex^a lembrou, com propriedade, que, durante o tempo em que governou o País como Presidente provisório, após a Revolução de 30, Getúlio

Vargas criou a Justiça Eleitoral, e o Brasil foi um dos primeiros países a adotar o sistema de Justiça Eleitoral Especial, que cogita apenas os problemas ligados às eleições e aos Partidos políticos, que não deixa de ser muito importante. Em segundo lugar, como eu disse, Getúlio Vargas foi Presidente da República de quatro formas distintas: como Presidente provisório; eleito indiretamente pela Constituição de 1934; no Estado Novo, presidindo de forma autoritária o País; e, finalmente, a quarta hipótese em que governou o País: eleito de forma direta, em 1950, não concluindo o mandato por motivos de conhecimento de todos.

Por fim, V. Ex^a citou em seu aparte outra questão extremamente relevante: os vetos. Já estamos com mais de 900 vetos em apreciação no Congresso Nacional. Há uma PEC de minha autoria prestes a ser votada nesta Casa que busca resolver essa questão. Mas isso está limitando o andamento das atividades do Congresso Nacional, porque os vetos também passaram pela Emenda nº 32, de 2001. Os vetos são também trancadores de pauta, ou seja, contribuem, ao lado das medidas provisórias, para que o Congresso Nacional não possa deliberar com a agilidade que a sociedade dele espera.

Sr. Presidente, para concluir e voltar ao tema das medidas provisórias, é notório que o Poder Executivo vem exercitando cada vez mais e com enorme freqüência a faculdade de baixar medidas provisórias, e, como disse há pouco, sem observar os pressupostos previstos na Constituição, de relevância e urgência.

Na prática e a um só tempo, o excesso de medidas provisórias, associado ao sobrerestamento da votação das matérias em tramitação, como já assinalei, produz como efeito a procrastinação da agenda de trabalho do Poder Legislativo e o retardamento do cumprimento de suas importantes atividades.

Convém ter presente a observação de Hans Kelsen ao sustentar que “o controle de providências urgentes” – o que equivale hoje às medidas provisórias – “resulta tanto mais importante desde o momento em que, neste campo, qualquer violação da Constituição significa um atentado à fronteira entre as respectivas esferas de competência do Poder Executivo e do Parlamento”, isto é, nós praticamos aqui o regime da tripartição dos Poderes, concebido por Montesquieu.

Apenas para exemplificar, Sr. Presidente - vou ler somente dois parágrafos -, e em abono do verificado no Senado Federal, conforme se extraí das atividades de plenário nos primeiros cinco meses de legislatura – a legislatura que se instalou em 1º de fevereiro deste ano –, de 57 sessões deliberativas pautadas no período, na realidade, houve a apreciação de matérias legislativas somente em 28 delas, menos da metade,

portanto, do total. Nas restantes 29 sessões, a Ordem do Dia esteve obstruída em virtude das chamadas medidas provisórias, por força do sobrerestamento de votação de qualquer outra matéria enquanto as medidas provisórias não são apreciadas.

As diferentes Constituições brasileiras, Sr. Presidente, consagraram o princípio de que os Poderes são independentes, embora devam ser harmônicos. O uso limitado do instrumento da medida provisória parece derrogar essa tradição republicana de equilíbrio dos Poderes, impedindo o Congresso Nacional de funcionar em sua plenitude como Casa da representação popular, viga mestra da instituição democrática, ou seja, da própria democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, como orador inscrito, sem prejuízo na ordem das inscrições. V. Ex^a tem vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, provavelmente, não usarei os vinte minutos.

Nesta tarde, faço o meu primeiro pronunciamento após o recesso. Para mim, este é um pronunciamento triste em todos os sentidos. O meu recesso foi de quinze dias dentro de uma UTI. Um dos meus filhos, Jean, fez uma operação de redução de estômago, em Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. Os médicos informaram que, infelizmente, devido a uma infecção generalizada, ele não teria muitas possibilidades de continuar vivo. Sua possibilidade de continuar a viver estaria entre 2% e 5%. Depois que ele ficou aproximadamente quatro dias na UTI, eu tomei a decisão de levá-lo para Porto Alegre. Em Porto Alegre, ele ficou 25 dias na UTI e sofreu mais sete operações – ele já tinha feito duas operações no Espírito Santo. Felizmente, neste fim de semana, ele saiu da UTI. Os coordenadores da recuperação do menino foram o Dr. Crespo, cirurgião, e o Dr. Josué, Coordenador da UTI do Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre. No momento, ele ainda está em recuperação, mas seu estado não deixa de ser grave.

Faço este comunicado, Sr. Presidente, para justificar meu afastamento do Congresso Nacional por praticamente 30 dias: 15 dias foram de recesso, e os 10 dias restantes foram por esse motivo.

Confesso que a frase que mais usei durante esse período, Senador Mão Santa, Senador Papaléo Paes e tantos outros Senadores, foi a seguinte: “Senhor meu Deus, meu filho está em suas mãos. Peço ao Senhor um milagre”. Hoje, acredito muito que, com a força da

Medicina, evidentemente, e a de Deus, vamos vencer essa batalha. Meu filho vai voltar a caminhar nas ruas do nosso Rio Grande e, quem sabe, contar essa sua história de muita dor. Para se ter uma idéia, hoje ele não pode tomar água, em nenhuma hipótese, até fazer mais duas operações.

Sr. Presidente, eu também não poderia, neste momento de tanta dor para mim e, naturalmente, para a mãe dele e para os irmãos, deixar de falar sobre o acidente da TAM.

Eu estava na UTI do Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre, quando soube do acidente, que envolvia cerca de 200 pessoas, entre elas dezenas de gaúchos, líderes sindicais, empresários, políticos, executivos, advogados, donas-de-casa, estudantes, crianças, professoras, enfim, cidadãos de várias regiões do Brasil e do Rio Grande.

Como forma de externar meus sentimentos, listei aqui o nome de cada um que faleceu nesse gravíssimo acidente. Eu gostaria, Sr. Presidente, de homenagear cada um, mas não o farei, porque não quero fazer aqui nenhuma homenagem maior ou menor. Tenho certeza de que, como falamos muito no Rio Grande, todos os que faleceram nesse acidente não estão mais aqui, mas foram pelear nas plagas infinitas das estâncias do céu, ao lado de Deus.

Eu poderia falar aqui da Nadja; do Luis Fernando; da Julia; da Sonia; da Catilene; da Nelly; do Paulo; da Kátia; da Mery; do Júlio Redecker – que foi Deputado Federal na mesma época em que fui – um brilhante Deputado, que aprendi a respeitar. Nem sempre tínhamos as mesmas posições, mas ele era um lutador, um guerreiro, um homem que pensava efetivamente no bem do Rio Grande e do Brasil. Eu poderia falar do Carlos, do Ivalino, do Atílio, do Rune, do Paulo, do Marco, da Andréa, do Andrei, do Luis, do Antonio, da Valdemarina, da Raquel, do Carlos Alberto, podia falar do Sandro, da Soraya, da Jaqueline, do Bernardo, da Rebeca, da Fabíola, podia falar da Sueli, do Anderson, do Valdir, do Fernando, do Carlos, do Silvan, da Michele, do Fabiano, podia falar do Vitacin, da Carla, do Carlos, da Carmem, poderia falar do Eduardo, da Eliane, poderia falar de todos, Sr. Presidente. Mas creio que, com essas pequenas citações, lembro aqui, na verdade, o nome de cada um daqueles que faleceram nesse trágico acidente. A todos os familiares, deixo aqui minha solidariedade. Sei que, neste momento, nem minhas palavras, nem as de ninguém farão diminuir a dor que estão sentindo.

Lembro-me aqui, Sr. Presidente, das “tricoteiras” – as aposentadas e pensionistas –, como eram conhecidas as diretoras e sócias do Sinapers. Participei de inúmeros eventos com elas, em audiência pública,

aqui, no Senado, sobre os precatórios; e em audiência pública, lá, na Assembléia Legislativa. Eram lutadoras, de cabelos brancos. Infelizmente, grande parte delas, lutadoras, de cabelos brancos, morreu nesse acidente. Mas digo, Sr. Presidente, que a luta delas não foi em vão; a luta delas e a luta de todos os aposentados e pensionistas que ainda sonham com dias melhores para os brasileiros e, principalmente, neste caso, para todos os aposentados e pensionistas.

Lembro, mais uma vez, o Júlio Redecker, Deputado Federal. Senador Mão Santa, estive com ele, certa vez, em grande evento interamericano, que reuniu mais de 100 Parlamentares no Rio Grande, na cidade de Gramado. Recebi a incumbência de falar pelo Governo brasileiro sobre um tema tão importante, do qual Júlio Redecker era especialista, exportação. E, aí, Senador Couto, no momento do pronunciamento, eu lhe disse: Júlio, conheço o tema não tanto quanto vocês. O que me disse Júlio Redecker? “Não te preocipes, Paim. Faça o discurso político de acordo com seu entendimento sobre o tema; e a questão técnica eu resolvo”. Com isso, ele fez com que aquele auditório aplaudisse ambos, quando o especialista na matéria era ele. Essa é a postura de um grande homem; e, aqui, rendo-lhe, então, minhas homenagens.

Com certeza, o Brasil perdeu uma grande Liderança. Sua sensibilidade, seu espírito de luta nos aproximava em muitos momentos, ao longo da nossa caminhada no Congresso. Nem sempre concordávamos, mas sempre nos respeitávamos, até no momento da divergência. Nunca esquecerei, inclusive, o conforto, a solidariedade que recebi dele, dentro do avião, no momento mais difícil da minha campanha ao Senado da República.

É com pesar que vejo a perda de Júlio. Fico com sua imagem de guerreiro, de lutador, de extrema competência. Levo no peito imenso carinho e respeito a ele como homem e como Parlamentar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Paim, ouvi aqui, em silêncio, seu discurso. Divido com V. Ex^a – evidentemente, guardadas as devidas proporções – a dor que sentiu com a doença do seu filho. Nós, seus amigos Senadores, acompanhamos os fatos daqui. V. Ex^a é bravo e é guerreiro; e é guerreiro para tudo, até para enfrentar a hora difícil que enfrentou. Daí por que me sinto reconfortado em vê-lo aqui, retomando suas atividades de Senador da República, ainda com o filho convalescendo, com a mente dividida entre os deveres de homem público e de pai. Por isso,

eu não poderia deixar de prestar-lhe esta homenagem, talvez também produto de amizade e de admiração, que varam anos. Eu também gostaria de me associar a V. Ex^a pela homenagem que presta à extraordinária figura de Deputado e de homem público que foi Júlio Redecker. Tivemos oportunidade de conviver na Câmara dos Deputados. V. Ex^a, mais próximo dele, por ser seu conterrâneo; mas, do meu distante Piauí, pude admirar a luta, a bravura do Júlio. Ele foi acidentado de maneira grave, escapou da morte há algum tempo. Acompanhamos o episódio. Ficou imóvel, lutou com toda a garra e toda a força e retornou a esta Casa. Era um Parlamentar altamente atuante; atuante, solidário, um grande companheiro. Associo-me a V. Ex^a e ao povo do Rio Grande do Sul por esta perda inestimável. Portanto, Senador Paulo Paim, vai aqui a palavra do amigo, do admirador, que tem por V. Ex^a respeito e, acima de tudo, carinho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, quero expressar minha satisfação ao ver que seu filho se recupera – e se recupera bem – da cirurgia a que foi submetido. Espero que, por ser ainda uma pessoa bastante jovem, possa se restabelecer totalmente, trazendo conforto a toda a família. Devo aproveitar, à semelhança do nobre Senador Heráclito Fortes, para também manifestar a V. Ex^a e, por seu intermédio, a todo o povo do Rio Grande do Sul, meu pesar pelo falecimento no acidente da Tam do Deputado Júlio Redecker. Tive a oportunidade de conhecê-lo quando ele militava na JDS – Juventude do Partido Democrata Social, partido a que tive a honra de pertencer e que depois desapareceu em função do movimento chamado Aliança Democrática, que tornou possível a eleição da chapa Tancredo Neves-José Sarney. Sempre vi em Júlio Redecker um jovem líder muito dedicado, com grande vocação política, com grande sentimento partidário. Desfrutava de muito conceito em seu Estado. Dias antes do falecimento dele, encontrei-me com o ex-Ministro Pratini de Moraes, que falava do papel que Redecker cumpriria na defesa do agro-negócio. Com Redecker, convivi no Congresso Nacional e fora dele, ao tempo em que estava na Vice-Presidência da República. No ano passado, compareci ao casamento de uma de suas filhas e, uma semana ou dez dias antes do acidente, ao cumprimentá-lo, por telefone, pelo aniversário, ele me falou estar investido das funções de Líder da Minoría na Câmara e gostaria de conversar comigo para discutir programas e projetos que desejava executar ou já executava. Senti uma dor muito grande quando

tomei conhecimento de que entre os falecidos se encontrava o Deputado Júlio Redecker. E, se já estava muito penalizado e traumatizado com tantas mortes, quase duzentas, a morte dele me deixou muito triste. Sei que a vida não se mede por quanto se vive, mas como se vive. Ele viveu pouco, mas de forma intensa e, mais do que isso, doando seu espírito público às causas do seu Estado e do País. E, por isso, V. Ex^a faz bem em lembrar sua memória neste instante e homenageá-lo pela contribuição que ele deu às instituições brasileiras. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

Em seguida concederei o aparte ao Senador Mão Santa. Mas, antes, eu gostaria de dizer que este é um momento de muita dor por aquelas famílias que perderam seus entes queridos no acidente.

Para mim, é um momento de muita dor também, pois, calculem V. Ex^as que, em trinta dias, o menino já sofreu nove operações e passará por mais duas ainda. E claro que estou com muita fé em Deus, e também na Medicina, de que ele se salvará.

Mas, antes, Senador Mão Santa, acho que este momento não é só da minha dor. Procuro ver a dor de todos aqueles que perderam seus familiares.

E não poderia neste pronunciamento, já que é o primeiro que faço depois do recesso, deixar de falar também do Senador Antonio Carlos Magalhães. Então, Senador Mão Santa, em seguida passarei a palavra a V. Ex^a, pois não poderia deixar de falar aqui, independentemente da matriz ideológica ou partidária, da morte do Senador Antonio Carlos Magalhães. Sempre tive uma relação respeitosa com o Senador Antonio Carlos Magalhães. Com ele, com certeza, consegui aprovar inúmeros projetos, na Câmara e no Senado. Essa relação é antiga. E não nego nunca as minhas relações com os homens, enfim, com os seres humanos, independentemente da questão partidária. Iniciou-se nos tempos ainda de Eduardo Magalhães. Lembro-me de vários momentos em que defendemos o mesmo ponto de vista, como, por exemplo, o aumento do valor do salário mínimo.

Sou testemunha – até porque defendo essa bandeira há mais de vinte anos aqui no Congresso – de que o Senador Antonio Carlos Magalhães defendia, como eu defendia, o aumento do valor do salário mínimo.

A imagem mais agradável e mais carinhosa que tenho dele, com certeza, foi a aprovação aqui no Senado de três estatutos de minha autoria: do idoso, da pessoa com deficiência e da igualdade racial. Ele que era polêmico e regimentalista disse nos três casos: “Se depender de mim, Senador Paulo Paim, vamos acelerar os prazos do próprio Regimento, porque os

três estatutos merecem aprovação". A atuação do Senador Antonio Carlos Magalhães foi fundamental, principalmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por isso, quero também aqui registrar minha solidariedade. Sei que era um homem polêmico, mas a democracia é feita por homens e mulheres também polêmicos. E a discordância e a polêmica é que fazem com que você aponte para o futuro com respostas que atendam ao interesse da sociedade. E o Senador Antonio Carlos Magalhães cumpria com muita competência esse papel, cada vez que, com aquela convicção enraizada e com muita firmeza, ele aqui defendia os seus pontos de vista.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim, eu lamentava a ausência de V. Ex^a e não sabia o motivo. Mas só a sua ausência nesses dias já era motivo de tristeza aqui. Mas, quanto a seu filho, V. Ex^a, mesmo nessa dificuldade, nessa adversidade, dá um ensinamento a nós e ao País quando diz que entrega a Deus, demonstrando a sua fé em Deus. Eu me lembro de um cirurgião, com quem aprendi, Ambroise Paré, que dizia: "Eu os trato, Deus os cura". Ambroise Paré, um grande cirurgião francês. Então, realmente, está nas mãos de Deus, como disse V. Ex^a. E, também, querendo me solidarizar com o voto de pesar pelo falecimento do Deputado com todos os gaúchos. Eu acho que os gaúchos escreveram, como no passado, na Revolução Farroupilha, com tanto sofrimento, até o sacrifício dos Lanceiros Negros, sem dúvida nenhuma, depois disso veio a República, veio a Libertação dos Escravos. E, com esse sofrimento da família gaúcha, que V. Ex^a representa, e que perderam tantos entes queridos, como o nosso Deputado Júlio e tantos outros. Que o sacrifício da família gaúcha nos sensibilize para que haja melhores dias para o desenvolvimento aéreo do nosso País. Quero associar-me à fé de V. Ex^a. Também sou Francisco. São Francisco disse-nos: "Onde houver desespero, que eu leve a esperança". Faço um convite a V. Ex^a, com a mesma fé. Lá em nossa região, no Nordeste, temos a cidade de Canindé. Poderemos ir agradecer a São Francisco. No Piauí, há outra cidade: Santa Cruz dos Milagres. Essas são as cidades onde o povo nordestino deposita sua fé para conseguir os seus milagres. Convido V. Ex^a para, quando sairmos vitoriosos da recuperação de seu filho, visitarmos aqueles templos de fé da tradição cristã do Nordeste.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero encerrar o meu pronunciamento. Ouvirei o Senador Mário Couto, o Senador Garibaldi e depois encerrarei.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, primeiramente quero externar minha admiração por V. Ex^a. Eu, nesses seis meses de Casa, tive a grata oportunidade de conhecê-lo. Sinceramente, Senador, tenho um carinho e uma admiração muito grande por V. Ex^a, pela sua maneira de ser, humilde, um homem que escuta todos, sério, dedicado, um homem trabalhador, um homem que vi uma vez na tribuna prestar conta do seu trabalho ao seu povo. V. Ex^a ganhou a minha admiração, saiba disso. Vou fazer igual ao Mão Santa, acho que o pior já passou, Senador, o pior já passou. Deus lhe atendeu. Deus atende às pessoas boas, V. Ex^a é uma pessoa boa, tenho certeza disso. O seu caráter já demonstra muito bem a bondade de V. Ex^a, e Deus escuta essas pessoas. É muito difícil o momento que V. Ex^a atravessa. Todos sabemos o carinho que um pai tem por um filho. E é muito difícil pensar, neste momento em que V. Ex^a está na tribuna, que o seu filho está hospitalizado em estado grave. Não sei como V. Ex^a agüenta, é muito difícil, a dor é profunda. Mas tenha certeza de que o pior já passou. E vou fazer igual ao Mão Santa, vou orar, vou rezar, pedir a Nossa Senhora de Nazaré que possa trazer a saúde do seu filho e convidar V. Ex^a para, no próximo Círio, ir a Belém assistir ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, à qual vou fazer uma promessa em louvor ao seu filho. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, pode ter certeza de que se Deus permitir estarei lá, atendendo, não a um pedido, mas quase que à prece que V. Ex^a e o Senador Mão Santa fizeram para a recuperação do menino.

Estou mesmo com muita esperança. As suas palavras são as que tenho dito para ele: Jean, resista. O amor de pai e de muita gente está com você. Deus está dentro de você. Você vai sair desta. Você é um peleador, você é um lutador. Você vai vencer, com a ajuda e a solidariedade de todos.

Há muita gente rezando, orando. É bonito, em uma hora dessas, ver as pessoas dizendo "não posso fazer nada, mas saiba que estou fazendo orações pela salvação do menino". Só isso já dá a ele muita força.

Nestes momentos em que falava com ele, ele dizia "pai, me cortaram a água". Eu dizia: Jean, você não pode tomar água, mas a água não te fará falta neste momento porque o soro é que realmente te mantém. Ele fez uma operação no pescoço, cujo nome específico não me lembro.

Por isso, estou com muita esperança. Uso novamente a sua frase: o pior já passou. Tenho certeza de que, com a ajuda de Deus e da Medicina, ele vai passar por essa.

Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, Senador Raimundo Colombo.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, também quero trazer a minha solidariedade a V. Ex^a, a exemplo dos meus colegas, e dizer que estamos confiantes de que o seu filho vai recuperar a saúde e de que a sua família vai enfrentar todas essas provações. Deus vai realmente salvá-lo, porque já se diz há muito tempo, e com muita sabedoria, que um pai não pode enterrar um filho. Quero dizer a V. Ex^a, então, que as preces que eu também puder fazer, farei pela saúde do seu filho. Quero lamentar estes últimos dias, que foram de muita tristeza para todos nós. A tristeza do acidente do avião da TAM...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Foram 200 vidas que se foram. A tristeza da perda do Deputado Júlio Redecker e a tristeza também, para nosso Estado principalmente, da perda do Deputado Nélio Dias, que era o Presidente Nacional do Partido Progressista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem lembrado, Senador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Então, quero dizer a V. Ex^a que todas essas perdas nos deixaram muita tristeza, mas também nos deixaram um legado. Cada um daqueles que se foram deixou conosco uma responsabilidade maior. Mas volto a dizer: seu filho vai viver porque um jovem como ele certamente tem muito ainda a dar. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concluo com o aparte do Senador Raimundo Colombo, considerando-me, desde já, agradecido a todos os Senadores que fizeram aparte e a todos os Senadores que, de uma forma ou de outra, fizeram contato conosco, dando sua solidariedade.

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentar V. Ex^a e reconhecer essa força interior que faz com que V. Ex^a supere esse momento difícil. O senhor, que é um homem vitorioso, fez e faz uma carreira política bonita e enfrenta essa adversidade. Mas essa fé, essa força, essa sua energia, certamente influenciou seu filho e toda a sua família a superar esse momento difícil. O Jean – tenho certeza, sou um homem de fé – vai vencer, vai superar e vai ser um exemplo para todos nós. Portanto, o senhor cumpre muito bem a sua missão de pai nessa hora difícil, nessa hora de superação. Mas o senhor é esse homem vitorioso que se mostra forte e à altura desse desafio. Tenho certeza que o Jean também vai estar junto conosco lutando e sendo um exemplo para

todos nós como o senhor é. V. Ex^a lembra também a memória de Júlio Redecker com quem convivi na Câmara, essa pessoa tão especial e, dito nas suas palavras, conterrâneo do Rio Grande do Sul, o que nos deixa assim tão saudosos e reconhecidos pelo Júlio. Força, Senador Paim. Vai dar tudo certo e conte com as minhas orações também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Raimundo Colombo.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que muitos dos que estão nos ouvindo podem ficar com uma impressão errada: “Ah, não é só o seu filho que está sofrendo!” Eu respondo, neste momento, de forma não muito alegre, mas satisfeita com a solidariedade que recebi do Senado da República. Mas, neste momento, porque às vezes a disputa político-partidária entra em campo, foi muito especial, Senador Papaléo Paes, o apoio que recebi dos Senadores Zambiasi e Simon. Eles não estão aqui neste momento. Mas faço questão de registrar que estiveram lá, durante um longo período, no meu Estado, em nome do Senado da República, me dando todo o apoio.

E faço este registro, também, prestando contas, porque eu não sou de me afastar da Casa. Mas foram trinta dias em que não estive aqui. Eu estava lá, na UTI. Acabei dentro do hospital e só saí de lá no dia em que ele foi para o quarto. Por isso faço essa justificativa agradecendo a todos que rezaram e que estão rezando. Vou participar ainda nesta sexta-feira de um culto ecumênico não somente ao meu filho, mas a todos que estão nos hospitais, sofrendo. Essa é também uma forma de solidariedade à família de todos que faleceram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O Regimento não permite ao Presidente fazer um aparte, mas quero aqui renovar a nossa solidariedade a V. Ex^a e a toda a sua família pela recuperação do Jean. É o que esperamos.

Sabemos do sofrimento de um pai ao ver seu filho em uma UTI. Médico que sou, posso avaliar o sofrimento por que passa V. Ex^a. Mas V. Ex^a recorreu a Deus e Ele mostrou a luz da recuperação para o seu filho e o conforto para os senhores. Lembro que o conforto que Deus nos dá nos leva a ter forças para confortar pessoas que, tanto como nós, dele precisam nos momentos adequados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, rogaria a V. Ex^a, apelando até para a compreensão do Senador Garibaldi Alves Filho, que me concedesse a palavra para uma comunicação de interesse partidário de caráter altamente relevante.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É uma comunicação partidária.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sim, Excelência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, passo a ler agora, para conhecimento desta Casa e da Nação, nota que acaba de ser emitida pelo Partido dos Democratas.

A Comissão Executiva Nacional dos Democratas vem publicamente manifestar sua indignação com o fato de o Governo Lula ter colocado o aparato de inteligência do Estado brasileiro para a localização, captura e a rápida deportação dos dois atletas cubanos que desertaram da delegação de seu país durante os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em busca de um futuro de liberdade.

Causa espécie a utilização do serviço de inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública como um prolongamento da polícia política do Ditador Fidel Castro, bem como o curíssimo espaço de tempo entre a captura e a deportação dos atletas Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara, que foram localizados e detidos na última quinta-feira e, já na noite desse sábado, foram embarcados num vôo com destino a Cuba.

Os Democratas lamentam que, enquanto se preparava para impetrar **habeas corpus** contra a “liberdade vigiada”, imposta aos atletas pelo Governo do Presidente Lula, esse foi eficiente como nunca antes visto para devolver os pugilistas para as mãos do ditador cubano.

O Partido declara à sociedade brasileira sua apreensão com o destino que aguarda Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara, pois o Governo de Cuba inicialmente anunciou que os atletas não seriam presos. Após o embarque, contudo, revelou que ficarão eles retidos em casas especiais do Estado, onde poderão receber a visita de seus familiares.

Por fim, os Democratas consideram que será de integral responsabilidade do Governo Lula os constrangimentos físicos e psicológicos impostos aos atletas cubanos, bem como qualquer tipo de punição política que venham a sofrer em seu país.

Brasília, 6 de agosto de 2007. Rodrigo Maia, Presidente dos Democratas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nada mais absurdo do que se ver o Governo do Presidente Lula tomar, de maneira arbitrária e precipitada, essa decisão. Os atletas, independentemente de suas desavenças políticas com o seu país, estavam aqui de maneira legal, tinham passaportes com prazo de permanência no Brasil. Ainda que esses passaportes tivessem sido retidos, o que é muito comum nos países totalitários, pelos chefes das delegações, mesmo assim, eles teriam um prazo de 30 dias para regularizar suas situações.

O Presidente Lula, que durante muitos anos pregou direitos humanos pelas ruas deste País, de repente nos desaponta ao permitir que a máquina policial do seu Governo entrega, de maneira precipitada, esses dois jovens atletas que fugiram e demonstraram que para seu país não queriam voltar.

Eu não sei, Senador Mário Couto, o que o Partido dos Trabalhadores poderá agora dizer sobre direitos humanos; que autoridade terá de voltar a falar, em praça pública, sobre liberdade. O cerceamento da vontade desses dois atletas representa e justifica a vaia que Lula levou no Maracanã, a vaia antecipada, é claro, mas me parece que premonitória.

Não se faz isso, Senador Colombo, com dois jovens que tiveram a coragem, talvez movidos pelo desespero, de tentar uma fuga do seu país, deixando famílias, amigos atletas, bens, uma grande parte das suas vidas, para se aventurarem em um país distante, com diferenças que começam na própria língua e outros costumes, mas em busca de algo que jamais encontrariam lá: liberdade.

E olha que sabemos que atletas em Cuba e em países que não primam pela democracia têm tratamento especial, têm regalias. Imaginem os outros! Portanto, Senador Mão Santa, ao fazer este registro, faço-o também na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Peço a V. Ex^a e aos Senadores que participam dessa comissão que, na próxima reunião, aprovem uma convocação dos responsáveis por esse ato. Trata-se de um ato ilegal contra as liberdades democráticas neste País. O Governo não podia, meu caro Presidente Senador Papaléo Paes, agir da maneira como agiu. Esses rapazes tinham de ser ouvidos! A opinião pública tinha de ter tomado conhecimento da situação! Tinha de ser dado a eles o direito de pelo menos um advogado, para que eles pudessem se defender! Sei não – não sei mesmo – para onde essa gente quer levar este País.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto, com o maior prazer.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, dou os parabéns a V. Ex^a e a

seu Partido pela atitude de apresentar à sociedade brasileira os fatos lamentáveis que envolveram os dois atletas cubanos. Senador Heráclito Fortes, fato lamentável também foi a atitude do ditador cubano em retirar toda a delegação cubana antes do término dos jogos. Esse é realmente um comportamento de ditador. A seleção brasileira de voleibol recebeu as medalhas, a seleção dos Estados Unidos, vice-campeã de voleibol do PAN, recebeu as medalhas, mas o terceiro lugar, que era de Cuba, ficou vago, porque os atletas não foram receber a medalha. O que significa isso para o Brasil? Significa muito: é um ato simplesmente de desconsideração ao próprio Presidente Lula! A delegação de Cuba foi a única a cometer esse absurdo de se retirar das competições antes de elas terminarem. Foi um fato muito desagradável que chocou, com certeza absoluta, a sociedade brasileira, que não esperava isso. No entanto, de um ditador tudo se pode esperar, inclusive a sorte desses dois atletas. O que se espera que vá ocorrer com esses dois atletas, Senador Heráclito Fortes? Fez muito bem V. Ex^a responsabilizar o Governo brasileiro sobre o que acontecer a esses dois atletas. Fez muito bem o seu Partido. Por isso, quero, mais uma vez, parabenizá-lo. Fico aqui muito inquieto com o futuro desses dois jovens. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço, Senador Mário Couto, o aparte de V. Ex^a e ouço, com muita alegria, o Senador Raimundo Colombo, nosso companheiro de Democratas.

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Senador Heráclito Fortes, quero cumprimentar V. Ex^a – e também o nosso Partido, o Democratas – por trazer essa questão ao Senado Federal e à opinião pública brasileira. Quando era mais moço, eu tinha muita simpatia por Che Guevara, queria conhecer melhor as suas idéias. Pois isso, quando era Deputado Estadual, fiz uma viagem a Cuba, para conhecer a sua realidade, para ver se o que se dizia era verdade. E constatei, de forma muito clara – esta é uma opinião minha, pessoal –, que havia falta de liberdade, que a imprensa era totalmente manipulada, dominada pelo Governo. Voltei de lá com a pior das decepções e formei ainda mais a minha convicção de atuação política no campo das liberdades. Erra profundamente o Governo brasileiro ao agir dessa forma, e temo muito pelo que vão sofrer os dois atletas. E nós temos que ficar atentos, acompanhar os fatos, chamar a atenção do Governo, para que ele atue e esses dois atletas tenham um tratamento decente. Preocupa-me muito a forma como o Governo fechado, antidemocrático, de Cuba, vai tratar esses jovens que buscaram construir o seu sonho de liberdade de outra forma. Portanto, parabéns a V. Ex^a. Sensibiliza-me a

atuação do nosso Partido, porque certamente defende o justo e o certo. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Raimundo Colombo, a história brasileira tinha uma página da qual todos nós queríamos nos esquecer, que foi, na ditadura Vargas, a entrega da cidadã alemã Olga Benário ao Reich.

E a história está aí para contar o que sofreu Olga ao retornar ao seu país.

Espero, até mesmo torcendo pelo destino desses dois rapazes, que a biografia do Presidente Lula não seja manchada por uma atitude semelhante. Poderíamos, Senador Mão Santa, dentro do império da lei, julgar os rapazes, ouvi-los, dando-lhes oportunidade de defesa, mas não permitir, da maneira como foi feita, na calada da noite, que esses rapazes retornassem sem garantias e sem segurança no que diz respeito ao futuro deles.

Senador Mão Santa, com o maior prazer!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo DEM, que está dando uma grande contribuição a este País. Recentemente, recorreu à Alta Corte, ao Supremo, pela maior vergonha da democracia: a falta de fidelidade e o fato de os parlamentares se venderem mensalmente. O corruptor era o Governo, e a justiça já se manifesta. E é triste. Eu gostaria de dizer que conheço Cuba – outro dia sobrevoamos, quando, juntos, fomos à Jamaica, onde há a aquela alegria da musicalidade. É uma ilha menor do que Cuba, mas em que há liberdade, alegria, felicidade. Eles podem e não vão mesmo porque gostam da Jamaica. Cuba, está aí o exemplo, mas o que me entristece, Papaléo, é que um jovem que traduz o melhor da nossa geração, idealizado por liberdades, ajudou a construir aquele País. Quando se vai, a imagem não é de Fidel, não; é de Che Guevara em todos os postos, em todas as repartições. Heráclito, eu queria que ficasse gravada aqui a mensagem de Che Guevara para o Luiz Inácio. O Luiz Inácio disse que não gosta de ler, de estudar, que ler uma página dá uma canseira e é melhor fazer uma hora de esteira. Mário Couto, Che Guevara disse “se és capaz de tremer de indignação diante uma injustiça ocorrida em qualquer lugar do mundo, és um companheiro”. V. Ex^a e o DEM estão sendo esses companheiros. Essa é uma injustiça! É o direito da liberdade, da conquista da liberdade e o nosso Governo escreve uma das páginas mais tristes comparados justamente na ditadura Vargas quando a mulher do grande Luís Carlos Prestes foi arrastada, entregue ao nazismo, torturada e, sem dúvida alguma, assassinada. Esse vai ser o futuro desses jovens. Posso dizer porque recentemente estivemos em Miami e

fui em Nova Havana. Vi a felicidade dos cubanos que se liberaram, as riquezas e as alegrias. Eles contavam lá que quando Fidel adoeceu, eles fizeram carnaval. E nós fazemos proliferar esse regime ditatorial que tira a liberdade do mundo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Mário Couto, o que revolta é exatamente o fato de o Governo ter agido na calada da noite, quando sabia que *habeas corpus* seria impetrado na segunda-feira, hoje, para dar, pelo menos, aos atletas o direito de suas defesas. Não. Colocaram esses rapazes em liberdade vigiada e, num golpe de desrespeito às normas democráticas deste País, fizeram a deportação. A Justiça brasileira precisa se manifestar sobre este caso, inclusive o Supremo. Nós vamos provocar uma manifestação, porque é um absurdo. Não tem, Sr. Presidente, justificativa nenhuma para a atitude tomada.

O Senador Mário Couto lembrou muito bem a ausência dos atletas no final dos Jogos Pan-americanos. E aí o Governo brasileiro é compreensível e bonzinho: aceitou a antecipação de vôo, de data de vôo comercial, prejudicando os passageiros comuns que viajariam pela empresa cubana, além da falta de respeito.

Essa política adotada na América Central – como vem sendo adotada pelo Presidente Lula – ainda vai dar muito trabalho ao Brasil. Onde em alguns países funcionários subalternos, ideologicamente ligados, engajados à figura do governo, mandam mais do que diplomatas de carreira?

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está inscrito para usar a palavra para uma comunicação inadiável, após o Senador Mão Santa.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar de V. Ex^a uma providência idêntica à que foi solicitada há pouco pelo Senador Mário Couto, a de ter oportunidade de fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o segundo inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito, sem prejuízo na ordem das inscrições. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Mário Couto, para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, que preside esta reunião de segunda-feira, 6 de agosto; Senadores e Senadoras presentes na Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal, eu sou otimista, Senador Garibaldi, inspirado em Juscelino Kubitschek, um médico como eu, cirurgião de Santa Casa, foi Prefeito, Governador, foi humilhado e tirado daquela cadeira; foi cassado, Senador Papaléo. Mas Juscelino disse que era melhor ser um otimista, pois o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando.

Papaléo, nós vivemos um momento de dificuldades na democracia. Mas a democracia foi difícil. Sómente 1789 anos depois de Cristo, ela se consolidou. Foi na França. Antes houve ensaios na Grécia, a Filosofia. Mas consolidou-se quando o povo derrubou os poderosos, os reis. Simbolizando todos eles, Garibaldi, está Luís XIV, que disse “*L’Estat c’est moi*” – o rei sou eu –, absoluto. E eles perduravam porque o povo imaginava que o rei era o deus da terra e que Deus era um rei no céu. Mas o povo, gritando “liberdade, igualdade e fraternidade”, fez caírem os reis.

Nós somos retardatários. Cem anos depois é que essa brincadeira chegou aqui. Nossos amigos norte-americanos, para manter isso tudo, tiveram guerras para manter a liberdade, porque o grito era de liberdade, igualdade e fraternidade. Aí, Abraham Lincoln disse que aquele País não podia ser metade livre e metade escravo, porque a casa dividida seria facilmente derrubada – inspirado na Bíblia, não é? E, numa dessas guerras, morreu tanta gente, Papaléo, que ele foi inaugurar um cemitério para enterrar os mortos. Uma das últimas batalhas. Cemitério de Gettysburg. Muitos falaram. E ele foi muito rápido: palavras não significavam nada, porque aqueles já tinham santificado o terreno com as suas mortes pelo regime da liberdade e da igualdade, para que não pencesse nunca o governo do povo, pelo povo e para o povo.

E nós estamos aí. Ela é difícil! Ela é difícil! Ela é complicada. Na própria França, onde ela nasceu, consolidada a divisão do poder em três – e aqui está um deles humilhado, desgastado e enfraquecido –, roaram cabeças. Lá foi difícil. Aqui também foi, está sendo. Tivemos uma ditadura civil, uma militar e agora uma anarquia. Mas nem tudo está perdido.

Li, no jornal do meu Estado, **O Dia**, lá no Piauí, um artigo: “Saudade Ética”, de Ernesto Marinho Magalhães, jornalista. O pai dele, professor Ribeiro Magalhães, Garibaldi, em 1972, eu o combati antes do Ulysses aqui. Fizemos uma chapa do MDB em plena ditadura, Mário Couto, na cidade de Parnaíba.

Eu combati o pai desse homem. Mas quero dizer que ele é mais virtuoso do que o próprio filho diz. Nós vencemos, porque ele estava lá no partido dos militares, e nós já sonhávamos com essa liberdade. Por isso, Garibaldi, ô Garibaldi, é assim a nossa história, em 1972. Sei que V. Ex^a vem de um tio que é anterior à luta democrática. Até o tio dizia: "Meus meninos", referindo-se a V. Ex^a e ao Presidente da Câmara.

Falo de 1972, Papaléo. Ulysses veio em 74. Fizemos uma chapa com Elias Ximenes do Prado, para vencermos o pai. Hoje quero dar um atestado. Depois, Deus permitiu-me ser Deputado Estadual com esse homem.

"Saudade Ética", de Ernesto Marinho Magalhães. Olha, Ernesto, seu pai era ainda melhor do que você descreve. Combates da política democrática. Fui contra; ele morreu. E Ernesto recorda que, há 20 anos, seu pai morreu.

Quero dizer, Garibaldi, que a política era assim: com homens de vergonha, ética.

No meu entender – eu que falo com o povo, e é o governo do povo, pelo povo, para o povo –, ética é vergonha na cara; não vamos complicar as coisas, não. Esse era do Partido da Arena, da ditadura, mas era um homem de vergonha. Havia homens de vergonha. Fui adversário dele. Inatingível. Eu ainda vou escrever. É porque não tenho o dom. Ele é jornalista, filho do escritor.

Mas, Garibaldi, foram os políticos que nos atraíram. Homens de ética, de vergonha na cara.

Mário Couto, por que sou assim como Juscelino, otimista? Cristo. Já houve tempo, no começo do Senado, Mário Couto, que tinha de declarar que era cristão católico para assumir. Outro não assumia. A história. Mas somos cristãos. Mário Couto, eu ainda tenho ânimo e otimismo. A Igreja de Cristo, a Católica, sofreu horrores, era bispo e papa vendendo lugar no céu, tendo filhos, entrando na política, tomando as terras do mundo. Aí vem um movimento: Lutero. E deu um jeito nisso. Melhorou. Estão em cima como nós estamos.

Acho a diversidade uma bênção disfarçada.

Senador Colombo, na Itália do Renascimento, houve um dos Parlamentos mais importantes, e Cícerô o simboliza para a História do mundo. A Itália deu o exemplo de Senado, mas lá também houve dificuldades. Houve um governante, Calígula, que fez do seu cavalo senador. Calígula era poderoso e botou seu cavalo branco Incitatus no Senado.

Recentemente, o Parlamento da Itália contou com Norberto Bobbio, o maior símbolo da teoria democrática. Senador Mário Couto, lá há cinco Senadores vitalícios, pessoas de muito mérito que enriquecem o

Parlamento, e Norberto Bobbio, que morreu recentemente, era um deles.

Então, lá, nessa Itália, Norberto Bobbio deixou uma mensagem que quero deixar aqui, como Cícerô, que ensinou e disse, Senador Papaléo Paes, que só tem um grande bem, o saber; só tem um grande mal, a ignorância. Num País em que nosso querido Luiz Inácio diz – e não há nenhum conselheiro para ele – que ler uma página de um livro – foi ele que disse – dá uma canseira e que é melhor fazer uma hora de esteira... Senador Mário Couto, Cícerô disse que só tem um grande bem, o saber, e que só tem um grande mal, a ignorância. E eu digo que a ignorância é audaciosa, a ignorância que chegou ao Governo. É este o momento.

O mínimo que um povo tem de exigir do seu Governo é segurança. E pergunto às brasileiras e aos brasileiros: há segurança no Brasil? Segurança para a vida, para a liberdade e para a propriedade? E agora?

A ignorância é tal que a globalização, Papaléo, não é negócio só de rolagem, de pegar o avião da TAM e voar, não. A globalização, Garibaldi, é do Direito, o Direito Internacional. Os atletas não desejavam mais morar em Cuba, e Sua Excelência o Presidente da República, mal orientado, mal aconselhado, prendeu-os como criminosos. É um passo. São aquelas orelhas que ele diz ter duas para ouvir. Mas o grito do povo é pela liberdade, igualdade e fraternidade.

Isso foi um atentado à democracia do mundo. Eles pelearam, Mário Couto, pela liberdade. São essas pequenas coisas que vão nos entregando ao retrocesso da democracia. Mas esta é a Casa. Saudade e ética.

Então, isso existiu, Papaléo. Eu não sei, mas eu fiz política estudantil, Mário Couto, e comecei com Juscelino. Garibaldi, nós temos que estar aqui é para ensinar. No dia em que não houver essa razão de ensinarmos... O Senado nasceu para ser o pai da Pátria. Foi esse o simbolismo. Deus disse: "Moisés busque os mais velhos, os mais sábios, que lhe ajudarão a carregar o fardo do povo".

Por que citei Juscelino? Eu vi. Ô Garibaldi, eu sou testemunha da História, atraído por Juscelino. No limiar do seu governo, no fim de seu governo, ele vai a Fortaleza, entre 1955 e 1960. Eu ia fazer vestibular para Medicina. Mário Couto, eu fui atraído. Era Juscelino! Eu não fui cantor para Roberto Carlos me atrair, ou jogador como Pelé... Médico cirurgião, soridente e alegre.

Senador Garibaldi, fui arrastado. Juscelino, nos últimos dias de governo, vai à Faculdade de Direito, e já existia esse negócio de Esquerda e de Direita. Isso me lembra guarda de trânsito. A minha doutrina é cristã, é de Cristo. Entendeu, Mário Couto? Mas

sei que acompanhei Juscelino, Senador Garibaldi, à Faculdade de Direito. Eu não cursava Direito, pois fiz vestibular de Medicina.

Garibaldi, um grupo desses de esquerda, comunistas, eles estavam começando a nascer, esses que ensinaram a vaia. Por isso minha santa mãe ensinou: quem semeia vento colhe tempestade. Quem inventou esse negócio de vaia a autoridade foram eles, foi o PT. Vaiaram Juscelino. Sabe o que ele disse, Mário Couto? Eu vi. Garibaldi, veja a diferença entre um e outro. Eu vi. Agora, o povo cearense – e eu gosto dele, pois estudei lá – gosta de uma brincadeira, de uma molecagem.

Um dia, quando eu era estudante, Senador Mário Couto, chovia muito, ninguém foi a aula e ficamos num abrigo da Praça do Ferreira. Senador Garibaldi Alves Filho, depois de cinco dias, apareceu o sol, e vaiaram-no. Sei que esboçaram uma vaia a Juscelino. Juscelino riu e disse o seguinte: “Feliz do povo que pode vaiar o seu Presidente!” Ó diferença! Ó estadista! E então vieram os aplausos. E não foram os aplausos, não. Senador Garibaldi, eu estava na Faculdade de Direito e sei que Juscelino, depois dessa frase, saiu a pé. Os estudantes seguiram-no, e eu também saí atrás dele. Eu não era do Direito; ia cursar Faculdade de Medicina. Fomos rumo à Praça do Ferreira, onde tínhamos vaiado até o sol, quando eu estudava lá, e ele entrou num abrigo, no Pedão da Bananada do Ceará. Senador Heráclito, Juscelino estava sorridente e o povo o acompanhou. Evidentemente, tinha que haver oposição. Saí a pé. Eu e muita gente. Ele, então, foi à Assembléia, que ficava bem perto – hoje não se situa mais naquele local –, e foi tomar um cafezinho. Os Deputados todos lá, na roda, e eu, ali, estudante, vendo aquela figura democrática sem segurança. Isso, nos últimos dias do seu governo, Heráclito. Ele tomou um cafezinho, e havia ali um homem que traduzia o homem nordestino, de chapéu vaqueiro. O Juscelino, rodeado, porque ia para a Assembléia, e o povo veio a pé depois. A vaia se transformou em aplauso, em reconhecimento. Ele estava saindo do governo.

Senador Papaléo, eu estava do lado, também queria encostar. Vi o caboclo que representava todos os nordestinos, de chapéu. Mas não pôde se encostar, porque não era Segurança; eram os Deputados, de paletó. Ele intimidou-se, mas não resistiu. Colombo, sabe o que ele gritou na hora? “Ô Presidente pai dé-gua!”. Pai dégua, no Nordeste, é macho, é realizador, é empreendedor. Já lhe chamaram de pai d’égua, Garibaldi? Muitas vezes, ele dava leite aos pobres. Essa é a diferença.

Este Senado tem problema? Tem. Mas este Senado é o melhor em 183 anos. Estamos aqui hoje, se-

gunda-feira; e já ouvi muitos pronunciamentos sérios, começando por Marco Maciel.

Papaléo, do Amapá, como diz o caboclo, “rodou a baiana” e não deixou passar a medida provisória na quinta-feira. Eu estava seguindo o Papaléo, e ele não votou mesmo, não.

Esta aqui é a Casa da igualdade. Aqui ninguém compra ninguém, não. Acabou o negócio de acordo. O Papaléo colocou a baiana para rodar, e sei que não se votou a medida provisória, porque ela era imprópria e indevida.

Então, esta Casa representa a força. Foi esta Casa que, em 183 anos, garantiu a este País a paz.

Ouvi o Presidente Sarney dizer que este Senado nunca faltou ao País. Mário Couto, eu, quis Deus, estava do lado. A política que nos atraiu foi formada por homens de vergonha na cara.

Parece-me que, em 1978 – Petrônio Portella era Presidente – fecharam este Senado para uma reforma no Judiciário. Votou-se. Os militares não gostaram e mandaram fechar. Eu estava do lado de Petrônio Portella. Canhões, cavalarias. Fecharam o Congresso. Ali, o problema era moral; autoridade é moral. Vieram e fecharam. À imprensa, Petrônio Portella só disse uma frase: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Só. Ô Mário Couto, sou testemunha disso, eu estava do lado dele.

Eu era novo. “Este é o dia mais triste da minha vida”. Ele não saiu de lá. Ficou. Isso abalou os chefes da revolução, da ditadura. E, em poucos dias, mandaram reabrir o Congresso, porque, com todos os defeitos que tiveram – **errare humanum est** –, os militares eram povo e compreendiam que esta Casa é a instituição mais importante para defender a liberdade, a igualdade e a fraternidade, que fizeram nascer a democracia.

Senador Heráclito, representante do DEM, é isto: se se permitir a retirada dos direitos democráticos, reage-se. É aqui! É aqui! Quantos queriam dizer o que estou dizendo e não podem? Mas nós podemos! Para tirar o Mão Santa daqui, é complicado! Podem inventar, podem fazer uma CPI para investigar minha vida toda. Não é, numa passagem, a pessoa fazer chantagem.

Desde 1970, eu voto contra eles, contra a ditadura. Calado, porque, na cidade, um amigo nosso era candidato do governo, mas já votei pela Oposição, pelo PMDB. Em 1972, nós fomos, e, de lá para cá, ocupei muitos cargos públicos.

Mário Couto, dou agora, para o Papaléo levar à Mesa, ordem para vasculharem toda a minha vida bancária. Que se faça uma CPI para investigar minha vida não por um dia, mas por toda a vida.

Aprendi isso com homens como Ribeiro Magalhães. Ô Heráclito, Ribeiro Magalhães! V. Ex^a tem de ler

o artigo *Saudade e Ética*, do filho dele, que escreveu para aquele que foi Deputado Estadual no Piauí.

Papaléo, queremos reafirmar aqui que a força deste Congresso é importante.

Tenho em mão o jornal **Folha vip Concursos**. Papaléo, meu retrato está aqui. Sabe qual é a lei que tramita no Senado Federal? É aquela que agora está na mão do Edison Lobão e que o nosso Antonio Carlos Magalhães tinha o compromisso de agilizar, referentemente ao projeto que beneficia candidatos a farem concurso. Hoje, o Governo Federal, Mário Couto, escolhe, pinça as maiores capitais e faz os concursos ali; e a sua Macapá, a minha Teresina e outras cidades ficam de fora. Portanto, não há igualdade. O Governo Federal tem instituições federais de ensino espalhadas pelo País. Então, que dêem igualdade de condições. O povo está acompanhando projeto de minha autoria que beneficia brasileiros e piauienses. Isso é o que quero dizer.

Isto é importante: temos de entender, Mário Couto, a finalidade deste Poder, que é fazer leis boas e justas. Se não as estamos fazendo é porque o Executivo cria medidas provisórias e não permite a tramitação de projetos como este nosso. Mas Papaléo resistiu. Por que não fazemos uma lei boa e justa para resolver o problema do Ministério do Meio Ambiente?

Outra finalidade é fiscalizar o Governo. Estamos fiscalizando-o. Sou contra este Governo. Não tenho rancor, carrego amor; não tenho ressentimento, carrego generosidade. Francisco, o santo, disse: "Onde houver ódio, que eu leve o amor". Mas por que, Papaléo, nós o combatemos? V. Ex^a é médico. Heráclito!? Tuberculose! Nunca houve tanta tuberculose neste País. Papaléo, em dois anos, a tuberculose já atingiu mais de 170 mil piauienses. Heráclito, veja a imoralidade! Sou médico. V. Ex^a sabe o que é isso.

Colombo, vou dar um testemunho: em 1960, fiz vestibular para Medicina. Papaléo, foi um dia triste. Eu tinha de fazer um raio X. Passei no vestibular e tinha o resultado do exame: deu uma mancha.

Olha, rapaz, ainda hoje eu gravo, para você ver como estamos vivendo irresponsavelmente: 170 mil no Piauí. Está aqui, no melhor jornal, *O Dia*. Olha aí, em dois anos.

Aí, entra, não entra. Papaléo, eu tinha passado e sonhado. A gente tem de ter esperança, e o meu sonho era ser médico. Mas aí apareceu um homem de Deus, um pneumologista, Gilmar Teixeira de Mourão. E não queriam deixá-lo, não. Você sabe como era a tuberculose, não é? Aí, ele disse: "Deixa!". E eu fui a ele, que era pneumologista, e estou aqui. Minha mãe tinha tido, antes, tuberculose. Ela morreu com 84 anos. Então, este País era responsável, está aqui. Ô, Heráclito, eu

conhecia o Lucídio tirando aquela abreugrafia, exame e tudo. Está aqui. É por isso que o Governo vai mal!

Havia 15, 16 ministérios! Hoje, 40 porcarias, cujo nome desafio quem saiba. Não sei o nome de seis ministros dos 40! Então, tiram dinheiro da segurança, da saúde e da educação para essas porcarias! Esse que o Papaléo impediu tem DAS, ô, Mário Couto, de R\$10.448,00. Os aloprados, sem concurso, vão começar ganhando R\$10.448,00! Como é que vai sobrar dinheiro para a tuberculose? A dengue?

Outro aqui que lhe quero mostrar.

Primeira página. Heráclito, V. Ex^a aí, Heráclito. **O Dia:** "A longa espera por um teto". Está aqui a família, na reportagem. Papaléo, está aqui: "Sem-teto espera por casa há dois anos". Da enchente, Heráclito. Nós nos matamos aqui, ficamos eu e o Heráclito, dentro da madrugada, lutando pelo Orçamento, metendo infra-estrutura, metendo para resolver esse problema, Heráclito. E, dois anos depois da enchente, está lá o povo esperando. Só promessas, só enganação.

Esse dinheiro é aí. Então, o segundo item, Papaléo: fazer leis, fiscalizar o Governo. Eu estou fiscalizando. Outro dia, falei da dengue. Agora é da tuberculose e da habitação. Está lá. A gente se mata porque, quando faz no Orçamento, não é uma lei? E o dinheiro? Eles não obedecem à lei.

Mas a outra necessidade desta Casa... Teotônio Vilela, o pai do nosso amigo que é Governador das Alagoas, definiu a função desta Casa, Papaléo: parlar. Ele disse: "É esta: lutar falando e falar lutando". E é o que estamos fazendo aqui, nesta segunda-feira, aquilo que definiu Ulysses Guimarães: "Ouça a voz rouca das ruas". Isso é o que tenho ouvido e, depois de ouvir essa voz rouca, falar para o Presidente da República, em nome do povo brasileiro: "Presidente, afaste-se dos aloprados, ligue-se a Deus, seja temente a Deus, porque é um Governo que dá 3% de aumento para os aposentados e dá 140% para os aloprados, que entraram sem concurso, como diz a *Bíblia*, pela porta larga da vadiagem e da corrupção!"

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto, para uma comunicação inadiável, pelo tempo de dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, inicialmente, quero externar os meus sentimentos de profunda tristeza pelo falecimento do nosso amigo por quem, apesar de tê-lo conhecido nesses seis meses em que estou aqui, tinha profunda admiração: o Senador Antonio Carlos Magalhães. Manifesto os meus sentimentos de tristeza

pela morte deste admirável, competente, trabalhador e querido por todos, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que fez história nesta Casa e vai ficar, com certeza, eternizado em nossas memórias.

Sr. Presidente, estive nesses 15 dias de recesso na Ilha de Marajó.

Senador Heráclito, vim de lá novamente com a sensação de que o Marajó continua abandonado.

Senador Colombo, é triste ver o potencial da Ilha de Marajó e, ao mesmo tempo, um lugar abandonado. Se V. Ex^a tiver a oportunidade de visitar a Ilha de Marajó, ou se tivesse a oportunidade de visitá-la nesse período de recesso, iria ver o potencial turístico daquela ilha, quantas pessoas visitando a Ilha de Marajó, principalmente as cidades praianas de Soure e Salvaterra, onde existem praias maravilhosas de água doce, areia cristalina, branca, vegetação maravilhosa, clima altamente saudável. Na cidade de Salvaterra, por incrível que pareça, o vento não pára nas 24 horas do dia. Mas, se V. Ex^a chegar à Ilha de Marajó, não vai querer mais voltar. Pergunte por quê, Senador. Porque não tem mais transporte.

Ouvi pessoas dizerem assim: aqui é o paraíso, mas não volto mais ao paraíso, porque não tem transporte. O transporte foi colocado há vinte anos na Ilha de Marajó. São balsas que, a qualquer momento, vão dar problemas graves, como está acontecendo agora com o espaço aéreo brasileiro. Se não forem tomadas providências, Senador Papaléo Paes, com certeza absoluta, teremos problemas graves com o transporte para a Ilha de Marajó.

Quantas pessoas que foram à Ilha de Marajó agora vieram com certeza dizendo que estavam no paraíso, mas que não voltam mais porque o transporte é terrivelmente ruim. Energia elétrica – era o mínimo que poderiam fazer, Senador Mão Santa. Emprestaram ou deram para a Colômbia R\$20 milhões. Com esse dinheiro comprariam balsas ou navios para a Ilha de Marajó. Deram-no para a Colômbia e o povo da Ilha de Marajó sofre; quem lá vai sofre.

Quando é que o Presidente Lula, Sr. Presidente Papaléo Paes, vai lembrar da Ilha de Marajó, vai lembrar que lá existem seres humanos sofrendo e que ele pode realmente amenizar esse sofrimento apenas melhorando o transporte e a energia, meu caro Senador Mão Santa?

Como V. Ex^a falou: tem dinheiro sobrando, não fazem porque não querem.

A Governadora Ana Júlia Carepa... Olha o que diz o jornal **O Liberal**, como a coisa é de um contraste impressionante: não tem transporte para o Marajó, não tem energia no Marajó – energia que a toda hora vai embora; motores colocados por Almir Gabriel no

primeiro Governo 20 anos atrás. Há 20 anos! Um projeto pronto para se colocar energia da Hidrelétrica de Tucuruí, no Marajó, e não se toma a mínima providência, Sr. Presidente.

E a Governadora, olha aqui – se a TV puder chegar bem pertinho – está aqui. Esta é uma reportagem de Ronaldo Brasiliense, um dos mais conceituados repórteres deste País. Sr. Presidente, por que a Governadora não pega esse dinheiro, usado para contratar quatro assessores por dia... Nesse pouco período de tempo, a Governadora já contratou 700 assessores especiais. Assessores especiais! E transporte para o Marajó, zero; energia para o Marajó, zero; estrada para o Marajó, zero. E toma a contratar assessores especiais. E sabem quanto ganha cada assessor especial da Governadora? Não vou falar nem na cabeleireira; aqui não está incluído a cabeleireira nem o namorado... Nem a cabeleireira nem o namorado não estão incluídos aqui nos setecentos! Dizem no Pará que até o dia do Círio de Nazaré, que será agora no segundo domingo de outubro, ela bate a marca do Romário: vai contratar mais de 1000 assessores.

Os paraenses estão duvidando que ela vai bater a Romário. Até outubro, ela contrata mais de 1000 assessores. E sabem quanto ganha cada um? De R\$2.600,00 a R\$3.500,00. Absurdo! Tanto criticaram o Governo Simão Jatene e o Governo Almir Gabriel... Quanto criticaram os dois governos anteriores! Foram 12 anos de críticas. Agora, a Governadora Ana Júlia Carepa bate o recorde em pouco tempo, em seis meses, com a contratação de 700 assessores.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – São 700 assessores especiais! Isso não passa por Assembléia Legislativa, não passa por concurso público, isso não passa por absolutamente nada! Agora, calculem: será que uma Governadora de Estado, como o Pará, precisa de 700 assessores especiais? Pelo amor da Santa Filomena! Eu não consigo entender, Presidente! O que esses assessores especiais fazem? Ainda mais a cabeleireira! Ainda mais a cabeleireira...

Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a está com que jornal aí?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Liberal.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aqui está **O Estado de S. Paulo**: "Infraero tem excesso de assessores sem concurso". É tudo sem concurso! É a porta larga, que está na Bíblia, da vadiagem, da sem-vergonhice, da falcatrua. Ainda bem que Luiz Inácio não passou por lá. No Instituto Chico Mendes há dezenas de DAS-6

que vão ganhar R\$10.448,00, sem fazer concurso. São os aloprados. Por isso falta dinheiro para segurança, educação e saúde. Luiz Inácio, atentai bem! Gosto do Luiz Inácio, é uma figura simpática. Votei em Sua Excelência pela primeira vez, mas os aloprados tomaram conta e não deu mais. Talvez Sua Excelência nem saiba porque sempre diz: "Eu não sei, eu não vi". O Instituto Chico Mendes que estão querendo criar possui dezenas de DAS-6. O valor é de R\$10.448,00. Gente do Bolsa-Família: eles ganham R\$10.448,00 em um mês. Olha aí quanto vão receber! Essa é a "aloprado-cracia", o governo dos aloprados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas Senador Mão Santa, a coisa é muito simples para eles. V. Ex^a não viu, por exemplo, nessa crise aérea, que com famílias e famílias chorando a dor pela perda de um parente, a Ministra Marta Suplicy respondeu a um repórter simplesmente: "relaxe e goze"? É muito simples para eles.

O Ministro da Economia deste País atribuiu a crise ao avanço da economia brasileira. Aquele assessor (lembra daquele assessor que apareceu na TV Globo, fazendo aqueles gestos obscenos, lembra Mão Santa?), o povo brasileiro sabe o que é aquilo, aquele gesto que ele fez. Presidente, qualquer pessoa, qualquer brasileiro, que viu aquilo ali, sabe o que ele pretendia fazer, dizer com aqueles gestos obscenos. É uma estupidez, é uma irresponsabilidade. O homem ainda está lá no cargo, já devia ter sido demitido há muito tempo. E ainda vão analisar e avaliar se o gesto obsceno que ele fez lhe dá condições de ficar, de sofrer uma punição tranquila, não severa.

Papaléo, é preciso fazer uma meditação. Uma Ministra que diz ao povo brasileiro, Presidente, aqueles que estão sofrendo a dor da perda de um parente, são 400...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, são 400 famílias chorando a dor da perda de um parente, como aquela mãe que perdeu dois filhos de uma vez, será que essa senhora ainda tem condições de viver, Senador Colombo? Será que essa senhora ainda tem condições de viver?

E a Ministra Marta Suplicy diz ao povo brasileiro que relaxe e goze! Agora, vejam se os Ministros do Lula estão viajando de avião comercial. Segundo a reportagem da **Folha de S.Paulo**, eles estão viajando nos jatinhos da Força Aérea Brasileira, da FAB. Sabem por quê? Porque eles sabem o perigo que o brasileiro corre hoje viajando de avião.

A família do Senador Mário Couto entrou em pânico, e eu vim de Belém do Pará para Brasília

de ônibus. Percorri 2.100Km de estrada, e o único medo que tive foi de um avião cair em cima do meu ônibus. Era o único medo que eu tinha quando vinha de ônibus. É preciso seriedade neste País, é preciso seriedade!

Sr. Presidente, desço desta tribuna indignado com o que acontece neste País nesse momento. O Presidente da República merece ser vaiado. Se ele for à Ilha de Marajó e ao Pará, ele vai pegar vaia, e muita vaia. Não adianta fugir. Ele transferiu a viagem que ia fazer a Belém, onde o povo esperava por ele para dar vaia. Mas ele um dia vai lá e vai pegar vaia, porque ele está merecendo. As coisas estão acontecendo, e ele faz que não vê.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Está sempre protegido por estar do lado da desgraça. Essa é a proteção dele, pensando que o povo brasileiro é bobo. Mas o povo não é bobo, está vendo o que está acontecendo neste País e vai saber julgar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar da palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Peço a palavra, Sr. Presidente, como Líder do PSDB, no momento em que V. Ex^a julgar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a, Senador José Agripino, fará uso da palavra neste momento, para uma comunicação inadiável. Em seguida, pela Liderança do PSDB, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso a tribuna nesta tarde de segunda-feira para fazer uma comunicação que repto inadiável e que, honestamente, gostaria de não fazer. Mas, como membro desta Casa, desta Instituição, na preservação desta Instituição, como Líder de um Partido político, como intérprete que sou, porque fui eleito para sê-lo, da sociedade do meu Estado e do meu País, preciso revelar a V. Ex^{as} meu absoluto desconforto e fazer uma comunicação, Senador Raimundo Colombo.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a deve ter lido, como eu li, a revista **Veja**, a edição que circulou neste

fim de semana, trazendo na capa a figura do nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, com uma acusação que reputo gravíssima e que se soma às acusações de que vem se defendendo S. Ex^a, Senador Mão Santa, com investigações em curso no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

No Conselho de Ética, o Senador Renan Calheiros, com as provas de que dispõe, procura demonstrar ao País que os recursos destinados à Sr^a Mônica são de sua propriedade, oriundos da venda de bens de sua propriedade. Sobre as suas justificativas, pesam algumas dúvidas que estão sendo objeto de investigação por parte da Polícia Federal. Algumas manobras que reputo procrastinatórias foram adotadas no final de julho, começo de agosto, contra a nossa vontade e contra o nosso trabalho. Até aí se suporta; não se aceita, mas se suporta. Mas a revista **Veja** traz hoje uma denúncia que se soma na cabeça dos brasileiros às dúvidas que todos têm sobre a origem real dos recursos que o Senador Renan Calheiros diz serem seus e que pagaram à Sr^a Mônica através de uma interposta pessoa.

Agora a revista **Veja** traz uma notícia de que o Senador Renan Calheiros teria feito uma compra em parceria com o ex-Deputado Federal João Lyra, que seria sócio de uma empresa de comunicação, jornal e rádios; essa compra teria sido feita pelo Sr. João Lyra, mas na verdade seria uma compra parceira dos dois. Compra que não foi revelada, supõe-se, na declaração de Imposto de Renda nem em declaração de espécie alguma. Compra feita em valor vultoso de R\$1,3 milhão. Compra feita em valor vultoso pago em dinheiro, em espécie, em dólar ou em reais, em envelopes, como ocorreu com a Sr^a Mônica.

É uma longa história com documentos e com recibos e que termina por uma constatação: a de que pelo menos uma das rádios estaria hoje em nome do filho do Senador Renan Calheiros.

A mim, Senador Raimundo Colombo, preocupou-me muito a notícia da **Veja**, porque ela é muito consistente, é conclusiva, com começo, meio e fim. Ela traz muitas evidências. E me preocupou mais ainda uma declaração que vi em noticioso de televisão ontem de que a assessoria do ex-Deputado João Lyra confirmava que a operação tinha sido feita parceira, dele com o Senador Renan Calheiros, nunca declarada - o que coonesta a versão da revista **Veja**, que é uma revista de responsabilidade, segundo a qual, a exemplo da primeira investigação em curso sobre a origem do dinheiro para a Sr^a Mônica, essa segunda operação teria sido feita também com dinheiro sem origem.

Senador João Tenório, eu digo, lamentando muito que isso tudo tenha enodado a imagem da Casa a que pertencemos: sou uma pessoa de índole pacífica, não sou beligerante por natureza. Mas o sentido de autopreservação da Casa transforma até os mais pacíficos em pessoas empenhadas na preservação da dignidade. E eu não vou abrir mão da preservação da dignidade da Casa para a qual fui eleito.

Ontem, domingo, ao ler a matéria, comuniquei-me com o Presidente do Partido, Rodrigo Maia. Manifestei a ele a minha indignação com a repetição do fato, com o incômodo de que eu tinha sido alvo, num encontro que tinha tido com algumas centenas de pessoas que já sabiam do fato no Município do interior do meu Estado: das provocações, das cobranças que recebi de pessoas humildes com relação à dignidade da instituição Senado. Eles diziam que era o último baluarte. Não usavam esse termo porque eles não sabem o que é baluarte, mas cobravam a preservação da respeitabilidade do Senado, que estava, no entender deles - e que é o meu entender -, sendo presidido por um homem que estava sendo investigado e estava sob suspeita perante o País.

Eu conversava com o Deputado Rodrigo Maia e dizia que o nosso Partido – e era essa a opinião dele – tinha o dever de entrar no Conselho de Ética com uma representação. Era o mínimo, Senador Arthur Virgílio, que nós poderíamos e deveríamos fazer para preservar a responsabilidade cívica do Partido e a dignidade da Casa a que pertencemos.

O Deputado Rodrigo Maia foi inteiramente de acordo, e eu liguei para a Consultoria Jurídica do Partido e pedi a ele para começar os estudos e uma representação, que já está em elaboração.

Falei com V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. Falei hoje de manhã com o Senador Tasso Jereissati, porque desejo dividir essa eventual representação com V. Ex^as, do PSDB, e, se for o caso, com os companheiros do PDT, numa atitude coletiva que não tem sentido de vindita. Pelo contrário, tem o sentido da autopreservação de nós todos.

Ouvi o que ouvi de V. Ex^as e pedi uma reunião da minha Bancada no Senado, porque jamais, Senador Heráclito Fortes, tomaria uma iniciativa dessas sem dividir com os meus companheiros de partido – e quero dividir. Quero que a representação que o Partido vai desejar apresentar seja pactuada pelos membros do Senado, pelos membros do Partido no Senado. Quero fazê-lo numa reunião amanhã.

Senador Garibaldi Alves Filho e Senadora Rosalba Ciarlini, quero dizer do meu incômodo pessoal. Senador Mão Santa, não sei se acontece com V. Ex^a, mas a instituição Senado está fraturada; perante

o conceito da opinião pública, está fraturada. Fraturada não pela atuação de V. Ex^a, nem do Senador João Tenório, nem do Senador Heráclito Fortes, nem do Senador Mário Couto; não é pela atuação de nenhum de nós, mas da investigação que se processa em torno do Presidente da Casa, que está tirando a credibilidade da ação do Senado no seu dia-a-dia. Vou repetir: está tirando a credibilidade da ação do Senado no seu dia-a-dia.

Senador Mão Santa, eu já pedi, o Senador Arthur Virgílio pediu e tantos outros já pediram que o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, se licencie até o final das investigações para que esta Casa possa, pelo menos ela, como instituição, possa agir com dignidade, com credibilidade. O Presidente Renan insiste em não se licenciar. Na reunião que pretendo fazer amanhã com meus companheiros, vou propor que não votemos mais nada sob a Presidência do Senador Renan. Mais nada.

Eu sei que há uma matéria que tem de ser votada: o Projeto da Lei Geral das Microempresas, que só pode ser votada após a desobstrução da pauta, que está travada por quatro MPs. Vamos encontrar caminho para não prejudicar os microempresários do Brasil.

Uma coisa me incomoda, e me incomoda muito: passarmos ao País a imagem de que nós estamos em paz no Senado. Não estamos em paz coisa nenhuma, Senador Raimundo Colombo! Estamos constrangidos, e muito, perante nós mesmos e perante a sociedade pela investigação que não termina, pelo veredito não que foi dado, pelas acusações que são feitas ao Presidente que foi eleito.

Nós temos de encerrar isso tudo. Nós temos de passar para o País a nossa indignação; nós temos de mostrar que aqui nem todos são iguais; nós temos de dar a oportunidade, sim, ao Senador Renan Calheiros de se defender, de apresentar as suas evidências, e, ao final, votar. Mas, daqui até votarmos “sim” ou “não” para absolver ou para condenar o Senador Renan, é preciso que esta Casa tenha o direito de ser vista, e bem-vista, pela opinião pública. E eu só vejo um caminho: votarmos “não” sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, que, neste momento, é investigado, e isso significa investigação sobre o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Senador José Agripino, de fato, manteve contatos comigo e com o Presidente do meu Partido, Senador Tasso Jereissati, a respeito

dessa crise, por todos os títulos, lamentável, que envolve a instituição, a partir do fato que envolve o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros. Tomamos, o Senador Tasso Jereissati e eu, a providência imediata de convocar uma reunião de toda a Bancada do PSDB, que se dará amanhã, durante o almoço. Após esse fato, como é a praxe do Partido, eu me manifestarei da tribuna, livre e abertamente, para a Nação.

O fato é que, como está, não é possível que a situação perdure! Não é mais possível. Volto a dizer, pela milésima oitava vez, Senador João Tenório, que isso não é algo que me dê alegria, que isso não é algo que me traga felicidade, mas é uma constatação.

Eu gostaria de olhar pelo lado da simples e pura racionalidade, sem qualquer análise de caráter ético, olhando do ponto de vista objetivo, **hell politics** mesmo, procurando me colocar pelo ângulo de análise que pudesse fazer o Presidente Renan Calheiros. No começo, parecia que o Presidente Renan Calheiros teria possibilidades de manter o seu mandato a partir do momento em que se mantivesse na Presidência da Casa. Mas a sucessão de denúncias – agora, o Procurador-Geral da República, Antônio Fernando – e de fatos... Eu não me refiro aos fatos que a revista *Veja* requentou, mas aos fatos novos que têm de ser explicados, sim, pelo Presidente da Casa. São fatos confirmados pelo Sr. João Lyra e têm de ser explicados pelo Presidente da Casa.

Não é possível continuarmos assim. Se a todos esses fatos juntamos a obstinação com que reage à sugestão que temos feito de se afastar da Presidência da Casa o Senador Renan Calheiros, veremos que eles só têm contribuído para erodir a formidável base de apoio com que sempre contou no plenário da Casa, tanto que, há poucos meses, elegeu-se precisamente contra o Senador José Agripino, obtendo a larga maioria de 52 votos contra 38. Portanto, não sei se, do próprio ponto de vista do Senador Renan Calheiros, S. Ex^a leva vantagem mantendo-se na Presidência e vendo, a cada momento, erodir-se a sua base de apoio em plenário.

Insisto que é muito mais justo para com a Nação, muito mais correto para a Constituição e até muito mais confortável para o Senador Renan Calheiros afastar-se, sim, da Presidência da Casa, deixar a investigação fluir completamente, defender-se dessas acusações todas com amplíssimo direito à defesa e, ao fim e ao cabo, esperar o veredito do Conselho de Ética, primeiro, e do Plenário, em seguida. Não fazendo desse jeito, o Presidente Renan Calheiros pode, talvez não perceba, ver a sua base de apoio no plenário se erodir

e, ao mesmo tempo, contribuir para mergulhar a Casa que preside num grave momento de crise. É uma crise tão grave que, amanhã, terei uma conversa muito séria com a minha Bancada.

Não adianto o que pretendo dizer, mas é de enorme preocupação o momento que vivo como homem público, por perceber o desgaste do Senado, que todos os dias sangra um pouquinho. Há dias que sangra mais, Há dias que sangra menos.

Este é um País desafortunado, onde o escândalo próximo sempre sufoca um pouco ou muito o escândalo anterior, e logo em seguida vem um novo escândalo.

Havia uma polvorosa: políticos estavam com seus corações palpitando, com medo da Operação Gautama. Não se fala mais em Operação Gautama. Houve como que uma anistia aos apontados como corruptos em potencial na Operação Gautama. Não se fala mais nisso. Apareceu o caso a envolver o Presidente Renan Calheiros.

Já aconteceu outro escândalo terrível, que envolve corrupção também, que é o escândalo da queda do avião. E o Brasil é pródigo nisso. Daqui a pouco aparece outro e depois mais outro e mais outro. O fato é que sempre tem havido espaço para a crise do Senado, que passou ao largo da crise do mensalão, que passou ao largo da crise que, infelizmente, abateu, durante a segunda metade do primeiro Governo do Presidente Lula, por influxo do Executivo, a Câmara dos Deputados. E o Senado, hoje, está em marcha batida para um processo de enorme desgaste, o que é lamentável.

Então, Senador José Agripino, nós estaremos reunidos amanhã, nós, da Bancada do PSDB, a partir das 12h30min, após a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, para deliberarmos sobre a proposta feita por V. Ex^a, nós, que temos posição muito claramente firmada a respeito da inconveniência que se nos afigura como absolutamente inequívoca, a inconveniência de o Presidente Renan presidir um processo em que ele é o acusado principal, com fatos novos. Volto a dizer, isso não é bom para ele sequer, que nada ganha, tendo em vista a manutenção do seu mandato, presidindo esta Casa com os fatos se sucedendo do modo como estão. Não é bom para a Casa, não é bom para o Senado; portanto, não é bom para o País! Está causando a todos nós um incômodo.

E, por isso, quando digo, Sr. Presidente, que pretendo retornar à tribuna amanhã para falar em nome dos meus companheiros, com a legitimidade que tenho para isso, devo dizer que o Brasil está vivendo de maneira tão anormal, pois, primeiro, não era normal termos essa crise; segundo, não é normal que o Sena-

dor Heráclito Fortes tenha vindo à tribuna – e fez muito bem – para tocar em um tema que não pode passar longe da nossa preocupação e não tenha falado sobre esse assunto. Só a anormalidade do momento pode fazer com que muitos de nós nos desviemos disso, até porque precisamos nos desviar disso, porque não podemos fingir que não há uma crise envolvendo o Presidente do Senado.

O Brasil rasgou a melhor tradição da sua democracia com essa deportação sumária dos dois boxeadores cubanos. O Brasil tem a tradição de conceder asilo político a todos que o têm buscado em nosso território. O Brasil já abrigou até criminosos notórios, como o General Oviedo, e, mais do que ele, o generalíssimo Alfredo Stroessner, ditador do Paraguai.

O Brasil nunca negou asilo político a ninguém. Estou pedindo a presença do Ministro da Justiça, na Comissão de Relações Exteriores, e do Ministro das Relações Exteriores, porque me parece muito estranho o que se passou na Polícia Federal: as declarações de que estiveram incomunicáveis os dois boxeadores. Segundo, a rapidez com que se processou tudo isso. Terceiro fato: sabemos que, não fora a notoriedade dos dois boxeadores, seriam eles talvez condenados à morte. Já li que eles vão passar pelo que em Cuba chamam de “casa de Visita”. Casa de Visita é o quê? É prisão? É tortura? É tortura psicológica? É lavagem cerebral? O que é aquilo? Depois da Casa de Visita, vão prestar serviços ao esporte. Serviços ao esporte, eles prestam lutando no ringue, eles prestam com liberdade, eles prestariam vivendo no País que quisessem. Qualquer ser humano tem o direito de viver no País que queira. Posso, amanhã, resolver não morar no Brasil mais. É um direito meu. Posso morar em qualquer lugar do mundo. Se eu quiser, é uma opção minha e só cabe a mim e a minha família decidirmos sobre o local onde minha família e eu vamos morar.

O Brasil não poderia participar desse colaboracionismo com um governo que não tem mais espaço nos quadros do século XXI. Não tem mais espaço. Admiro-me muito de ver intelectuais brasileiros de prestígio justificando a condenação à morte, em rito sumário, de cinco jovens cubanos que queriam fugir para Miami.

Não queriam enfrentar o regime. Queriam fugir para Miami. A polícia política vai e os retira da boca do tubarão na baía. Eles iam morrer. Aquelas jangadas não chegaram até Miami.

Aí o Brasil se omite diante disso, e intelectuais brasileiros assinam uma carta de apoio a isso. Fico muito triste. Vi outro dia esse colunista admirável que

é o Veríssimo, filho do imortal, aí sim, do imortal Érico Veríssimo – se tivesse que recomendar ao filho diria que ele deveria olhar muito atentamente os **Lírios do Campo** – dizendo que não critica o governo Lula porque ele não quer fazer coro com os reacionários que combatem Lula. Meu Deus, estamos vivendo, na cabeça dessas pessoas, alguma coisa parecida com o poder soviético: manda para uma Sibéria hipotética aquele que não concorda com o pensamento oficial, com o pensamento dominante. Isso não faz bem a ninguém, isso causa a decepção e não é esse o papel do intelectual. O papel do intelectual é discordar, o papel do intelectual é ser crítico, questionador o tempo todo. E há pessoas que são ditas como próximas do meu Partido que às vezes me causam, elas próprias, uma enorme preocupação. O jornalista e cientista político, homem brilhante, Reinaldo Azevedo, pode criticar o meu Partido como ele faz à vontade, e muita gente diz que ele é tucano e, portanto, muitas vezes dizem que ele procura criticar mais os nossos adversários...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Ele procura criticar os nossos adversários. Mas o Reinaldo Azevedo, outro dia, disse uma coisa que me estarreceu, Senador Papaléo. Ele escreve que o caminho da Oposição deveria ser esse, que esta Oposição está acostumada “a não seguir os meus conselhos”, algo assim.

Gostaria de dizer para o prezado Reinaldo Azevedo, figura admirável – sou leitor de carteirinha dele – que não sou obrigado a segui-lo, como não sou obrigado a fingir que não leio e não li o que disse o Veríssimo: que não dá para se criticar o Lula sob pena de passarmos por reacionários. Então, não se critica a corrupção porque tem gente de Direita criticando corrupção. E o Reinaldo Azevedo diz: “Olha, esse PSDB não segue o que digo”. Ele precisa perceber que é muito bem-vindo o que ele nos diz de críticas e de palavras de apoio, mas nós não temos nenhuma obrigação de seguir o que diz o Sr. Reinaldo Azevedo. Ele precisa compreender que, se eu não baixo a minha cabeça para essa figura de totem, para essa figura de ícone, que é o Veríssimo, eu também não baixo a minha cabeça para essa outra figura de totem e de ícone que ele é na intelectualidade brasileira. Respeito a opinião de ambos, mas aqui estou a criticar os dois.

É deplorável o que aconteceu. O Brasil não poderia rasgar a melhor tradição de sua diplomacia, que foi nunca ter negado asilo político a quem precisou do Brasil. Os jovens que foram apanhados e chamados

de traidores da pátria porque não querem morar em Cuba são obrigados a morar em Cuba. Que regime é esse! Outro dia, fui procurado por um diplomata cubano que me fez um convite para ir lá. E posso ir. Não muda a minha opinião. Já fui simpatizante do regime cubano. Não muda a minha opinião. Procurou-me com muita gentileza, deu-me um belíssimo charuto de presente. Converso com ele como converso com todo mundo. Agora não posso imaginar que caiba, no Século XXI, um governo que não respeita minimamente os direitos humanos, um governo que considera crime alguém resolver não morar em território cubano, alguém que obriga aqueles descontentes aproveitarem uma competição esportiva para se desligarem da delegação cubana e procurarem seus caminhos de liberdade.

Disseram-me: “Ah, mas eles eram irresponsáveis”. Uma pessoa me disse isso em Manaus agora, porque que estavam em Cabo Frio com duas moças. E digo: “Meu Deus, existe coisa melhor do que ir para Cabo Frio com duas moças? São dois rapazes. Tem coisa melhor? É melhor o quê: em Cabo Frio com duas moças ou em Cuba com Fidel Castro? O que é melhor? É uma questão de estética até, de bom gosto. É o mínimo. Os rapazes estavam tomando não era porre de cerveja, não; estavam tomando porre de liberdade. Estavam ali sem terem que prestar satisfações aos *dictates* de um governo que não tem feito outra coisa a não ser oprimir um povo que ganhou a luta pela revolução para libertar da corrupção e da tirania de Batista e depois acabou impondo valores semelhantes àqueles que eram legados pelos jovens que subiram para lutar em Sierra Maestra e depois desceram Sierra Maestra para dar um rumo novo para um país que precisava, sim, daquele idealismo que era tão apregoado – e no qual eu acreditava tanto.

O Brasil hoje a mim me envergonhou, a mim me causou profunda repulsa. Esse servilismo, essa história de ficar justificando... Vamos falar o português claro. Quando se trata de uma ditadura sanguinária de Direita, os nossos intelectuais ditos de Esquerda são absolutamente defensores dos direitos humanos; quando se trata de Fidel Castro, são reverentes, são bajulatórios até, são servis, baixam a cabeça, baixam a coluna vertebral.

Então, para mim a ditadura e agressão aos direitos humanos pode ser praticada por alguém de Esquerda, por alguém de Direita, por alguém de Centro, por alguém de costas, por alguém de lado, por alguém de bruços, por alguém de barriga para cima, pode ser criticado por alguém de qualquer posição física, anatômica, fisiológica ou ideológica. Não me importa. Agressão a direitos humanos é agressão a direitos hu-

manos, diz respeito à pessoa humana; tortura é tortura onde quer que ela se processe. Não estou aqui para apadrinhar tortura, violência e opressão política, em nome, inclusive, de ideologias ultrapassadas. Não tem mais nada a explicar neste mundo dinâmico que nós estamos vivendo. Aquela conversa antiga “Ah porque o FMI atrapalhou o Brasil, porque o imperialismo Americano atrapalhou o Brasil” enfim... E por que Cuba não se desenvolveu, se Cuba estava livre do FMI, estava livre do imperialismo americano? Por que não se desenvolveu tão bem?

Mas sem dúvida que eu reconheço o direito de um povo de se autodeterminar. O que eu não reconheço é acharem que é normal obrigarem os dois rapazes a viverem, na melhor das hipóteses, embaixo de um regime com o qual eles não concordam, em condições de vida das quais eles discordam – na melhor das hipóteses, porque não sei o que irá acontecer com eles lá. O Senador Heráclito Fortes hoje lembrou, e me tocou muito, Olga Benário Prestes. Como ditadura de esquerda se parece com ditadura de direita! Como ditadura se parece com ditadura! Como não dá para se fazer a distinção entre o que foi a ditadura sanguinária, perversa de Stalin e a ditadura sanguinária e perversa de Adolf Hitler! Qual é a diferença entre Stalin e Hitler? Para mim não é nenhuma.

Para mim, são dois inimigos da humanidade. São inimigos da condição humana. Mas entregou-se, por intermédio das mãos criminosas de Filinto Müller, a mulher de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, ao nazismo de Hitler. Hoje, estamos entregando os dois jovens campeões cubanos à ditadura sanguinária de Fidel Castro. Eu não considero que tenha sido esse um momento brilhante da vida brasileira.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permito. Quero apenas dizer a V. Ex^a uma coisa: quem não viu *Olga*, o filme baseado na biografia de Olga, escrito por Fernando Morais? Quem não viu? A filha de Prestes foi minha professora no Colégio Mello e Souza, no Rio de Janeiro. A diretora da minha escola – uma escola muito boa, que não existe mais, no Rio de Janeiro – era a professora Isa Marina de Melo Campos. Ela entendia que – e não havia nada de ideológico, não! – o mundo, cortado ao meio por aquela bipolarização Estados Unidos-União Soviética, impunha a quem quisesse se preparar para a vida aprender russo. Assim como eu recomendo a meus filhos hoje que aprendam chinês, que não deixem de aprender inglês e que não se desculdem de aprender espanhol. Filho meu diz: “Ah, mas italiano é tão bonito!” Eu digo: Mas aprenda espanhol que é mais útil para quem é

brasileiro. Mas a minha diretora teve a preocupação de nos ensinar russo, e comecei a aprender russo. Lembro-me de algumas frases. Estava começando a ter um entendimento maior. Minha professora era a filha de Luís Carlos Prestes. Eu me lembro dela com muito carinho. Mas, de repente, se repete, em plena democracia, o gesto.

E a entrega da vítima não é mais para o ditador de direita, mas para o ditador dito de esquerda. Não consigo fazer diferença. Seis milhões de pequenos proprietários de terra foram assassinados friamente por Stalin, ele que matou até mais gente do que Hitler. Quarenta milhões de vítimas passaram por suas mãos sanguinárias, sanguinolentas. Essas vítimas não são menos vítimas do que aqueles que foram trucidados nos campos de concentração, nos Auschwitzs da vida, pela ditadura de Adolf Hitler. Portanto, é um dia de luto para a diplomacia brasileira, é um dia de luto para a democracia brasileira.

Sexta-feira percebi como eu estava alienado. Liguei para meu assessor de imprensa. Disse-lhe: “Ary, por favor, dê um jeito de soltar uma nota. Que publiquem ou não. Sei que está tarde, que os jornais já estão fechados. Publique na Internet, jogue nos blogs. Que ninguém publique; não tem importância. O importante é que é um documento que vai dizer que não estamos de acordo com isso”. Naquele momento, eu tinha a esperança de que o Brasil concedesse asilo político e mantivesse aqui os boxeadores cubanos. Senador Papaléo, fui surpreendido depois com o fato de que, sumariamente, se consumou a deportação dos dois atletas.

Senador Mão Santa, peço a V. Ex^a tolerância, porque quero dizer uma coisa. Em 1983 ou 1984, não sei, fui com o Senado Alvaro Dias, com o Deputado Hélio Duque, com o Deputado Roberto Freire, com o Deputado Sarney Filho, enfim, com uma delegação, com uma missão da ONU, a Cuba. Vi coisas com as quais concordei, que batiam com a cabeça que eu tinha na época. Mas fui a uma escola que era dirigida por uma professora que tinha o autoritarismo no olhar. Olhei para ela e não gostei dela; ela olhou para mim e não gostou de mim. Foi desamor à primeira vista mesmo. Ela me disse que aquela escola que ela dirigia era a escola dos gênios; que as pessoas superdotadas intelectualmente iam para lá. Todo mundo fazendo perguntas, e ela dizendo que ali estavam os futuros atletas, os futuros cientistas, os futuros isso, os futuros aquilo. E as crianças, todas elas, eram muito bonitas, porque muito bem alimentadas, muito treinadas fisicamente, muito fortes, quase que espartanos, quase que os 300 do rei Leônidas. Em determinado momento, ela disse: “Eu concordo que se deva privilegiar os superdotados, sim; dar bom ensino para os

normais, mas não prender os superdotados no nível dos normais, porque senão o Brasil não tem os seus Einsteins. Então, eu sou a favor disso". Mas eu tinha acabado de levar, com os Deputados, um buquê de flores em homenagem aos mortos, Senador Mão Santa, na luta internacionalista pelo socialismo em Angola, em Moçambique, na Guiné Bissau. Cuba mandava soldados para lá supostamente para defender a liberdade daqueles povos. Aí ela me disse algo que, na hora, me deu aquele prazer mesquinho de poder dizer: Puxa, eu sabia que ela não era coisa boa; agora vou poder dizer para ela que ela não é uma coisa boa. Ela disse assim: "E aqui temos tanto cuidado com o psicológico das nossas crianças que os professores e professoras são todos bonitos, todos fortes, todos saudáveis. Aqui não aceitamos aleijados".

Eu disse: "Por favor, diretora, quero fazer uma pergunta para a senhora. A senhora disse o que eu ouvi, que a escola não aceita aleijados?" Ela disse: "Lógico que não aceitamos". Eu disse: "Mas acabei de sair de uma cerimônia em que fui levar flores para o soldado internacionalista desconhecido. Cuba chama de heróis aqueles que lutam supostamente por liberdade na Guiné Bissau, em Moçambique e em Angola. Quem sai na chuva é para se molhar; quem vai a guerra mata, morre, sobrevive inteiro ou aleijado. Pergunto: um herói internacionalista desses não pode dar aula para as suas crianças? Ficou aleijado, não pode dar aulas para as suas crianças?" Ela disse: "O senhor é insolente". Eu disse: "É verdade. A senhora me conhece há pouco tempo. Sou uma pessoa insolente mesmo. Fui muito malcriado pelo meu pai". É um fato: insolente diante dos poderosos. Isso é algo que aprendi com o meu pai, em uma lição dada a ele pelo Senador Daniel Krieger: arrogante com os arrogantes e humilde com os humildes; arrogante com os poderosos e humildes com os humildes. Eu disse: "A senhora tem razão. Não vim aqui para concordar com a senhora. A senhora pensa o quê? Sou um Deputado brasileiro. Luto para acabar com uma ditadura que estamos conseguindo começar a derrotar no Brasil. Não vim aqui para ficar ouvindo, bebendo verdades inescapáveis da senhora. Estou espantado de a senhora me dizer que os heróis internacionalistas não podem dar aula para os seus alunos geniais se porventura esses heróis ficarem mutilados na luta por liberdade em Angola, em Moçambique, na Guiné Bissau! A senhora me dê licença, porque há um pôr-do-sol belíssimo, e vou aproveitar para dar uma corrida no Malecom. Não tenho que ficar aqui com a senhora. Desculpe-me". Fui embora.

Isso ocorreu em 1983 ou 1984.

Não dá para fazer separação entre ditadura de esquerda e de ditadura de direita. É ditadura, e temos

é de cuidar de preservar a democracia brasileira, inclusive condenando veementemente a fragilidade e a tibieza do Governo nesse episódio. Estou envergonhado de ser brasileiro neste momento.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, espere, que o Governo amanhã vai soltar notas, dizendo que o pedido de asilo não estava formalizado e coisas dessa natureza. Com tudo isso, esses dois atletas, que não eram figuras comuns, eram figuras notórias porque estavam medalhados pelo Brasil, tinham, se comuns fossem, 30 dias para justificar a atitude e regularizar a situação no País. Aproveitou-se o fim de semana e a calada da noite para repetir o episódio da Olga Benário. Quero ver quem será o Filinto Müller de todo esse jogo sujo e nojento. Digo isso, Senador Arthur Virgílio, porque tenho a memória às vezes muito fraca, mas acho que V. Ex^a estava comigo na Academia de Tênis no lançamento do filme **Olga**, onde estavam o diretor, Jayme Monjardim, a Camila Morgado e mais alguns atores do filme. E vi alguns petistas chorando, aos prantos, em solidariedade à dor que todos sentimos e que envergonha nossa História do episódio vivido pela Olga Benário. No dia seguinte, houve uma proposição aqui de se retirar inclusive o nome de Filinto Müller de uma das dependências do Senado Federal. Eu era membro da Mesa e, baseado em decisões anteriores, dei um parecer contrário. A medida era para evitar troca permanente de nome de qualquer dependência da Casa, e vinha sendo seguida há muito tempo. O assunto morreu. Está lá a Ala Filinto Müller. Não tenho compromisso com Filinto Müller; V. Ex^a não tem compromisso com Filinto Müller. Os responsáveis são os que tiveram a idéia de homenageá-lo. Não é o nosso caso. Porém, quero saber o que os petistas, Senador Eduardo Suplicy, vão fazer. Que posição o PT vai tomar com relação à atitude do Governo de entregar, de mão beijada, os dois atletas cubanos ao regime de Fidel – crime, em democracia, mais grave do que o que ocorreu com Olga Benário? Com Olga Benário, vamos nos lembrar: houve processo, houve defesa. A justiça manipulada é outra coisa, mas prazo ocorreu. Nesse caso, não. Em menos de uma semana, Senador Eduardo Suplicy, a sorte desses rapazes estava sacramentada. É preciso saber quem foi Senador Suplicy, o Filinto Müller desse crime contra a liberdade no Brasil e os direitos humanos. Parabenizo V. Ex^a, Senador Arthur.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado Senador Heráclito.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes de conceder apartes aos Senadores João Tenório e Papaléo, eu queria dizer algo a V. Ex^a – inclusive me ocorre um lapso, porque esqueço o nome dele; talvez o Senador Suplicy possa me socorrer: Cuba tem uma tradição no boxe amador fantástica.

Há dois grandes nomes: um é deputado, naquele simulacro de Parlamento que existe lá. E é o nome dele que estou esquecendo. Isso é imperdoável. O outro é Félix Savón. Mas o primeiro, cujo nome me esqueci, é mais importante. Ele era visto como alguém que, se fosse para os Estados Unidos e se profissionalizasse, teria de fazer um regime para ganhar peso e poderia enfrentar Muhammad Ali. Era visto como o único boxeador talvez capaz de, tecnicamente, enfrentar, de igual para igual, Muhammad Ali. George Foreman o enfrentava na força bruta, e Joe Frazier, no fôlego. Teófilo Stevenson; hoje, Deputado Teófilo Stevenson. Pois aquele boxeador de nome francês, que foi deportado, é uma glória para o esporte olímpico, à altura de Félix Savón e de Teófilo Stevenson, para ficarmos no boxe; e, se formos para o atletismo, de Javier Sotomayor.

Por tudo isso, é lamentável.

Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, talvez, tenha sido responsável por um dos mais brilhantes momentos que presenciei nesta Casa hoje à tarde. Não vou acrescentar nada ao seu pronunciamento, até porque não cabe, não há espaço para isso. Mas eu gostaria de dizer que V. Ex^a, com o brilhantismo que caracteriza seus pronunciamentos em geral e, particularmente hoje à tarde, consegui emocionar o País. Pelo menos me emocionou muito, porquanto demonstrou a quebra de uma das coisas mais importantes para o povo brasileiro, que é a solidariedade. Então, no momento em que o Governo brasileiro tomou a iniciativa de entregar ao Governo cubano dois jovens que tinham aspiração de buscar um ambiente de vida melhor, decepcionei-me. O que é interessante, Senador, aproveitando a oportunidade, é notar que não existe a via contrária. Nunca ouvi dizer que alguém foi jogar futebol em Cuba e resolveu ficar lá ou coisa que o valha. Isso sempre acontece no sentido contrário. Gostaria apenas de registrar a emoção que sinto pelas suas palavras neste momento e tenho certeza de que V. Ex^a sensibiliza toda a Nação brasileira, porque mostra o constrangimento em relação a algo que é muito forte para o nosso povo: a solidariedade. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Tenório. Veja V. Ex^a que não podemos aceitar como normal um cidadão ser visto como

traidor porque diz: “Não quero morar neste País! Eu não quero morar neste País!” Se um brasileiro disser isso, ele pode ir embora. “Não quero morar neste País!” Ainda encontramos gente que vive sei lá em que década do século passado, talvez ainda nas décadas primeiras da primeira metade do século passado, que diz que não; que, em nome do ideal socialista, vale a pena tudo.

Fui treinado para explicar que a invasão da Hungria tinha razão de ser porque defendia o ideal maior do socialismo. Isso foi um desrespeito brutal à autonomia de um povo. Fui treinado para explicar que a Tchecoslováquia foi invadida porque havia um Governo que estava ameaçando o socialismo naquele País e que era, portanto, necessária a intervenção a favor da Tchecoslováquia, a favor do povo trabalhador, do proletariado da Tchecoslováquia pelas forças do Pacto de Varsóvia, liderado pela União Soviética.

Meu Deus! Arrependo-me disso? Eu não me arrependo nem um pouco. Não me arrependo de nenhuma idéia a qual me dediquei com amor. Hoje, vejo com nitidez qual foi o resultado daquilo: passivo ideológico, fracasso econômico, erros de análise brutais. Perdura ainda – não podemos mais nem chamar Cuba de socialista – Cuba, sustentada pelo tresloucamento do quase ditador da Venezuela, que, praticamente, doa 100 mil barris de petróleo/dia para Cuba, nesse seu delírio de se transformar em suposta liderança sobre o Caribe, para tentar virar uma liderança latino-americana. Fracasso absoluto!

Por outro lado, negaram tudo aquilo que parecia o mais essencial, que era o compromisso inarredável com a liberdade de se fazer arte, com a liberdade de se fazer arquitetura, com a liberdade de se fazer imprensa, com a liberdade de se fazer crítica. Não dá para continuar essa dicotomia. Critica-se quando a conveniência aponta que é para se criticar; faz-se vista grossa, como o Brasil tem feito nos foros internacionais, quando a conveniência aponta que é para se fazer vista grossa. Creio que, simplesmente, temos de partir de uma premissa bastante básica: quero saber quem vai me dizer – sinceramente, pode ser o compositor mais admirado, pode ser a figura mais sensível do País para algumas coisas –, em sã consciência, que o cidadão não tem o direito de morar onde quiser? Não tem o direito de morar onde quer; tem de morar lá. Fora isso, é traidor: traidor da Pátria, traidor do socialismo, traidor não sei de quê!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Antes de V. Ex^a, o Senador Papaléo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, solicito a V. Ex^a que conceda tempo necessário ao Senador Arthur Virgílio.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Arthur Virgílio representa aqui o direito de liberdade de ir e vir, que deve ser salvaguardado, não por esta Casa, mas por todos aqueles que defendem a democracia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Fiz esta solicitação para ter a honra de fazer um aparte ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, que faz com que o PSDB se torne nesta Casa um Partido como é, grandioso, pela sua Liderança. Parabenizo V. Ex^a, que faz uso da tribuna há cerca de 30 minutos e, logicamente, abordou diversos assuntos importantes, como a questão política e regimental deste País. O ponto que mais nos constrange na atitude do Governo brasileiro é exatamente a deportação desses dois cidadãos cubanos, atletas, que, logicamente, já fizeram muita propaganda para Cuba, mas que, estafados do regime cubano, resolveram ficar no Brasil. Lamentamos muito a decisão do Governo brasileiro e não conseguimos entender por que o governo petista, um governo que sempre considerou a democracia a salvação de um país, no caso do Brasil, agiu dessa maneira. Por que essa subserviência ao Governo cubano? Não entendemos também. Talvez, muitos ultrapassados petistas ainda tenham o modelo ideal para sua ideologia, o regime cubano, que é realmente um fracasso. Se existe um modelo de fracasso para o regime de um país, é o fracasso do Governo cubano. Aliás, aproveito para perguntar ao Senador Eduardo Suplicy, que já foi questionado pelo Senador Heráclito Fortes, como S. Ex^a explica essa situação. O Presidente da República pode até fazer isso, mas como se explica o Partido dos Trabalhadores não reagir contra essa atitude escabrosa que nos envergonha, fazendo com que esses dois atletas, que decidiram ficar no Brasil, pois não querem mais morar em Cuba, sejam obrigados a voltar para lá, correndo o risco de serem fuzilados ou enforcados – sei lá o que eles fazem lá para punir quem não quer mais morar lá. Senador Arthur Virgílio, isso nos envergonha. Temos de reagir e de mostrar ao Governo brasileiro que nós, por uma atitude governamental, estamos passando vexame, por nos apresentarmos como detentores de um regime democrático. Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Papaléo Paes.

Antes de conceder o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, volto a fazer essa pergunta, batendo nessa tecla. Por exemplo, amanhã, resolvo renunciar ao meu mandato e, se minha família concordar, vamos morar eu, minha mulher e meus filhos em Havana. Por que o contrário não pode acontecer? Outro exemplo: quero morar na Índia. É um direito meu. Não completo minha vida sem morar na Índia. Ou não completo minha vida sem morar em Bali – o Senador Heráclito Fortes diz que, para Bali, iria comigo. Ou não completo minha vida sem morar em qualquer outro lugar!

Onde está o crime em alguém dizer “eu não quero morar em Cuba”? Onde está o crime? Traidor da pátria!? Eu não aguento essa conversa. Sinceramente, isso é conversa para boi dormir e para desmoralizar intelectual que ainda ouse assinar manifesto de apoio a essas agressões infames aos direitos da pessoa. Envergonharam-me os que assinaram o manifesto, justificando o assassinato – porque o nome daquilo é assassinato –, a sangue frio, daqueles cinco rapazes que queriam ir para Miami, mas foram apanhados no meio do caminho e, de volta a Cuba, foram fuzilados. Por quê? Nem conspiradores contra o regime eram. Eles queriam fugir dali, eles queriam sair dali. Não! Você não pode nem fugir daqui. Você tem de voltar para cá, e, chegando aqui, eu te fuzilo!

Senador Suplicy, tenho certeza de que, pelo seu passado humanista, pela sua convicção democrática, V. Ex^a está, pelo menos, tão revoltado com isso quanto eu.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, ontem, quando li o artigo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal *O Globo*, sobre a visita que o Presidente Lula realizará esta semana ao México e aos países da América Central, animei-me bastante, especialmente com uma passagem que, inclusive, estou disposto a registrar e a comentar hoje e que se refere ao tema que V. Ex^a aborda. Vou ler três breves frases desse artigo. “Por isso [diz o Presidente Lula] tenho defendido a construção, na América do Sul, de um espaço economicamente integrado, socialmente solidário e politicamente democrático. São esses mesmos valores que me fizeram incluir também a América Central e o Caribe nesta minha viagem. Sei que o México vem desenvolvendo projeto de integração com seus vizinhos na fronteira sul, com ênfase na construção de uma infra-estrutura física”. E aí o ponto que está mais relacionado ao nosso diálogo. “Em nosso

continente [diz o Presidente Lula] não precisamos de muros, precisamos de estradas, pontes, gasodutos e linhas de transmissão. A verdadeira integração faz circular livremente não apenas mercadorias e serviços, mas também pessoas e idéias". O Presidente Heráclito Fortes, da Comissão de Relações Exteriores, e V. Ex^a mesmo, certamente, muita vezes, me têm ouvido falar aqui e na Comissão de Relações Exteriores que avalio como da maior importância que a integração do nosso continente, do Mercosul, da América do Sul, da América Latina e das três Américas seja vista sempre não apenas do ponto de vista do interesse do capital que deseja a livre circulação dos fluxos financeiros, dos bens e serviços, mas sobretudo do que é mais importante, dos seres humanos. Estou de pleno acordo quando V. Ex^a diz que deveremos procurar assegurar a cada cidadão das nações, do Alasca à Patagônia, dos Estados Unidos à Argentina, inclusive de Cuba, do México, do Brasil, da Bolívia, da Venezuela, de onde for, a livre circulação. Precisamos caminhar na direção de se assegurar essa livre circulação. Só então haverá plena integração. V. Ex^a conhece muito bem a história da União Européia, o seu início, logo após a Segunda Grande Guerra, com a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, com o Mercado Comum Europeu, com a comunidade de livre comércio das nações mais ao norte, quando, pouco a pouco, foi-se criando o Banco Europeu, o euro, a livre movimentação das pessoas. E, hoje, diferentemente do que ocorria há 30, 40 anos, os gregos, os espanhóis, os portugueses, se o desejarem, podem, conforme V. Ex^a disse, viver, trabalhar e estudar ali na Itália, na França, na Alemanha, nos países mais desenvolvidos! E a integração está sendo de tal ordem, que, atualmente, contrariamente do que ocorria há 30, 40 anos, quando os portugueses, espanhóis e outros saíam de seus países com economia mais fraca e sem tantas oportunidades de emprego, a situação é tal que esses mesmos povos, graças ao bom resultado da integração decorrente dessa livre circulação, não apenas de bens, serviços e capitais, mas dos seres humanos, podem escolher onde viver, trabalhar e estudar. Então, é preciso que digamos também ao Governo do Presidente Fidel Castro, de Cuba, que queremos a real integração. V. Ex^a sabe que tenho sido muito favorável, algo que reitero, a que o Governo dos Estados Unidos termine com o bloqueio que não permite que as empresas norte-americanas possam vender bens e serviços a Cuba. Tenho...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço mais uns minutos porque se instalou um debate...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Quarenta e sete minutos foram usados, Senador Arthur Virgílio. Vou conceder-lhe mais três minutos, e foram os 50 minutos mais bem gastos pela liberdade democrática.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a foi generoso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela auto-affirmação deste País, generoso em receber todos. Lembro que viveu aqui até o assaltante do trem pagador, Ronald Biggs, traduzindo uma política de relações deste País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois bem, acho importante que digamos ao Governo do Presidente George Walker Bush, que também não permite hoje a livre circulação de pessoas, inclusive vem construindo um muro, que Thomas Paine diria que contraria inteiramente o bom senso, e que possamos condená-lo a acabar com o bloqueio, porque tenho certeza de que isso ajudará no processo de democratização de Cuba.

No que diz respeito ao episódio dos lutadores cubanos, também fiquei muito preocupado quando soube que os campeões Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara, de 26 e 24 anos, haviam abandonado a delegação de seu País e estavam como que desaparecidos. Acompanhei o noticiário dizendo que um empresário alemão os havia persuadido de alguma forma – não sei os detalhes –, utilizando-se de métodos que precisam ser mais bem conhecidos. Fiquei extremamente preocupado quando vi a notícia de que estariam detidos e que estavam para ser encaminhados ao seu País antes mesmo de haver um melhor esclarecimento de tudo. Gostaria de ter visto a entrevista de ambos, em total liberdade, para a imprensa brasileira. Estranhei que não tivessem dado declarações. Acho que isso precisa ser objeto de um melhor esclarecimento. Acho importante que o Presidente Fidel Castro tenha publicado, em carta ou artigo, uma declaração firme, dizendo que de maneira alguma esses pugilistas serão objeto de qualquer punição e muito menos serão presos em Cuba. Acho importante que possamos assegurar que esses dois pugilistas que vieram ao Brasil representar seu país no Pan, que tiveram a possibilidade de se tornarem exímios pugilistas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Caro Suplicy, acabou o seu tempo, vamos passar para o.. Eu o inscrevo aqui, e V. Ex^a será chamado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mão Santa, diante do espírito democrático e a importância desse assunto, vamos deixar que o Senador

Suplicy exerce o seu poder de síntese e explique, porque isso é muito importante. Aliás, é o único petista aqui na Casa. Tivemos presente o Senador Paim rapidamente, e agora o Senador Eduardo Suplicy, que é um peregrino da democracia pelo mundo inteiro. De forma que estou ouvindo com muita atenção e acho da maior importância o que está dizendo o Senador Eduardo Suplicy. Rogo a paciência de V. Ex^a.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, também apelo a V. Ex^a para que dê a oportunidade ao Senador Eduardo Suplicy de, brevemente, dar a resposta que o Senador Arthur Virgílio solicitou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se o Senador Marcelo Crivella pudesse brevemente externar a sua opinião, seria muito honroso para mim.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se me permite então, Presidente Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu permito. Agora, é o representante aqui, o pastor de Deus que quer falar.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Eu aguardarei, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero transmitir a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio - que aqui expressa também a vontade de que todos tenhamos direito a livre movimento em nosso continente e nas três Américas -, que espero que possamos melhor esclarecer este ponto. Inclusive, quando estava vindo do aeroporto e ouvi pela Rádio Senado o pronunciamento de V. Ex^a, de pronto telefonei ao Ministro interino, Samuel Pinheiro Guimarães, que estava em reunião, e pedi que possa dar esclarecimentos mais completos, se possível ainda nesta tarde, sobre o que realmente aconteceu. Embora tenha sido dito, pela autoridade policial e por aqueles que os conduziram até o hotel, que eles voluntariamente disseram que desejavam voltar para Cuba, que haja uma melhor explicação. Gostaria de ver essa declaração sendo efetivamente feita, quem a ouviu, quais foram as pessoas presentes e em que circunstâncias. E acho que esse episódio poderá contribuir para que venhamos a dizer, com muita firmeza, ao Presidente hoje licenciado Fidel Castro que é preciso – e queremos colaborar – que Cuba dê total liberdade aos seres humanos de ir e vir. Assim como também gostaria que o Governo dos Estados Unidos, Poder Executivo e Congresso Nacional, viesse logo a terminar com aquele muro que separa os Estados Unidos do México, que faz lembrar o muro de Berlim; no paralelo 38, o muro que separa a Coréia do Norte da Coréia do Sul; o muro que separa Israel da Cisjordânia, apesar de o Presidente George Bush ter sugerido ao Governo de Israel que não construísse aquele muro. Além desses, também o muro que separa os

Estados Unidos do México e do restante da América Latina, de maneira consistente como V. Ex^a defende, precisa ser terminado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a sabe da admiração que tenho por V. Ex^a. E vou aqui, Sr. Presidente, fazer uma confissão à Casa e à Nação: tolo é quem subestima a habilidade política de V. Ex^a. Não é à toa que V. Ex^a construiu a carreira tão vitoriosa com essa marca inédita em São Paulo de três mandatos seguidos de Senador da República. Isso em São Paulo é inédito. Ninguém logrou obter essa façanha.

V. Ex^a, que é o humanista que eu conheço, usou de um tão brilhante contorcionismo verbal que eu comecei a achar que quem tem que tomar cuidado com V. Ex^a é o meu amigo Chanceler Celso Amorim, que está com o cargo dele ameaçado, porque V. Ex^a é mais hábil que ele, e ele é muito hábil. V. Ex^a conseguiu não dizer e conseguiu, ao mesmo tempo, manter a simpatia e o respeito que sempre mereceu de mim.

Serei bastante objetivo na resposta para V. Ex^a. Vou começar aqui pelo fim: V. Ex^a diz que a notícia é que os rapazes saíram voluntariamente daqui; quem conhece o histórico deles sabe que eles foram muito mais de bater na cabeça dos outros do que apanhar na cabeça. Então, não tinham nenhuma avaria cerebral, voluntariamente não iriam. Não estariam presos lá?

Vamos agora para o jargão do qual eu estou – eu não queria usar a palavra –, eu estou com aquilo cheio desse jargão. Não é prisão! Segundo a ditadura cubana, eles estão na “casa de visitação” – o que quer dizer isso não me pergunte, eu não sei. Depois terão que prestar – eles, que, pela magnanimidade do Comandante, não serão condenados à morte e, segundo o Comandante, também não serão presos perpetuamente – serviços ao esporte.

Fidel Castro é um enfermo mental, porque serviços ao esporte eles prestam lutando por medalhas nos ringues das competições Pan-Americanas, Olímpicas e Mundiais. Eles não têm de prestar serviços recebendo lavagem cerebral, e serviços como se fossem alguém que, por uma multa em trânsito, tem de lavar a privada do Asilo Dr. Thomas, em Manaus. Eles prestam serviço ao esporte lutando, e eles devem ter o direito de lutar onde eles queiram.

A minha amiga Maureen Maggi, se quiser competir na Argentina, vai embora para a Argentina amanhã. Meu amigo Oscar, ele pode sair daqui – e já fez isso quando foi jogar na Itália. Amanhã, o Giba tem um contrato não sei com quem... Ronaldinho Gaúcho está jogando na... Lá não pode! Senador Suplicy, lá não pode!

Isso mostra o caráter doentio de um governo que, se fosse suspenso o bloqueio, esse regime, Senador Mário Couto, não agüentaria seis meses na convivência com a parte moderna do mundo. Mas V. Ex^a sabe, até porque foi o meu parceiro em muitas lutas; V. Ex^a sabe, porque V. Ex^a e eu – e o Senador Heráclito – ajudamos muito um colega nosso, muito querido, Márcio Santilli, que foi o grande artífice, na Comissão de Relações Exteriores, na luta pelo reatamento de relações com Cuba. Fui a favor e não me arrependo. Lutei muito por aquilo. Como entendo que foi acertada a posição do Chanceler San Tiago Dantas, abstendo-me, corajosamente, naquela conferência de Punta del Este, quando os Estados Unidos propuseram a exclusão de Cuba do sistema interamericano. Nunca fui a favor dessa segregação.

Agora, vamos estabelecer... E V. Ex^a falou em Bush, é uma coisa meio pavloviana, ou seja, não dá para falar mal de Fidel Castro sem se falar mal de Bush. Isso me parece uma coisa um pouco do PT. Então, eu vou dizer o que eu penso de Bush. O Presidente Bush é um desastre! É um desastre estratégico!

Clinton colocou no jardim da Casa Branca Isaac Rabin, Yasser Arafat, os radicais israelenses, os radicais palestinos. A falta de lucidez política do Presidente Bush fez todas essas tratativas voltarem à estaca zero e prevaleceu o terror. A intervenção no Iraque não foi por outra razão que não a econômica. O Presidente Bush queria assenhorear-se de reservas que lhe garantissem petróleo barato de outros países. O petróleo visado era o do Iraque. Conseguiu interromper a produção de petróleo do Iraque. É por essas razões e por outras que o barril tipo Brent, hoje, custa US\$60,00, o bastante para sustentar o desvario do candidato a ditador da Venezuela, Hugo Chávez. Considero o Presidente Bush um desastre sob o ponto de vista da paz mundial, da condução econômica dos Estados Unidos.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Mas Senador Arthur Virgílio, o Senador Suplicy é tão competente que conseguiu não falar mal de Fidel Castro e ainda pôs V. Ex^a para falar mal de Bush.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade. E eu não tenho por que defender o Presidente Bush, até porque entendo que ele é um desastre mesmo. Vai deixar uma marca pequena na história americana. Considero que o grande estadista da segunda metade do século XX, acima de Kennedy, foi o Presidente Bill Clinton. A história vai fazer justiça a ele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, todos nós temos um ícone. Sei que o de V. Ex^a foi o melhor: o senhor seu pai, um líder aguerrido da Oposição. O meu é Petrônio Portella.

Paulo Brossard falava dessa tribuna três horas e trinta minutos. E foram necessárias para a recuperação da democracia. Aí o Petrônio estipulou o limite para ele de uma hora, V. Ex^a está há uma hora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Desculpe, eu vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E quero ficar fiel àquele Líder do Piauí que concedeu uma hora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou ouvir o Senador Crivella. Mas, Senador Crivella, só para concluir em relação ao Senador Suplicy vou dizer uma coisa. O bloqueio, sou a favor de que se suspenda o bloqueio, sim, aquele regime não resiste a seis meses sem o bloqueio. Sobreviveu aquele fracasso, aquele fracasso administrativo sobreviveu com os rublos da União Soviética e sobrevive hoje com o peso venezuelano, com os petrodólares venezuelanos. Não sobrevive, não tem a menor capacidade de auto-sustentação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E apelando para o ícone nosso, Cristo: Ele fez o Pai Nossos em um minuto. Todo mundo ficou satisfeito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade. Eu concluirrei, Sr. Presidente, vou concluir.

V. Ex^a, Senador Suplicy, faz aqui uma comparação que também julgo que mereça reparos. O Mercado Comum Europeu se implantou em um processo que levou cinco décadas para se tornar União Européia, mas uma das questões fundamentais era a democracia, ou seja, o Portugal salazarista, a Espanha franquista não fariam parte jamais da União Européia, é por isso que eu não poderia nunca imaginar como correta a admissão no Mercosul da ditadura que se instala pouco a pouco na Venezuela sob o comando do coronel Chávez. O pressuposto do MCE, do Mercado Comum Europeu, era a adesão à cláusula democrática. Cuba não tem absolutamente, sob Fidel ou sob Raúl Castro, a menor perspectiva de se tornar uma nação democrática.

Mas queria parabenizar V. Ex^a e dizer ao meu amigo, o Chanceler Celso Henrique Amorim, que V. Ex^a está ameaçando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, o que sei de Itamaraty eu aprendi com V. Ex^a, daqui a pouco sou eu que vou ter um lugar lá no Itamaraty.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Crivella, para encerrar, realmente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Porque quero passar a palavra ao orador inscrito.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, não vou...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Estou inscrito, mas não passo de...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Olha a bandeira, Crivella: Ordem e Progresso. V. Ex^a está inscrito, e o Senador Colombo está aguardando pacientemente. Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de ouvi-lo, mas a inscrição “Ordem e Progresso” na bandeira nos faz lembrar o Regimento.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas quero lembrar ao Senador Arthur Virgílio que, às vezes, realmente fico de certa forma constrangido ao ver como os meus companheiros, sobretudo da base do Governo, não conseguem ser claros em relação a um regime autoritário que freqüentemente se extravasa, com derramamento de sangue. Quero acrescentar ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a algo que vi nos Estados Unidos e que me tocou profundamente.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Os imigrantes cubanos ilegais, quando cometem algum delito, são presos. Encontrei um homem em uma prisão do Arizona que havia sido condenado, cumpriu a pena, e os americanos queriam extraditá-lo. Não havia mais interesse de ficar com ele lá. Mas Cuba não o aceitava de volta. Portanto, esse senhor estava condenado à prisão perpétua. Vai morrer na cadeia. O que farão as entidades de defesa dos direitos humanos? Cuba não ouve nenhum apelo. Eu e o Senador Hélio Costa, atual Ministro das Comunicações, ficamos comovidos e fizemos apelos. Nada adiantou. Esse regime que precisa ser execrado pelo mundo livre, pelos cristãos, pelos não-cristãos, pelos que respeitam a liberdade, é seguramente a maior afronta à liberdade dos homens no mundo atual. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente, agradecendo ao Senador Marcelo Crivella. E solicito apenas meio minuto para dizer apenas o seguinte: há gente que se enche de indignação – e justa indignação – ao condenar as atrocidades de Pol Pot ou do atual ditador da Coréia do Norte, e eu condeno essas atrocidades todas. E há gente que não consegue condenar as atrocidades do regime cubano. Eu condeno por entender que não há diferença alguma entre ditadura de cor nenhuma em relação a ditadura de cor qualquer. Não sei, precisaríamos fazer aquele laboratório do sono. Minha intuição é de que estou dormindo melhor do que as pessoas que fazem essa seletividade, condenando convenientemente e fechando os olhos quando seus tabus ideológicos

lhes ordenam fechar os olhos. Direitos humanos, para mim, é uma questão fundamental. Agressão não pode ser feita, parte de onde partir, venha de onde vier. O repúdio tem de ser imediato, ou nós não merecemos a democracia por que tanto lutamos para ver erigida neste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o brilhante pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, eu apenas repetiria Che Guevara: “Se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça que ocorra em qualquer lugar do mundo, és um companheiro”. Nós, Senadores da República, somos muito mais companheiros dessa liberdade pregada, de indignação contra a injustiça, de Che Guevara do que a própria Cuba hoje.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Raimundo Colombo assume a tribuna, peço a V. Ex^a a palavra para fazer uma comunicação que não irá além de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Pela ordem. Sem revisão do orador. – Sr. Presidente, a crise no setor aéreo passa agora, depois daqueles momentos mais dramáticos, a inspirar artigos dos colunistas. O Senador José Sarney, com seu jeito fácil e ameno de escrever, cita filósofos gregos para defender os pilotos do avião da morte, os quais uma corrente expressiva da opinião pública tende a responsabilizar pelos trágicos acontecimentos.

Gilberto Amaral, outro colunista, recorda com saudade os tempos da Varig, da Vasp e da Transbrasil, quando se viajava com o espírito pacificado e estômago forrado de boa alimentação. E acrescenta que não é necessária uma grande investigação para se descobrir as razões do acidente, pois elas se resumem à expressão “manutenção”.

Peço à Mesa a transcrição desses dois artigos nos Anais do Senado, ao tempo em que agradeço a paciência de V. Ex^a e do meu colega Colombo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art.210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jornal do Brasil - 03/08/2007

ARTIGO - José Sarney

Tolerância zero

Ainda estamos nas chamas da catástrofe de Congonhas. É que estou tomado de um profundo sentimento de pesar ao comandante Kleyber Lima, porque, como dizem na linguagem jurídica sobre o Supremo Tribunal Federal, ele teve o destino de errar por último, ou de não errar por último.

Um provérbio latino, citado por Diógenes Laércio na Vida e opiniões dos filósofos ilustres, diz que de mortuis nil nisi bonum (dos mortos só se deve falar para dizer o bem), mas no caso do comandante do voo 3054 só se tem dito ter ser ele o responsável, ignorando-se todas as outras responsabilidades e convergências. Era um profissional competente, com milhares de horas de vôo e suas dramáticas palavras finais mostram o seu desespero e responsabilidade profissional. A frase do co-piloto, Henrique Di Sacco - "Vira, vira, vira" - é interpretada como uma ordem para manter o avião na pista ou fazer um chamado cavalo de pau, isto é, rodopiar. Mas ninguém aventou a hipótese de ter sido um desejo de salvar vidas e cair fora dos prédios que cresciam a sua frente. Eles pensavam nas outras vidas, já que as suas estavam perdidas.

É um lugar comum repetir-se que todo acidente é uma conjugação de fatores negativos que se juntam para o desfecho final. Assim como todas as coisas. Só que nessas o final é exatamente o contrário do desejado. Há que recordar, em primeiro lugar, o porta-aviões que é Congonhas, que, em vez de ser cercado de água por todos os lados, é cercado de casas, edifícios, avenidas, praças, gentes em vez de peixes. Isto torna crítica toda operação ali realizada, em que não se pode errar sem consequências. Estar chovendo acrescenta à pista pequena e mal localizada mais um fator de risco. Por último, e não por isso menor, o estar o avião com um dos reversos em pane, sem poder funcionar.

Estresse de quem comanda um avião nessas situações certamente deve ocorrer, e se suas mãos hábeis se embaralham no empurra e recua das manetas não lhe dão o crédito de todos os erros. Some-se a tudo isso a crise que vivemos, dos equipamentos insuficientes, dos controladores incontroláveis, do desaparecimento das velhas e experientes companhias - Varig, Vasp e Transbrasil - e essa conjunção de circunstâncias nos leva a pensar nesse acidente terrível que levou tantas vidas e deixou sofrendo tantas famílias, com as quais choramos juntos e às quais devemos consolar na dor. Foi tão brutal essa tragédia que invadiu nossas casas e corações, mantendo até hoje nossa perplexidade.

Que as autoridades não vacilem na investigação mais dura e competente que tiverem de fazer e tenham tolerância zero. Está na moda dizer "cansei". Nunca devemos cansar para combater essas coisas. Melhor não desistir.

José Sarney, ex-presidente da República, senador e integrante da Academia Brasileira de Letras

- *Coluna Social - JB - 3/8/2007*

- **Manutenção 1**

Depois da tragédia do último dia 17, que jamais se apagará da minha mente nestes anos que me restam (foi no dia do meu aniversário), já se falou de tudo. O único crucificado foi o presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, sem quê nem prá quê. Corpos não identificados, lágrimas que jamais se secarão, mais CPIs, e cada um querendo aparecer mais do que o outro diante das câmeras de TV, com o narcisismo a flor da pele.

A caixa-preta está na ordem do dia, como se as últimas palavras de agonia dos comandantes fossem servir de consolo ou até mesmo alento para as famílias enlutadas.

O que não se ouve falar mesmo, é no primordial na aviação, como em qualquer setor: MANUTENÇÃO. É isso mesmo, manutenção dos aviões.

- **Manutenção 2**

Esfriem a cabeça, pensem na situação aeroviária, e vejam se tem cabimento num país continental como o nosso, com cerca de 190 milhões de habitantes, com passageiros voando neste mundo vasto mundo chamado Brasil, com somente duas companhias aéreas que possuem um pouco mais de 100 aviões, ou talvez nem isso, atendendo a todos. Como suportar a demanda? E o principal, a manutenção das aeronaves? Onde arrumar tempo para tal mister?

O que se vê, é um aperto cada vez maior devido o aumento do número de poltronas. Nem mesmo os mais magros conseguem abrir as mesinhas, que acabam não servindo para mais nada, pois as refeições de antigamente foram substituídas por pacotinhos de amendoins. Os passageiros, como se diz na gíria, parecem "sardinhas na lata".

- **Manutenção 3**

Os aviões foram projetados para comportar um determinado número de poltronas. Hoje, para garantir mais faturamento, elas foram aumentando, num desrespeito para com o usuário, e, o pior, desestabilizando e comprometendo a segurança. Um exemplo claro, bem atual, é o Airbus 320, que foi homologado para transportar apenas 165 passageiros, e que no dia da tragédia estava com 186. Manutenção! Manutenção é a palavra chave para tudo, principalmente para as aeronaves.

Pensando bem, agora que querem fazer de tudo, renovar pistas, destruir prédios construídos na cabeceira de Congonhas, trem-bala ligando Guarulhos a Viracopos, se esquecem do que não fizeram antes: não deram apoio à Transbrasil, à Vasp e à própria Varig, que foi comprada e não se fala mais dela. Se tais companhias estivessem operando normalmente, teríamos mais aeronaves e tempo hábil e necessário para o mais importante, que enfatizo: manutenção... manutenção... manutenção...

"Agora é tarde, Inês é morta". Pior, quase 200 vidas se foram, e nós vamos ficar por aqui, chorando, rezando, apertadinhos e comendo amendoim... E PT saudações.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito.

Vai usar da palavra o orador que já está na tribuna e que pacientemente ouviu a todos.

Estão inscritos ainda o Senador Papaléo Paes, o Senador Garibaldi Alves Filho e os Líderes Senador Crivella e Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o ilustre Senador Raimundo Colombo.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^ss e Srs. Senadores, eu estava aqui pensando, Senador Heráclito Fortes, sobre a posição do PT. Respeito muito o Senador Eduardo Suplicy, aprendi a admirar S. Ex^a. Na terça-feira, em São Paulo, peguei um táxi e, conversando sobre política, o motorista disse que o político que ele mais admirava era o Senador Eduardo Suplicy. Isso mostra o resultado de sua eleição.

Mas, ao mesmo tempo, como é difícil se posicionar diante da situação que está aí. O Governo brasileiro errou; errou profundamente. Ele tinha de ter dado curso, deveria ter dado condições de defesa, deveria ter permitido que um advogado os assessorasse, deveria ter percebido a vontade das pessoas.

O Senador Heráclito Fortes traz esse assunto com profundidade e permite que esta Casa se posicione. Hoje, no Brasil, tenta-se entender as vaias ao Presidente da República. Essas vaias têm na origem exatamente essa posição de descrédito, de incoerência, de perda de credibilidade.

Na vida pública, dois fatores são determinantes na atuação de cada político. Um é a popularidade, e as pesquisas mostram – a da Datafolha está aí – que não houve perda de credibilidade por parte do Presidente Lula; do Governo isso já ocorreu um pouco. A popularidade é isso, ela vai e desce.

Um dos aspectos mais positivos do atual Governo é uma coisa que não depende muito dele: o cresci-

mento econômico, que vem de um modelo implantado no governo anterior, com os seus erros também, mas, sobretudo, pelo crescimento da economia internacional, que puxa países emergentes. E esse fenômeno não se dá só no Brasil, ele se dá em todos os países com essa característica. Depois da Segunda Guerra Mundial, vivemos o período de maior prosperidade continuada na economia do mundo, e isso fez com que a vida das pessoas melhorasse. É um fato! Não temos hoje uma crise econômica no Brasil. Isso ajuda como nada na imagem de um governante. Então, o Governo mantém índices de popularidade alta, mas credibilidade é outra coisa. Isso é completamente diferente.

Passei este fim de semana, e hoje ainda, lendo todos os jornais, e tive tempo, pois fiquei em Brasília, de acompanhar, de ler as colunas de todos os jornalistas. E está muito claro, ficou evidente a perda de credibilidade, de confiança, de falta de fé no Governo. E esses jornalistas, na sua grande maioria, por longo e longo tempo, consolidaram e permitiram a ascensão da proposta encabeçada pelo PT. É exatamente nessa linha que nós temos que avaliar as crises que ocorrem no Brasil: a posição do Governo em relação à crise aérea, ao apagão aéreo, às CPIs que há na Câmara e no Senado e as frases que estão à disposição, ditas pelo Presidente da Anac, Milton Zuanazzi, que num momento grave, antes desse acidente da TAM, disse: “Não há crise no Brasil”. E, vendo-o na CPI do Senado, pareceu-me ver o “Rolando Lero” dando uma série de informações acerca de assuntos que ele não conhecia. Entregar uma agência técnica, uma agência absolutamente necessária, que necessita de conhecimentos técnicos a quem não os conhece é uma prática que este Governo tem adotado e que mostra claramente a sua postura.

“Não há crise!” “Relaxa e goza!” “Procura o Ponto G!” São essas coisas que, somadas, vão tirando a credibilidade, vão minando a credibilidade de um Governo que ainda tem popularidade. Popularidade é isso, você tem e não tem. Se essa crise norte-americana se acentuar, se os dólares especulativos que estão aqui saírem, nós passaremos a ter outro cenário econômico. Portanto, popularidade é isto, vem e vai, tem e deixa de ter; coisa que é passageira.

Credibilidade, não! É isso que sustenta um governo e isso o Governo Lula perdeu e dificilmente vai recuperar. Não adianta tentar interpretar a questão do “cansei”. “Cansei” – dêem o nome que quiserem – reflete isso e não deve ser comemorado por nós da Oposição porque não se cansou apenas do Governo, nem desse lero-lero, dessa lengalenga, daqueles que

o defendem, mas do modelo. É um modelo porque, na verdade, aqueles que hoje às vezes criticam foram aqueles que, no passado, fizeram igual. Isso tira a credibilidade da classe política.

O movimento não é contra o Lula, o Presidente Lula e nem adianta o Presidente ficar ofendido, magoado porque isso faz parte de uma realidade. O movimento não é das Oposições. Ora, pára com isso! Ninguém está coordenando uma vaia no Maracanã. Isso não existe. Ninguém consegue coordenar. Essa é uma afirmação idiota. E, muito menos, o movimento é das elites. Aqueles que tiveram – poucos – a coragem de ir para as ruas, são aqueles que estão tendo o mérito de representar essa decepção coletiva com o modelo político, com praticamente todos os políticos e com essas crises que acontecem, que vêm e vão e estão aí e fazem parte do nosso dia-a-dia. Está difícil, sim, para nós, políticos, andar nas ruas. Está difícil justificar o injustificável. Está difícil defender o indefensável.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao iniciarmos o segundo semestre – eu que sou novo aqui, que sou novo no Parlamento porque vim do Executivo – eu gostaria que limpássemos da nossa frente, que tirássemos desse horizonte essas coisas, esses acontecimentos que estão prejudicando o nosso trabalho legislativo e impedindo que a gente consiga defender o que o povo quer.

O Governo hoje comete muitos erros iguais aos daqueles que quando estiveram no governo cometiam também. Um deles está claro à nossa frente: a renovação da CPMF. O Governo precisa de uma atitude corajosa. Pode haver muitos argumentos a favor da renovação da CPMF, mas o que está claro para a opinião pública é que se está negociando de forma deslavada. Um Deputado Federal, do PMDB, de um grupo político, segurou a relatoria dessa matéria porque queria a nomeação do Sr. Luiz Paulo Conde. Essa é a realidade que a imprensa traz para conhecimento de toda a Nação e que não foi desmentida. Agora, vão nomear o Luiz Paulo Conde. É como aconteceu com o Diretor da Anac, por quem tenho respeito técnico, não pelo setor de energia porque isso ele não conhece.

Atendidos os interesses, começa-se a compatibilizar a votação e o sucesso da CPMF. Sucesso em cima de quem? Do povo que, para pagar a conta de luz, no final do mês, tem de pagar 46% de imposto; que ao abastecer o seu carro em um posto de gasolina paga mais da metade de imposto.

O trabalhador brasileiro olha com desesperança para o futuro, enxergando na classe política uma classe que vive de negociação, para colocar, mais uma vez, no dia-a-dia da população, essa tal de CPMF.

Votarei contra. Não acho que a solução seja redistribuir. Temos que diminuir a carga tributária. Meu compromisso não é com o prefeito, cargo que ocupei três vezes, ou com governadores; é com a sociedade. E a sociedade não agüenta mais pagar tanto imposto. É esse o debate que tem de ser feito. Sem negociação! O Governo que apresente, de forma decente, um cronograma para tentar, perante a classe política e a Oposição, de forma responsável, encontrar a melhor forma de conduzir essa transição, para retirar a CPMF, que devia ser provisória, cuja arrecadação deveria ser colocada na Saúde. E eu, como Deputado Federal, confiando em Adib Jatene e dando-lhe credibilidade, votei a favor. Hoje, apenas 1/3 da CPMF vai para a Saúde. O Jornal Nacional e a imprensa do Brasil inteiro mostram crise, crise, e mais crise.

V. Ex^a, Senador Mão Santa, que tem apresentado todos os dias, e hoje ainda falou do problema da Saúde no Brasil, sabe que desse dinheiro está chegando muito pouco para a Saúde, e que ele substitui o outro que já ia. A CPMF virou apenas mais um imposto que vai para o caixa do Tesouro, independentemente de quem o criou, de quem o mantém e de quem quer mantê-lo outra vez.

É por causa dessas coisas que o povo brasileiro vai. Ainda intimidado, ele não está indo para as ruas para mostrar exatamente esse tipo de coisa.

Tanto sonhei, quando aqui entrei, com a reforma política, a mãe das reformas, a primeira de todas, para que ela pudesse regulamentar e colocar ordem nesta Casa e na política do Brasil! Discussão vai, discussão vem, mas nada disso andou, nada disso avançou. Lá se foi o primeiro semestre, lá se foi a hora de fazer a reforma e talvez não se consiga fazê-la no segundo semestre.

Está difícil andar na rua. Vamos dizer o quê? Quanto vai custar a próxima eleição? Quantos atos de corrupção vão ser praticados? Como vamos poder liderar as pessoas neste País, sem credibilidade, sem autoridade, sem dar o exemplo, sem ter uma postura de dignidade? Sem a reforma política, sem a mudança do modelo político, não vamos ter política sadia. Falo também do modelo tributário. Tanto se discute, há tantos e tantos anos, e nada se avança.

Vamos começar o segundo semestre. O Senador José Agripino, meu Líder, falou da necessidade de termos uma postura clara em relação a esse processo que envolve o nosso Presidente Renan, para que tiremos isso da nossa frente. O ideal é, como sempre foi, que S. Ex^a tivesse se licenciado e, com isso, permitisse absoluta clareza e tranquilidade na tramitação desse processo desagradável para todos nós, sobretudo para S. Ex^a. Isso não foi feito. Isso não

foi praticado. A crise se agrava a cada dia. Deixamos de falar em reforma tributária, deixamos de discutir o modelo político, para ficar tratando dessa crise, que prejudica a todos nós.

É necessária uma posição mais dura. E, sobre ela, eu quero, de forma muito clara, me posicionar a favor.

Como traz a revista *Veja* desta semana, devemos tratar de assuntos que se definam a longo prazo. Estamos vivendo os dramas, a falência, as consequências do processo do apagão aéreo, mas não é apenas esse apagão que está aí. O apagão elétrico, a falta de energia elétrica que hoje ocorre na Argentina vai chegar ao Brasil, lamentavelmente. Não há como evitar. Não se consegue colocar em disponibilidade no mercado o consumo de energia que teremos em 2011, mesmo que a decisão fosse tomada hoje, mesmo que os atos fossem praticados a partir de agora. Não há mais tempo hábil. Não se constrói uma usina em período tão curto. Esse é o cenário que está aí.

Precisamos discutir, de forma mais clara, a violência urbana, não apenas quando surge um problema. Será que é preciso matar mais algum menino como aquele para discutirmos o assunto nesta Casa? No ano passado, houve mais de 50 mil mortes no Brasil. Na Guerra do Iraque, morreram 34 mil pessoas, segundo dados da ONU. Essa é a grande verdade que está à nossa frente. Morre mais gente em acidentes de carro nas estradas brasileiras do que morreu na Guerra do Iraque.

Temos de obrigar o Governo a determinar uma política mais clara e a parar de falar que tudo é PAC, tudo é PAC. Até agora, trata-se de um pacote que ninguém abriu, e não vemos nada acontecer. Quero que o Governo dê certo, mas é importante começarmos a debater questões profundas.

A Petrobras acaba de comprar mais uma empresa. Por que ela não baixa o preço do combustível para o consumidor? Não é essa a sua função? Não é esse o modelo? E temos de pagar o dobro do que se paga na Argentina e dez vezes mais do que se paga na Venezuela.

O que adiantou termos conquistado a autonomia?

Sem querer tomar mais tempo – porque aqueles que falaram antes se alongaram muito e o Papaléo me cedeu o local e é absolutamente necessário que eu o retorno em tempo adequado –, eu quero registrar aqui, com tristeza, o falecimento de um dos políticos de Santa Catarina que eu mais admirei, o ex-Governador Ivo Silveira. Aos 89 anos de idade, ele faleceu. Quinta-feira, eu fiz aqui um registro pedindo que fos-

sem enviadas condolências, e hoje o faço de viva voz. Fiz antes apenas por um documento.

Ivo Silveira foi quatro vezes Deputado Estadual, sendo três vezes Presidente da Assembléia, duas vezes Prefeito da sua querida cidade de Palhoça, e governou nosso Estado de 1966 a 1971. Era do velho e glorioso PSD, Partido da minha origem. Ele foi um político participativo, aberto, presente em todos os atos desde aquela época até agora. Convivi muito tempo com ele e quero deixar registrado aqui no Senado, como seu amigo leal, como seu admirador, como pessoa que soube aprender a respeitar Ivo Silveira, como representante de Santa Catarina, o seu falecimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Colombo, V. Ex^a fez um dos mais brilhantes discursos, o que me faz lembrar que, lá no Cemitério de Gettysburg, houve muitos oradores, mas todo mundo só lembra o pequeno discurso de Abraham Lincoln, que termina assim: “A democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo”. Então, é como V. Ex^a.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – V. Ex^a é bondoso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E permita-me, Papaléo, que falou de vaia. A vaia tem que ser entendida. Eu sempre digo – e Papaléo vai entender melhor, porque estudou Pavlov e os reflexos condicionados – que a vaia é um reflexo condicionado, é um impulso da combatividade. Tem o impulso sexual, que Freud estudou, o da sobrevivência, o da paternidade. Então, ali foi um impulso de combatividade do povo do Brasil, um reflexo condicionado. Não foi ninguém; foi o povo na sua combatividade.

Chamamos para usar da palavra o inscrito Papaléo Paes; agora, se quiser passar adiante, pode haver entendimento. Mas o Papaléo já está há três horas aqui para falar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, faço a inversão da ordem e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, grande Líder do PMDB, Partido de V. Ex^a. E tenho certeza absoluta de que V. Ex^a, de coração, concederia esse espaço ao Senador. Então, tomo emprestado o seu coração e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos essa cessão ao nosso Líder e o convite, uma vez que ninguém se perde no caminho de volta, para que V. Ex^a seja atraído pelo Líder e volte ao PMDB.

Com a palavra o Líder do nosso Partido, Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, nobre Senador Papaléo Paes, é que o coração do Papaléo ainda é PMDB. E faço aqui já da tribuna um convite ao retorno. O bom filho à casa torna. No PMDB sempre cabe mais um, Papaléo. Obrigado pela generosidade de me conceder o tempo aqui.

Também, da mesma forma, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de me associar às palavras do Senador Colombo, de Santa Catarina, meu Estado natal, e externar nossos sentimentos e nossas condolências à família, aos amigos e, por que não dizer, a todo o povo catarinense que tanto apoiou e admirou o ex-Governador Ivo Silveira, que foi do PMDB por um período. Grande Governador, grande Deputado, grande Prefeito de Florianópolis, um grande homem público, que, com certeza, contribuiu muito para o progresso de Santa Catarina.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, temos boas notícias na área econômica e fiscal do nosso País.

Na área econômica, temos o ótimo desempenho do comércio exterior e o aumento da expectativa de crescimento do PIB brasileiro.

O PIB poderá atingir, Sr. Presidente, 5% em 2007. Na área externa, o excelente desempenho da balança comercial levou o Governo a anunciar a revisão da meta de exportações para este ano de US\$152 bilhões para US\$155 bilhões, um resultado excepcional.

Os dados da balança comercial divulgados recentemente mostraram dois recordes mensais. As importações superaram, pela primeira vez, o nível de US\$10 bilhões; e as exportações também ultrapassaram, pela primeira vez, US\$14 bilhões.

O resultado comercial acumulado de janeiro a julho é de US\$87,3 bilhões.

Nossa posição confortável no setor externo permite-nos superar com segurança eventuais crises no mercado internacional, como o recente problema de inadimplência no mercado imobiliário dos Estados Unidos. Nossas reservas cambiais situam-se em US\$147 bilhões.

Foi anunciado também recentemente o superávit do setor público de R\$71,6 bilhões, o maior desde 1991, que contribui para a redução da dívida líquida do setor público para 44,3% do PIB.

A revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas obrigatórias, de acordo com o 3º Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, de julho de 2007, indicou a possibilidade de ampliação dos limites de despesa em R\$6,8 bilhões frente ao corte

de R\$16 bilhões inicialmente determinado no Decreto 6.076, de 2007, conhecido como Decreto de Contingenciamento. Com isso, revelou-se exagerado contingenciamento de despesas aprovadas pelo Congresso no Orçamento de 2007.

As novas estimativas de receitas apresentadas pelo Governo demonstram que foram acrescidos R\$8,6 bilhões nas receitas primárias totais, exceto Previdência Social, comparando-se com a projeção anterior de abril de 2007. Essas receitas foram reestimadas para R\$471,9 bilhões, valor muito próximo daquilo que foi projetado na Lei Orçamentária pelo Congresso Nacional, R\$472,1 bilhões, expurgando-se as desonerações de impostos publicadas após a aprovação do Orçamento que totalizam R\$6,6 bilhões.

A arrecadação líquida de restituições da Secretaria da Receita Federal está atualmente projetada para o ano de 2007 em R\$405 bilhões. Isso representa uma variação de 12,83% em relação ao ano de 2006.

Assim as estimativas de receita orçamentária feitas pelos técnicos do Congresso Nacional estão se verificando na prática. O nosso orçamento foi real. Está-se verificando que o Orçamento elaborado e aprovado no ano passado para 2007 foi feito de forma séria e que se está realizando.

Lamenta-se que até o momento temos gasto apenas 10% do total de investimentos previstos para o ano, no âmbito do Projeto Piloto de Investimentos – PPI, cujo valor é de R\$22 bilhões.

Sr. Presidente, o Presidente Lula disse, ainda na semana passada, na reunião do conselho político, que a coisa mais difícil é a execução.

Fui Governador, assim como V. Ex^a, que já foi Governador por duas vezes e também Prefeito. V. Ex^a sabe que o que estamos falando é verdadeiro. Difícil é uma equipe executar aquilo que está projetado, programado e orçado. Por isso pedimos, neste momento, empenho da equipe do Presidente Lula, dos Ministros, para que possam acelerar os investimentos alocados no Orçamento da União.

Já estamos passando da metade do ano; daqui a pouco o ano chega ao final, e nada ou pouco foi executado até agora. É dessa velocidade que o Brasil precisa. Se vamos crescer 5%, poderíamos crescer 7% ou 8% se empreendêssemos essa velocidade de que o Brasil necessita.

Porém, acredita-se que os investimentos ocorrerão. Ainda tenho esperança de que esses investimentos possam ocorrer ainda este ano. As receitas previstas no Orçamento de 2007 comportam os investimentos previstos no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Porém, espera-se que os investimentos

sejam realizados ao longo do tempo estabelecido no referido programa. Trata-se apenas de uma questão de tempo.

Devo ressaltar que foi assinado convênio do Governo Federal que prevê a liberação de R\$430milhões para o meu Estado, Rondônia, e R\$154milhões para o Município de Porto Velho, a nossa capital, a serem aplicados em obras de água, esgoto e saneamento, enfim, infra-estrutura urbana. E essa infra-estrutura, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, é para receber as usinas do Rio Madeira, esse grande projeto do Programa de Aceleração do Crescimento.

Ouvi aqui o Senador Raimundo Colombo falando da preocupação sobre a possibilidade de um novo apagão. Disse que nada poderá ser feito para se evitar o apagão. Ainda acho que há, sim, condições de acelerar os empreendimentos das usinas do Rio Madeira, em Jirau e Santo Antônio, nas usinas de Belo Monte, no Pará, nas termoelétricas a gás, e não a óleo diesel. Sou radicalmente contra queimar óleo diesel, poluente e caro, para gerar energia elétrica cara também. Temos que acelerar as construções das nossas usinas hidrelétricas e das termoelétricas a gás, e não a óleo diesel ou a óleo combustível.

Mais de 12 Estados também foram beneficiados nesse programa de convênios do PAC. O total de recursos com essa finalidade foi de R\$6,8 bilhões, só para esses 12 Estados. Outros Estados já haviam assinado convênio antes e outros ainda assinarão até o final do mês de agosto.

Lamenta-se também, Sr. Presidente, o fato de ainda estarmos pagando um alto preço em juros da dívida pública. No período de janeiro a junho, o setor público pagou R\$79 bilhões em juros da referida dívida. Apesar disso, tais despesas apresentam uma queda de 3,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Isso é um ótimo indicador, é uma ótima sinalização de que a nossa dívida tende a cair. O Governo precisa aproveitar essa oportunidade para diminuir gradativamente o comprometimento de recursos com os juros da dívida externa.

Felizmente, o Ministério da Fazenda sinaliza que poderemos alcançar o déficit nominal igual a zero, o que deve ser viabilizado por meio da queda nas despesas de juros. Isso é um sonho, Sr. Presidente, que o Brasil poderá tornar realidade.

Enfim, todos nós esperamos que tanto o aumento dos gastos com investimentos quanto a redução das despesas com juros ocorram inevitavelmente ao longo do tempo, uma vez que a política econômica tem sido conduzida nessa direção.

Como o Senador Colombo disse, nós estamos trabalhando e torcemos pela redução da carga tributária, que já foi maior mas tende a diminuir.

Além disso, o quadro favorável em que se encontra a economia brasileira demonstra que existem condições para ser implantado um novo modelo de crescimento em nosso País.

Torço muito, Sr. Presidente, para que o nosso País possa, num período muito curto, ter condições de gerar emprego, de gerar renda, de gerar melhores condições de vida para toda a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço também ao Senador Papaléo Paes a concessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu não sei se V. Ex^a se equivocou, mas a carga tributária nunca antes foi tão alta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já esteve maior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os juros é que já estiveram, mas se não considerarmos o *spread*. Agora, V. Ex^a, que nos lidera, é do PMDB. O Partido deve levar uma mensagem que não é minha, mas de Átila, rei dos Unos; é um princípio de liderança. Papaléo, “administrar é fácil”, diz Átila, rei dos Unos, “é premiar os bons e punir os maus”. Luiz Inácio está fazendo o inverso: não pune os maus; premia os maus. Eles estão fortes, lépidos, fagueiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para fazer uso da palavra, o Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá.

V. Ex^a poderá ocupar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, realmente esta foi uma tarde muito produtiva para esta Casa, visto que diversos temas importantes para o País foram debatidos aqui. Logicamente, estamos todos de parabéns os que comparecemos nesta segunda-feira, dia que normalmente fica prejudicado de um número expressivo de Senadores por não termos uma sessão deliberativa. Mas hoje foi um dia brilhante para esta Casa.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, em 2002, em artigo publicado no jornal *Gazeta Mercantil*, o Presidente Lula, já em campanha eleitoral, dizia saber do caos aéreo no País. Sob o sugestivo título de *Morte Anunciada do Transporte Aéreo*, em julho daquele ano, ele assinou o artigo. Disse Lula: “A crise da aviação brasileira, que vem se arrastando há muitos anos, atinge o estádio terminal, sem que se vislumbre uma solução no horizonte”.

O então candidato Lula defendia à época: “Vale, sim, uma intervenção das autoridades competentes,

não para presentear as empresas com o suado dinheiro dos contribuintes, mas para dar as condições macroeconômicas de sobrevivência e de competitividade, antes que elas sejam engolidas pelas grandes companhias estrangeiras".

No texto, o então candidato criticou o Governo Fernando Henrique Cardoso e propôs medidas que não seguiu depois de eleito. E mais, Sr. Presidente, em 2003, o então Ministro da Defesa José Viegas recomendou uma série de medidas para o setor, o que foi completamente ignorado por Lula e seu Governo durante todo este tempo.

O que está contemplado nas recentes resoluções do Conselho de Aviação Civil (Conac) foi sugerido em 2003 pelo então Ministro Viegas. Esse episódio deixou evidenciado que aquilo que seus ministros recomendam não tem andamento e nem sequer é lido. É bem provável que sejam engavetados nos escaninhos palacianos, porque medidas duras não dão imagem positiva para o Presidente Lula, que somente se preocupa com sua popularidade.

Mas, depois de demitir dois Ministros, o Presidente Lula continua achando que não viu nada e que também não existe crise, apesar da queda de duas aeronaves, que ceifaram mais de 300 vidas humanas. Se não havia crise, qual a razão para buscar um ex-ministro do Governo do Presidente Fernando Henrique, o Ministro Nelson Jobim? É para resolver o problema ou para atribuí-lo a alguém sob um eventual insucesso do novo Ministro na "empreitada"? E ainda dizer que o Ministro Jobim é herança maldita do Governo Fernando Cardoso?

Mas sobre essa seqüência de fatos, o jornalista André Petry, da revista **Veja**, foi muito mais feliz em seu artigo publicado na revista desta semana, sob o título: *As opiniões dos Lulas*.

"7 de janeiro de 2002 – Nessa data, quando nem era candidato oficial à Presidência, Lula publicou um artigo no jornal **Gazeta Mercantil**, cujo título era "Morte anunciada do transporte aéreo".

No texto, referindo-se à então recente paralisação da Transbrasil, Lula diagnosticava que "a crise da aviação brasileira" estava atingindo "um estágio terminal". Depois de dizer que "o transporte aéreo é reconhecidamente um setor estratégico, principalmente para um país como o Brasil", Lula contava que Estados Unidos, França, Itália, Espanha e Portugal vinham trabalhando para que seus sistemas aéreos ganhassem em "eficiência para movimentar pessoas, produtos e serviços".

Em seguida, voltando à situação do Brasil, Lula dizia, no mesmo artigo, que a reestruturação que as companhias aéreas promoviam na época não estava

resolvendo o problema e previa que a "tendência é de o setor continuar afundando". Lula se indagava: "O que é preciso para que o nosso País tenha um transporte aéreo eficiente?" O articulista dizia que as empresas brasileiras precisavam ter condições semelhantes às das americanas, que compravam combustível mais barato, tinham mais acesso ao capital de giro, pagavam menos impostos. Lula encerrava o artigo fazendo uma crítica ao governo de Fernando Henrique. Dizia que, no ano anterior, em 2001, o tucano mandara um projeto para o Congresso, prevendo a criação de uma tal Agência Nacional de Aviação Civil, que atenderia pela sigla Anac. Contava que, ao analisarem o tema, os Parlamentares decidiram introduzir mudanças no projeto original. "E o que fez o Governo Fernando Henrique Cardoso?", indagava Lula, para responder: "No dia da votação, de forma autoritária, simplesmente retirou o projeto, encerrando a discussão". Lula lamentava que a criação da Anac fora abortada.

Seu artigo termina assim: "As empresas aéreas nacionais estão falindo, milhares de trabalhadores continuam perdendo seus empregos, divisas estrangeiras deixam de entrar no Brasil, e o nosso País perde cada vez mais capacidade competitiva. Até quando, Senhor Presidente?"

Conclusão: o artigo era uma avaliação mais voltada para a crise das empresas aéreas do que do setor como um todo, mas quem leu o texto na época, mesmo supondo que fora escrito por algum assessor, certamente pensou que Lula tinha alguma intimidade com o assunto.

Dia dois de agosto de 2007. Nessa data, já entrando na segunda metade do seu quinto ano de Governo, Lula reuniu seu conselho político e disse que desconhecia a extensão da crise aérea. Disse que nunca lhe mostraram claramente a gravidade da situação. Para provar sua completa ignorância sobre o tema, disse que nunca o assunto fora mencionado nas cinco eleições presidenciais que disputou. Conclusão: quem foi informado dessas declarações de Lula certamente pensou, caso tenha acreditado nelas, que o Presidente jamais teve a mínima intimidade com o assunto.

O que terá acontecido entre 7 de janeiro de 2002 e 2 de agosto de 2007?

É por essa razão, Sr. Presidente, e por tantas outras que o povo brasileiro está cansado. Não aguenta mais mentira, tanta enrolação, tanta incapacidade gerencial, entre tantas outras decisões que evidenciam a incompetência deste Governo.

É por essas incoerências, Sr. Presidente, que o povo tem vaiado Sua Excelência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Apresentando nossos aplausos ao pronunciamento de V. Ex^a, eu queria dizer o seguinte, advertindo o povo do Brasil – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a está afinado com o Governo: “Brigadeiro cai atirando”. É uma homenagem que quero prestar.

Senador Crivella, é muito comum prestarmos homenagem ao sol, que está nascendo, mas quero prestar a esse Brigadeiro, que cai atirando. Ele lembra Santos Dumont e Eduardo Gomes, também Brigadeiro. No meio dessa crise, era preciso buscá-lo. O pau quebra do lado do mais fraco. Os outros todos são apadrinhados políticos. Ele, não. O padrinho dele é a Bandeira, é a Pátria, é a Constituição. O novo Ministro, Nelson Jobim, atentai bem, Crivella, veja um homem de dignidade; veja o renascer do Brigadeiro Eduardo Gomes. “O preço da democracia é a eterna vigilância”.

Ele foi chamado e convidado pelo atual Ministro. Cultura média, o que, para o Lula, é muito. Leu uns trechos de discurso, Garibaldi, de D’Israel, do tempo da Rainha Vitória. Aquele que disse mais ou menos assim: “Não se queixe, Não se explique; saia ou aja”. E o Presidente Luiz Inácio pensava que estava diante de um líder. Mas quero dizer a V. Ex^a, Senador Crivella, que ele saiu e disse que não ia pedir a renúncia, não; queria a demissão, que saía com altivez e com a grandeza do ideal e do amor que ele tinha à Pátria e à sua dedicação à ciência aeronáutica. A ele, nossos aplausos. Ele sai com a satisfação do cumprimento da missão, diante das suas limitações, diante dessa indignação e vai repousar nas praias do Ceará.

Eu até o convidaria a escrever no Piauí.

Convidamos para usar da palavra o Líder Marcelo Crivella, do PRB do Rio de Janeiro, ao tempo também em que nos encheu de entusiasmo o aparte de V. Ex^a, em defesa das liberdades democráticas, diante dos atletas cubanos que foram seqüestrados pelo Governo brasileiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço sua generosidade; Senador Garibaldi Alves Filho, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado e demais presentes ao nosso Plenário, inicio meu pronunciamento comentando a posse do Ministro Nelson Jobim, mencionada por V. Ex^a, a quem gostaria de desejar todo sucesso na administração do Ministério da Defesa. Mas também me causou certa espécie verificar que o Ministro começou seu mandato de maneira um tanto quanto indelicada em

relação ao seu substituto, o Ministro Waldir, que procurou fazer o que pôde, dentro dos limites da lei, para aprimorar a administração do Ministério da Defesa. Todos sabemos que se trata de um Ministério ainda em fase de implantação, com extrema dificuldade na parte legislativa; e S. Ex^a caiu por razão, até hoje, não identificada.

É bem verdade que, nos momentos de crise, o primeiro sentimento – e também o mais primitivo – da alma humana é o da vingança. Assim, com a dor de nós todos pela morte irreparável – sempre a morte é irreparável –, pela ausência irreparável, insubstituível daquelas pessoas, busca-se a vingança. E assim começamos, demitindo Ministro e, depois, o Presidente da Infraero. Depois, ouviu-se falar em demitir o Presidente da Anac e toda a Anac. Depois, fecha-se o aeroporto e condona-se a pista até que investigações isentas, feitas no estrangeiro, mostraram que era possível raciocinar com a hipótese de um erro humano ou de uma falha mecânica. Essas coisas sempre ficam acrescentando dor ou, como diria lá na roça, Senador Garibaldi Alves Filho, um coice à queda do cavalo.

Gostaria de lembrar um brasileiro ilustre, que – dizem – foi o mais circunspecto de todos os brasileiros na constelação de políticos desta Nação: Floriano Peixoto. Ele dizia o seguinte: “Se dos Moderados não podemos esperar decisões supremas, dos Exaltados não se deve esperar decisões seguras”.

Portanto, peço ao Ministro Nelson Jobim que pense, que raciocine. Na aviação, precisamos de decisões seguras acima de tudo.

Sr. Presidente, gostaria de falar sobre um assunto que já abordei várias vezes desta tribuna. Trata-se do PLS nº 122, a Lei da Homofobia. A Lei da Homofobia não pode passar na Comissão de Direitos Humanos. Se passar, não pode passar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se passar, não pode ser aprovada neste plenário. Se for, não pode ser sancionada pelo Presidente da República. E, se for, teremos de ir às ruas para derrubá-la no Supremo, porque é uma ditadura, arranca de nós a conquista nos dada pela primeira vez após a Proclamação da República: a liberdade de culto. Antes de 1889, não se permitiam os cultos que não fossem da religião oficial. Lembrem-se de que, naquela época, um Senador, ao assumir o seu mandato, jurava, em primeiro lugar, defender os Evangelhos: “Diante dos Evangelhos, juro defender a Santa Igreja Católica”. Não sou contra quem a defende, mas não é possível institucionalizar e obrigar que todos os políticos o façam porque nem todos têm o pensamento católico.

A liberdade de culto foi uma conquista desta Nação e morre agora com o PLS nº 122. Perdoem-me, mas continuo achando que os Srs. Deputados não sabiam da extensão, do completo alcance da lei que aprovaram, porque torna crime uma opinião contrária, dizer que o homossexualismo é pecado, como diz a *Bíblia*. Dizer que é abominação, como escreveu Moisés há quatro mil anos, ou dizer, como Paulo disse, que atenta à natureza criada por Deus.

O PLS nº 122 institui em nosso País a intolerância e, por isso, não pode ser aprovado. O legislador da nossa Constituição já achou complicado incluir essa palavra por achar difícil, depois, controlar extrapolações inconvenientes porque a matéria, realmente, é difícil de ser tratada. Nesse PLS, mudam-se três leis brasileiras, a Consolidação das Leis do Trabalho, para impedir que qualquer pessoa seja demitida por causa do homossexualismo. De modo geral, sou também favorável a isso, mas a lei sempre caracteriza a regra pelas exceções. As exceções são importantes na lei. E as exceções devem ser dadas a um sacerdote, seja pastor ou padre, a um professor de seminário. Esse, se optar por comportamento contrário àquele preconizado, há milhares de anos, na religião católica, na religião evangélica, na religião cristã de um modo geral, a sua atuação fica incompatível. É como se eu não aceitasse mais a nacionalidade brasileira ou me negasse a defender a Constituição ou a representar os eleitores do meu Estado.

Muda também, Sr. Presidente, o Código Penal, criando a lei do crime de opinião. Ou seja, expressar opinião contrária é apologia à violência. Mas não se pode entender de maneira ampla e, sim, no sistema do Código Penal, preconizado por nossos juristas. A interpretação é restrita. É restrita a interpretação do Código Penal. As leis precisam ser entendidas **stricto sensu**, para que não se torne o Código Penal um instrumento de perseguição, e se punam inocentes.

Pois teremos agora, contrário à liberdade de pensamento e de culto, contrário à Constituição brasileira, o crime de opinião. Não se pode falar contra o homossexualismo. Coíbe-se, assim, a liberdade de pensamento.

Mas, Sr. Presidente, ainda se muda a lei do racismo, que foi toda ela estruturada em cima de 350 anos das páginas mais negras da nossa história, com que Nabuco, Patrocínio e Princesa Isabel nos redimiram, em 1888. Uma coisa é a discriminação contra negros, com um passado de 350 anos de odiosa perseguição. Outra coisa é uma opinião contrária a uma prática não aceita

unanimemente por todos os brasileiros. Em qualquer outro país do mundo, isso não tem unanimidade.

Para aqueles que acham que eu seja homófobo ou que defendo a homofobia, quero deixar claro que não. Respeito profundamente a opção sexual de cada brasileiro, homem ou mulher. Respeito profundamente o seu direito de decidir sua própria vida.

É por isso, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna hoje. Causou-me espécie uma sentença que o Dr. Manoel Maximiliano Junqueira Filho, Juiz Titular da 9ª Vara Criminal da Comarca da Cidade de São Paulo, proferiu a respeito do caso de um jogador de futebol, atualmente jogando no time do São Paulo, chamado Richardson, que entrou na Justiça por ter sido chamado de homossexual por um dirigente do Palmeiras. Aparentemente, esse rapaz, por entrar na Justiça, não é homossexual, mas a sentença merece emendas e nossos comentários, nós, que somos juristas e vemos pelas liberdades e garantias individuais do nosso povo, no sentido de que, ao dar uma sentença, o juiz deve expressar, primariamente, impessoalidade e legalidade. Talvez a um Senador, a um Deputado, a um político seja muito mais ampla a expressão da opinião do que a de um magistrado que deve seguir os *curbs* da lei.

Pois bem! O juiz disse que futebol não é coisa de homossexual. A sua opinião é a de que homossexualismo não é compatível com atividades viris. Nesse caso, Sr. Presidente, a meu juízo, começamos a expressar valores. Assim como defendo que um jogador de futebol, ao fazer um gol, se ajoelhe e faça o sinal da cruz ou agradeça a Deus, também defendo que seja direito de outro jogador não agradecer a Deus, não comungar com religião alguma ou mesmo ter uma opção sexual, seja ela qual for. A discriminação é odiosa; ela estiola as nações. Ela é contrária aos princípios de qualquer homem de bom senso. Nenhuma página da *Bíblia* prega ou pregou qualquer tipo de discriminação. O próprio Cristo não aceitou que se apedrejassem uma prostituta no momento em que Ele próprio corria o risco de ser apedrejado. Preferiu que fosse assim a que se apedrejassem uma mulher considerada imunda pela lei naquela época.

Sr. Presidente, se somos cristãos, queremos construir uma Nação livre e solidária, na época, em que, por exemplo, no meu Estado, se cometem 300 mil crimes por ano.

Mil por dia são cometidos no Estado do Rio de Janeiro. Pasme, Sr. Presidente, mil por dia. São lesões corporais dolosas, são furtos, são roubos, são

assassinatos, homicídios, seqüestros. São mais de mil por dia.

Se queremos construir uma nação solidária, amiga, precisamos respeitar o direito do nosso próximo. O juiz diz também que não era caso de buscar a Justiça, mas que, se ele se sentisse ofendido, buscasse um *tête-à-tête*.

Ora, Sr. Presidente, será que cabe a um juiz incitar o crime e a violência? O *tête-à-tête* não poderia ser enquadrado como exercício arbitrário das próprias razões? Não podia resultar isso em agressões verbais, psicológicas e físicas? Não seria uma injúria de repente se transformando num crime?

E, pior de tudo, lança-se sobre esse jogador, em todo o cenário jornalístico, na imprensa, uma pecha. Não sei se é ou se não é, não nos cabe... O que cabe a um torcedor é torcer pelo seu time, é avaliar o desempenho de um jogador, mas não discriminá-lo.

Há pouco vimos odiosas manifestações na Europa, quando chamaram um jogador negro de... De um nome que não quero repetir, porque me ofende tanto. Eu, que vivi dez anos na África, como missionário, não gosto nem de pensar. Mas foi uma discriminação odiosa, quando os maiores craques que temos são oriundos do continente africano. Não nos ofendeu a todos? Não foi julgado pela Fifa?

Não queremos ver, amanhã, Sr. Presidente, jogadores de futebol, de voleibol, seja lá do que for... Tivemos grandes tenistas declaradamente homossexuais que encantaram o mundo e que fizeram o seu jogo com brilhantismo, ganharam e perderam partidas.

Não queremos ver mais discriminação odiosa no nosso País!

Então, Sr. Presidente, ainda que defenda que o PLS não deva ser aprovado, ainda que defenda que essa lei seja esdrúxula, que é uma excrescência jurídica, e não sei como foi aprovada na Câmara dos Deputados, venho a esta tribuna para dizer que me senti ofendido e que lamento profundamente a sentença prolatada pelo Juiz Maximiniano, da 9ª Vara Criminal de São Paulo. Presto, então, aqui, minha solidariedade a esse jogador, que não sei se é homossexual ou não, mas cujo direito de jogar futebol e de exercer sua profissão com liberdade e com respeito de todos nós brasileiros defenderei.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a engrandece esta Casa, e, nesse sentido, quero dar um testemunho. Antes de V. Ex^a ser Senador da República, representando o respeito do povo piauiense a V. Ex^a, ao seu comportamento, eu, em nome do

povo do Piauí, condecoro-o com a maior comenda, Grã-Cruz da Ordem Estadual do Mérito Renascença, e vi os aplausos, a gratidão e o respeito do povo do meu Estado. Depois, quis Deus que fôssemos ambos Senadores.

E, hoje, V. Ex^a prova a este País que este é um dos melhores Senados dos 183 anos. E V. Ex^a faz jus a isso.

Aqui, na Presidência, acompanhei o seu debate e a sua posição firme em defesa das liberdades dos seqüestrados atletas cubanos, dos quais foram tirados o direito de ir e vir, de gozar a liberdade.

É muito comum se prestar homenagem ao sol que nasce. Meu respeito à figura extraordinária de Waldir Pires, que foi meu chefe. Fui da Previdência. Ele foi um dos melhores Ministros da Previdência. Falo pela classe médica. E o brigadeiro também foi humilhado. Enquanto, com arrogância, cita palavras roubadas de Disraeli, Ministro da era vitoriana, “não se queixe, não se desculpe, não explique grosseiramente”. E V. Ex^a, mesmo sendo do Governo, teve a altivez de defendê-los. E agora isso daí mostrando a ignorância, e o meu professor de cirurgia dizia “a ignorância é audaciosa”.

Os filósofos daquele tempo antigo, antes de Cristo, que V. Ex^a prega, muitos deles ficavam na noite estudando, querendo explicar por que o sol brilhava, a lua saia à noite, o vento. Já havia vinho, eles se embbedavam, e as mulheres eram afastadas das reuniões porque eram tidas como escravas e, portanto, não podiam participar. Muitos deles eram filósofos e homossexuais, que deram ensinamentos.

Enfim, V. Ex^a representa aquilo que é mais importante: o amor ao próximo, o respeito ao próximo, que Jesus nos ensinou.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para fazer uso da palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, como orador inscrito, do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, confesso que pretendia usar a tribuna para também falar a respeito da crise do setor da aviação civil. Mas, a esta altura, foram tantos os pronunciamentos a respeito desse assunto que me animo apenas a dizer que, há poucos instantes, estive no gabinete do Ministro Nelson Jobim na qualidade de Relator da Subcomissão que trata do aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, para convi-

dá-lo a participar de uma audiência pública que deverá ser presidida, na próxima semana, pelo Senador Delcídio Amaral. S. Ex^a pretendia realizar uma reunião hoje sobre a crise do setor. Mas, foi mais prudente aguardar para a próxima semana quando teremos o pronunciamento do próprio Ministro Nelson Jobim.

Então, Sr. Presidente, vou aguardar a presença do Ministro Nelson Jobim, que inclusive virá acompanhado do novo Presidente da Infraero, Sr. Sérgio Gaudenzi, do novo brigadeiro responsável pelo setor aéreo, e outras autoridades já convidadas. Aí, sim, teremos um painel variado, com as opiniões, avaliações sobre essa crise que não pode se esgotar na simples conclusão de que a culpa foi dos pilotos ou da companhia aérea. Na verdade, pode ter sido culpa quando do acidente, mas existe aí um contexto muito mais grave, cabendo ao Congresso Nacional, que já está investigando no âmbito da CPI criada, investigar também sob o âmbito da regulamentação das agências regulatórias tudo aquilo que possa representar, diante do Congresso Nacional, uma verdadeira tomada de prestação de contas daqueles que hoje não se mostram responsáveis, inclusive pela perda de tantas vidas humanas, como aconteceu no caso do acidente do Airbus da TAM.

Com essas palavras, Sr. Presidente, anuncio, até mesmo em nome do Senador Delcídio Amaral, e no meu nome – porque sou Relator dessa Comissão – a disposição de ir fundo com relação às atribuições, por exemplo, da Anac, que são atribuições importântíssimas que deveriam, aliás, estar sendo cumpridas de maneira mais eficaz, para dar maior garantia àqueles que diariamente são obrigados a se valer do transporte aéreo, e já o fazem com muito temor, já o fazem com muito nervosismo, porque se o Presidente da República diz que quando fecha a porta do avião ele entrega sua sorte a Deus, avalie aqueles passageiros de uma aeronave no Brasil como se mostram hoje temerosos quando se deparam com publicações como a da revista *Veja*.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a me permite interrompê-lo para prorrogar a sessão em vinte ou trinta minutos, para que V. Ex^a continue com o brilho de sua oratória em suas conclusões. Depois ouviremos o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Por mim, Sr. Presidente, V. Ex^a encerraria agora mesmo. Mas diante da possibilidade de ouvirmos aqui o Líder do Governo que deve trazer uma comunicação

importante, realmente fico com V. Ex^a quando diz que vai prorrogar a sessão por vinte ou trinta minutos.

A mim só cabe dizer da precariedade das chamadas agências reguladoras do setor aéreo. Todos se perguntam o que é que essa Anac finalmente está fazendo desde a sua criação, em 2005, e dispõe de um arsenal importantíssimo de atribuições com relação a segurança do chamado setor aéreo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É muito oportuna a participação de V. Ex^a como Senador, atento para esse caos aéreo e atentai para as denúncias do Brigadeiro José Carlos Pereira. Inclusive, há denúncias de **lobby** feito pela pessoa que responde pela Anac nessa mudança de aeroporto para Ribeirão Preto.

Concedemos a palavra ao Líder do Governo Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para fazer um registro que considero extremamente importante e um comentário que diz respeito à política econômica do Governo do Presidente Lula.

Primeiro, quero registrar que foi auferido o crescimento de 4,8% no primeiro semestre, para a produção industrial do nosso País; há nove meses consecutivos vem crescendo a produção industrial.

A produção industrial de junho cresceu 1,2% em relação a maio; 6,6%, em relação a junho do ano passado, e 4,8% no primeiro semestre. O que é mais importante é que as projeções indicam que há possibilidade concreta de se chegar a um crescimento industrial, no segundo semestre, de 6,5%. Esse é um dado extremamente auspicioso, Sr. Presidente, porque demonstra um crescimento real do setor industrial brasileiro. O motivo desse crescimento do setor industrial brasileiro está se dando, principalmente, por conta do aumento do consumo interno, o que registra um aumento, portanto, do padrão de gastos da população brasileira. É bem verdade que as exportações também contribuíram, principalmente no setor da agricultura. Mas, sem dúvida nenhuma, esse é um dado que demonstra o acerto não só da política econômica, mas também o da queda dos juros do País. Os dados que mostraram o crescimento da indústria de 4,8%, Senador Jayme Campos, registraram também que o maior crescimento na compra das indústrias foi exatamente em equipamentos, máquinas e, portanto, material de investimento para novas produções.

O crescimento de bens de capital no primeiro semestre foi de dois dígitos. Foi de 20% para equipa-

mentos para indústria; 31% de equipamentos para agricultura; 15,9% de equipamentos para energia; 13% de equipamentos para construção; 12% para transporte e 15% de uso misto.

Portanto, estamos vendo que diminuir o preço, que diminuir a taxa de juros, não fazem com que venha a possibilidade de inflação. O investimento no Brasil não está gerando um aquecimento da demanda. Ao contrário, está gerando a ampliação da demanda e da oferta. Os industriais, os empresários, estão investindo mais e estão se aparelhando para produzir mais ainda.

Esse era o registro extremamente auspicioso que gostaria de fazer. Quero dizer que vamos trabalhar. O Congresso tem contribuído para que possamos desonerar a produção e diminuir os encargos tributários.

O Governo vai apresentar, no segundo semestre, uma nova proposta de reforma tributária que desonere ainda mais a produção. Esse dado, Senador Eduardo Suplicy, é um dado auspicioso: 4,8% do crescimento da indústria no primeiro semestre e projeção de 6,5% de crescimento no segundo semestre. Haverá aumento nos investimentos, aumento na compra de equipamentos, aumento na demanda interna do País e, portanto, melhoria de todas as condições macroeconômicas que terão, sem dúvida, consequência microeconômica na qualidade de vida da população brasileira.

Era o registro que gostaria de fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Que sejam verdadeiras as informações do Líder. É o que pedimos a Deus. Até hoje o porta-voz foi o espírito de Goebbels. Tratando-se de Romero Jucá, um Líder de grande valia, nós acreditamos.

Mostrando o espírito da lei invocado por Montesquieu, concedemos a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, vamos dizer, estereotipado já como um dos mais capacitados em síntese para encerrar a sessão.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Presidente desta sessão, considero muito importante o registro que o Senador Romero Jucá faz do desempenho da produção industrial brasileira no primeiro semestre deste ano, 4,8%, e a projeção de que neste ano poderemos ter 6,5% de crescimento da indústria. Isso contribuirá para que o Brasil possa superar a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, em 2007, para além dos 5% ao ano – espero – como um prenúncio de que os próximos três anos do Governo do Presidente Lula sejam ainda melhores.

É muito importante assinalar aqui o artigo que o Presidente Lula escreveu ontem para **O Globo** “Uma parceria necessária”, ressaltando que a sua visita ao México constitui uma excelente oportunidade para consolidar a parceria entre dois países que ocupam lugar importante no continente e devem compartilhar objetivos e aspirações.

México e Brasil são as duas maiores economias da América Latina, com grau de desenvolvimento e capacitação tecnológica destacada, buscando superar os obstáculos que limitavam e limitam o nosso crescimento e retardam nossa emancipação social. Estamos empenhados em reverter um quadro secular de pobreza e de concentração perversa de renda por meio de programas inovadores de transferência de recursos que ampliam os direitos fundamentais dos cidadãos. Não se pode mais aceitar como fatalidade nem a miséria de uns nem a indiferença de outros.

No momento em que o Presidente Calderón está iniciando seu Governo, devemos reforçar uma associação que ganha densidade econômica e profundo diálogo entre nossas sociedades.

Presidente Mão Santa, eu gostaria de informar que, em junho último, estive no I Congresso Internacional sobre Renda Básica de Cidadania, na Universidad Autónoma de la Ciudad de México, bem como na Universidad Autónoma Nacional de México. Em ambas as universidades, por três dias, alguns dos maiores especialistas – Daniel Raventós, da Espanha, o economista Bertomeu, da Argentina, o espanhol David Casassas, da Universidade de Oxford, e outros, entre os quais eu, como convidado – dialogaram com as autoridades do Governo do México e do Governo Distrital do México.

Ressalto que houve, no Governo do Distrito Federal da Cidade do México, uma experiência muito interessante nos últimos anos. Essa experiência se refere ao pagamento a todos os cidadãos denominados adultos maiores de 65 anos, de uma pensão universal. Essa pensão paga a esses adultos maiores serve de experiência, no âmbito da Cidade do México, do pagamento de uma renda básica para toda a população, só que para os mais velhos. Eu gostaria de informar a V. Ex^a que isso ocorreu no início dos anos 2000.

Inicialmente, segundo as pesquisas, as pessoas achavam que aquilo era uma dádiva do governo. Mas agora, praticamente mais de 76% da população considera aquilo como um direito da pessoa de participar da riqueza da Cidade do México. Tenho aqui reiterado a V. Ex^a que um dia isso será concedido a toda e qual-

quer pessoa. Tendo em vista o projeto já aprovado pelo Congresso Nacional, isso vai acabar acontecendo.

Acho importante que possam as equipes do Presidente Lula e do Presidente Calderón interagir. O Presidente reiterou que tem sido o tema central dos encontros de Berlim, à margem das reuniões do G – 8, e em Georgetown, o tema do diálogo.

O México e o Brasil conformam um mercado de mais de 300 milhões de pessoas. O fluxo comercial bilateral alcançou, em 2006, o volume recorde de quase US\$6 bilhões. O México já é o sétimo parceiro comercial do Brasil e o quinto mercado para nossas exportações.

O Presidente Lula reiterou que vê com satisfação que as exportações mexicanas para o Brasil praticamente dobraram nos últimos três anos, ajudando os esforços para alcançar maior equilíbrio nas trocas bilaterais. A confiança no potencial dessa colaboração se expressa no aumento dos investimentos recíprocos. O México já é a quinta maior fonte de inversões externas no Brasil. E grandes empresas brasileiras estão incluindo o México em suas estratégias de expansão.

Precisamos aproximar ainda mais nossas empresas, diversificar nosso intercâmbio, focalizando novos nichos e oportunidades. O Presidente Lula convidou inúmeros empresários brasileiros para o acompanharem nessa importante viagem. É importante, inclusive, sob o ponto de vista da segurança energética e a proteção ambiental, que ambos os países desejam; que os dois governos possam forjar uma parceria mais intensa, com amplas possibilidades de cooperação para o desenvolvimento tecnológico em matéria de produção e exploração de petróleo e gás natural em águas profundas.

No campo dos biocombustíveis, o Brasil espera contar com o México na campanha para estabelecer um mercado mundial para combustíveis mais limpos, baratos e renováveis.

Eu quero aqui ressaltar o ponto em que o Presidente Lula falou da democratização do acesso a novas fontes energéticas, multiplicando a geração de empregos e renda, diversificando a matriz energética, levando em conta as necessidades dos agricultores e garantindo a produção de alimentos para todos.

Não há outro caminho para a inserção competitiva de nossa região numa economia internacional cada vez mais globalizada fora do aproveitamento inteligente de nossas sinergias políticas e da complementaridade geoeconômica.

Sobre o tema que hoje aqui se travou, inclusive com a participação dos Senadores Heráclito Fortes,

Arthur Virgílio e outros, quero ressaltar o que disse o Presidente Lula ao defender a construção, na América do Sul, de um espaço economicamente integrado, socialmente solidário e politicamente democrático.

São esses mesmos valores que me fizeram [disse o Presidente Lula] incluir a América Central e o Caribe nessa minha viagem. Sei que o México vem desenvolvendo projeto de integração com seus vizinhos na fronteira sul, com ênfase na construção de uma infra-estrutura física. Em nosso continente [ressaltou o Presidente Lula] não precisamos de muros; precisamos de estradas, pontes, gasodutos e linhas de transmissão. A verdadeira integração faz circular livremente não apenas mercadorias e serviços, mas também pessoas e idéias.

Aqui ressalto, Sr. Presidente Mão Santa, a defesa que todos nós Senadores precisamos mais e mais fazer da livre circulação de seres humanos nas três Américas. A parceria que estamos construindo dificilmente prosperará em um ambiente internacional marcado por globalização tão desigual e arbitrária. Alguns dos principais desafios da governança mundial reforçam a urgência de respostas coletivas que tenham legitimidade e eficácia. A fome, o terrorismo, os desastres ambientais não escolhem as suas vítimas, não respeitam fronteiras.

Os novos e acelerados movimentos dos fluxos de capitais, de comércio e de investimento atestam o surgimento de novos pólos dinâmicos no cenário internacional, mas cabem ao México e ao Brasil ocupar os seus espaços nesse processo ao lado das demais economias emergentes.

A comunidade internacional vê, cada vez mais, os nossos países como interlocutores fundamentais em um cenário global de crescente complexidade e incerteza.

Assim, Sr. Presidente, para que caminhamos em direção à construção da paz nas três Américas é importante que tenhamos espírito de integração, a fim de que possam todos, inclusive os pugilistas de Cuba, escolher onde viver: no Brasil, em Cuba ou em qualquer outro país.

Agradeço a atenção de V. Ex^a e requeiro que o pronunciamento a que me refiro seja transscrito na íntegra na ata desta sessão.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PRIMEIRO CADERNO - 05.08.2007

Uma parceria é essencial.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Sen: Eduardo Suplicy.

Minha visita ao México é excelente oportunidade para consolidar a parceria entre dois países que ocupam lugar importante no continente e devem compartilhar objetivos e aspirações.

México e Brasil são as duas maiores economias da América Latina, com grau de desenvolvimento e capacitação tecnológica destacada. Buscamos superar os obstáculos que limitavam e limitam nosso crescimento e retardam nossa emancipação social. Estamos empenhados em reverter um quadro secular de pobreza e de concentração perversa de renda por meio de programas inovadores de transferência de recursos, que ampliam os direitos cidadãos fundamentais. Não se pode mais aceitar como fatalidade nem a miséria de uns nem a indiferença de outros.

No momento em que presidente Calderón está iniciando seu governo, devemos reforçar uma associação que ganha densidade econômica e aprofunda o diálogo entre nossas sociedades.

Essa foi a mensagem que o então presidente eleito deixou ao visitar o Brasil em outubro passado. Foi igualmente o tema central dos encontros que mantivemos em Berlim, à margem das reuniões do G-8 e, antes, em Georgetown, por ocasião da recente reunião do Grupo do Rio.

México e Brasil conformam um mercado de mais de 300 milhões de pessoas. O fluxo comercial bilateral alcançou, em 2006, o volume recorde de quase US\$ 6 bilhões. O México já é o sétimo parceiro comercial do Brasil e o quinto mercado para nossas exportações.

Verifico, com satisfação, que as exportações mexicanas para o Brasil praticamente dobraram nos últimos três anos, ajudando, assim, nossos esforços em alcançar maior equilíbrio nas trocas bilaterais. A confiança no potencial dessa colaboração se expressa no aumento dos investimentos recíprocos. O México já é a quinta maior fonte de inversões externas no Brasil. E grandes empresas brasileiras estão incluindo o México em suas estratégias de expansão.

Mas é pouco. Precisamos aproximar ainda mais nossas empresas e diversificar o intercâmbio, focalizando novos nichos e oportunidades de negócios.

As negociações em curso para ampliar e aprofundar o acordo comercial bilateral é um passo auspicioso nessa direção.

No momento em que o mundo busca respostas para a segurança energética e a proteção ambiental, México e Brasil podem forjar uma parceria mais intensa. Há amplas possibilidades de cooperação para o desenvolvimento tecnológico em matéria de produção e exploração de petróleo e gás natural, em águas profundas.

No campo dos biocombustíveis, o Brasil espera contar com o México na campanha para estabelecer um mercado mundial para combustíveis mais limpos, baratos e renováveis.

Temos a oportunidade de democratizar o acesso a novas fontes energéticas, multiplicando a geração de empregos e renda e diversificando a matriz energética, levando em conta as necessidades de nossos agricultores e garantindo a produção de alimentos para todos.

Não há outro caminho para a inserção competitiva de nossa região numa economia internacional cada vez mais globalizada fora do aproveitamento inteligente de nossas sinergias políticas e complementariedades geoeconómicas.

Por isso, tenho defendido a construção na América do Sul de um espaço economicamente integrado, socialmente solidário e politicamente democrático.

São esses mesmos valores que me fizeram incluir também a América Central e o Caribe nesta minha viagem. Sei que o México vem desenvolvendo projeto de integração com seus vizinhos na fronteira Sul, com ênfase na construção de uma infra-estrutura física.

Em nosso continente, não precisamos de auros. Precisamos de estradas, pontes, gasodutos e linhas de transmissão. A verdadeira integração faz circular livremente não apenas mercadorias e serviços, mas também pessoas e idéias.

No entanto, a parceria que estamos construindo dificilmente prospera num ambiente internacional marcado por uma globalização tão desigual e arbitrária. Alguns dos principais desafios da governança mundial reforçam a urgência de respostas coletivas que tenham legitimidade e eficácia. A fome, o terrorismo, os desastres ambientais não escolhem suas vítimas e não respeitam fronteiras.

Ao mesmo tempo, os novos e crescentes movimentos dos fluxos de capitais, de comércio e de investimentos atestam o surgimento de novos pólos dinâmicos no mundo. Deverá ao Brasil ocupar seu espaço nesse processo, ao lado das demais economias emergentes.

A comunidade internacional está cada vez mais vendo esses países como interlocutores fundamentais em um cenário global de crescente complexidade e incerteza.

Somos chamados a assumir responsabilidade de propor novos consensos em torno dos temas prioritários da agenda internacional.

Nossos países têm muito a dizer e a contribuir. Estamos decididos a intervir na conformação de novas regras e procedimentos no cenário internacional.

Defendemos – mesmo que com dificuldade e entusiasmo – uma reforma das Nações Unidas, instituição que necessita maior legitimidade e eficácia.

No âmbito do G-20, estamos empenhados na eliminação dos subsídios bilionários que impedem que o comércio seja uma alavanca do desenvolvimento, capaz de recompensar a criatividade e a competitividade de nossa gente.

No Haiti, onde o Brasil exerce o comando da força de estabilização integrada por muitos países latino-americanos, o México tem participado de programas de reconstrução necessários para lograr a verdadeira paz naquele país.

Volto ao México com a esperança de que estejamos entrando em um novo momento de nossas relações, capaz de dar nova qualidade a nossas relações. Relações que transcendem governos e estão assentadas na vontade comum de nossos povos de dar um novo rumo a nosso continente e a nossas sociedades.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, será atendido na forma regimental.

Eu pediria permissão para advertir V. Ex^a. Seu Partido tem que pensar bem e agir bem. Ele agiu mal ao seqüestrar os nossos irmãos que queriam permanecer no Brasil. Seria até um caso de asilo político, porque eles não concordam com aquele tipo de governo. E essa é a nossa tradição. Foi essa a tradição do mundo democrático. Isso pode ocorrer com V. Ex^a e comigo numa necessidade.

V. Ex^a teve todo o tempo para fazer o **marketing** de Luiz Inácio. Acredito que nós temos mais valor. Eu fui à cidade de V. Ex^a recentemente, por ocasião do casamento da filha do grande líder Geraldo Alckmin, em quem votei com amor. Tinha muita fé e esperança de que ele fosse o nosso Presidente. Pude sentir o apreço do povo de São Paulo ao Senador. Eu fui muito abraçado, fotografado e dei autógrafo.

E não é só lá, não. Se Luiz Inácio tem popularidade, nós, do Senado, temos credibilidade. No sábado, eu representava esta Casa no Piauí, nos povoados de Tucuns e Uruçuí, quando outro Senador daqui, Adelmir Santana, recebia o Título de Cidadão Honorário de Uruçuí, povoado onde teve origem a sua família.

Ele, como eu, recebeu aplausos, o povo querendo tirar fotografia e pedia autógrafos.

Este Poder, acho que é um dos melhores Senados da história do mundo. O Senado Romano tem aquela história de que Calígula colocou um cavalo de nome **Incitatus** para ser senador e os Senadores Romanos ainda bateram palmas. Quase o fazem cônsul. Nós não. Nós estamos, como V. Ex^a, trabalhando segunda-feira além do tempo previsto para uma sessão do Senado.

Que o nosso Presidente da República tenha ciência que este aqui é um Poder, veio do povo. E nós somos filhos, como Luiz Inácio, do voto e da democracia. Para contrabalançar o desgaste que, porventura, alguém ache que o Senado teve, vou ler aqui de uma mulher brasileira que simboliza o que há de melhor neste País. Aqui é a voz do Brasil, da mulher que V. Ex^a tanto admira. A mulher artista, a mulher que canta, a mulher que luta: Rita Lee. Qual brasileiro não admira a sua luta?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Minha amiga.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Pois sua amiga está com a verdade. Meus aplausos à Rita Lee. Aliás, ela disse que ouve o Senado. Uma vez até ela fez elogio dizendo que mais gostava de ver o Senador do Piauí.

Agora é Rita Lee que fala, ó Luiz Inácio, pelo Brasil. A voz da mulher, da luta, da coragem:

Mais de 5 mil pessoas enfrentaram um frio intenso para assistir ao show da canto-

ra Rita Lee no Festival de Inverno de Bonito, Mato Grosso do Sul. Com quase duas horas de duração, o concerto foi uma espécie de radiografia da história da roqueira e levou o público a cantar sucessos como *Ovelha Negra* e *Lança-Perfume*.

Num dos momentos do show deste sábado, Rita Lee estimulou o público a vaiar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela criticou o que seria falta de ação do presidente para defender o meio ambiente e disse que “depois ele não sabe por que é vaiado”. O público respondeu com quase um minuto de vaias a Lula.

Então, era isso que eu desejava dizer.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP)

– Permita-me V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Se o Presidente Luiz Inácio tem a popularidade, o Senado da República do Brasil tem a popularidade e a credibilidade ainda – daí estarmos aqui.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP)

– Permita-me V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a já... Vamos olhar os minutos. Eu lhe permito, mas estamos todos entendidos. Isto aqui é um debate. V. Ex^a fez a apoteose do Presidente Luiz Inácio, e eu fiz a apoteose da credibilidade ainda existente neste País por esta Casa, simbolizada por Rui Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2007**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 julho de 1984, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 37, de 2007**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dispõe sobre o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2007

Insere o inciso VII no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor que as licenças periódicas dos profissionais da educação tenham a duração mínima de um ano e sejam concedidas pelos sistemas de ensino a cada sete anos de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso VII:

“Art. 67.
VII – a cada sete anos de trabalho, licença das atividades normais, com duração mínima de um ano. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ser profissional da educação escolar pública nunca foi uma tarefa fácil. Desde 1823, durante a Constituinte do Império, ecoavam nas tribunas os discursos dos deputados das dezessete províncias, reclamando dos parcisos salários e das condições precárias de trabalho a que eram submetidos os professores primários.

A partir de meados do século passado, com a universalização do acesso ao ensino fundamental, os profissionais da educação tiveram que acumular jornadas e empregos para propiciar a abertura de milhares de matrículas em todos os rincões do país.

Pesquisas sérias recentes, promovidas por sindicatos de educadores e por autoridades médicas, têm repercutido na imprensa a dura realidade do desgaste físico e emocional dos professores e demais profissionais da educação.

A Constituição de 1988, sensível a estes problemas, determinou que um dos princípios da educação seria a valorização dos profissionais da educação. Embora se entenda como mais urgente a questão do salário, que, se não resolvida, continuará induzindo as múltiplas jornadas, parece-nos fundamental inserir na carreira desses profissionais um dispositivo que a distinga das demais: o ano sabático. Assim, este projeto, se aprovado, garantiria a todos os profissionais da educação que, completados sete anos de trabalho, pudessem requerer

e gozar de licença de, pelo menos, um ano, a critério de cada ente federado. Possibilidade que já é assegurados aos professores do Ensino Superior.

À União, a cada Estado e Município, e ao Distrito Federal, competirá dispor, em seus estatutos e planos de carreira, sobre as condições de aquisição e as formas de fruição desse direito, dentro da autonomia de que gozam como entes federados.

Esse ano de afastamento da escola não somente servirá como tempo de merecido descanso, mas também poderá ser usado para aprimoramento acadêmico e cultural. E, mais que tudo, certamente influenciará muitos jovens no sentido de escolherem esse campo profissional como área de estudo e como projeto de vida.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de

coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 434, DE 2007

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para impor às concessionárias de serviço público e de obras públicas e permissionárias o dever de elaborar escrituração contábil e elaborar e publicar demonstrações financeiras, referentes a cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso IX e §§ 2º, 3º e 4º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 31.

IX – independentemente do tipo societário adotado, elaborar a escrituração contábil e elaborar e publicar as demonstrações financeiras de cada exercício social, nos termos dos arts. 175 a 188 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º

§ 2º O disposto no § 6º do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não se aplica à concessionária e à permissionária.

§ 3º As demonstrações financeiras referidas no inciso IX deste artigo deverão ser publicadas, adicionalmente, na rede mundial de computadores.

§ 4º O disposto no inciso IX deste artigo aplica-se às permissionárias de serviços públicos. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As atividades econômicas que se caracterizam como serviço público têm evidente relevância social, não apenas porque conferem utilidade a seus usuários, mas porque atribuem coesão ao convívio em sociedade.

E é por isso que os serviços públicos foram atribuídos pela ordem econômica constitucional ao Poder Público, que deve exercê-lo diretamente ou por meio de empresas privadas concessionárias ou permissionárias.

Nesse contexto, o exercício de serviço público por empresa privada, concessionária ou permissionária, merece ser conduzido com maior transparência, o que se faz impondo à concessionária ou à permissionária a elaboração de laudos contábeis capazes de demonstrar a margem de lucro resultante do exercício da atividade, bem como o custo efetivo da prestação de serviço público ou execução da obra pública com discriminação das despesas correntes e gastos com investimento de capital.

A transparência deve ser perseguida, também, mediante a imposição de publicação das informações contábeis descritas na rede mundial de computadores, a internet. Isso facilitará a fiscalização das concessionárias e das permissionárias pelos usuários e a consequente repressão de eventuais abusos cometidos.

São essas as razões que nos levam a apresentar esta proposta de alto cunho econômico e social, para cujo acolhimento contamos com o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo VIII DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

III - prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

IV - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

V - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VI - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;

VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

VIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

LEI N° 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

SEÇÃO II**Demonstrações Financeiras****Disposições Gerais**

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

§ 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

§ 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

§ 3º As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia-geral.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

§ 5º As notas deverão indicar:

- a) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (artigo 247, parágrafo único);

- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (artigo 182, § 3º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (artigo 186, § 1º);
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

~~§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior ao valor nominal de 20.000 (vinte mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração das origens e aplicações de recursos.~~

§ 6º A companhia fechada, com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração das origens e aplicações de recursos. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

Escrituração

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

§ 1º As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos.

§ 2º A companhia observará em registros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem a elaboração de outras demonstrações financeiras.

§ 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.

§ 4º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

SEÇÃO III

Balanço Patrimonial

Grupo de Contas

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- a) ativo circulante;
- b) ativo realizável a longo prazo;
- c) ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- a) passivo circulante;
- b) passivo exigível a longo prazo;
- c) resultados de exercícios futuros;
- d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

Ativo

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Passivo Exigível

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo exigível a longo prazo, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do artigo 179.

Resultados de Exercícios Futuros

Art. 181. Serão classificadas como resultados de exercício futuro as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes.

Patrimônio Líquido

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;

b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;

c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;

d) as doações e as subvenções para investimento.

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

§ 3º Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo nos termos do artigo 8º, aprovado pela assembleia-geral.

§ 4º Serão classificados como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.

§ 5º As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Critérios de Avaliação do Ativo

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

I - os direitos e títulos de crédito, e quaisquer valores mobiliários não classificados como investimentos, pelo custo de aquisição ou pelo valor do mercado, se este for menor; serão excluídos os já prescritos e feitas as provisões adequadas para ajustá-lo ao valor provável de realização, e será admitido o aumento do custo de aquisição, até o limite do valor do mercado, para registro de correção monetária, variação cambial ou juros acrescidos;

II - os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior;

III - os investimentos em participação no capital social de outras sociedades, ressalvado o disposto nos artigos 248 a 250, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não será modificado em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas;

IV - os demais investimentos, pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior;

V - os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão;

VI - o ativo diferido, pelo valor do capital aplicado, deduzido do saldo das contas que registrem a sua amortização.

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor de mercado:

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;

c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.

§ 2º A diminuição de valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente nas contas de:

a) depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

b) amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

c) exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

§ 3º Os recursos aplicados no ativo diferido serão amortizados periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruidos os benefícios deles decorrentes, devendo ser registrada a perda do capital aplicado quando abandonados os empreendimentos ou atividades a que se destinavam, ou comprovado que essas atividades não poderão produzir resultados suficientes para amortizá-los.

§ 4º Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando esse for o costume mercantil aceito pela técnica contábil.

Critérios de Avaliação do Passivo

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

I - as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;

II - as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;

III - as obrigações sujeitas à correção monetária serão atualizadas até a data do balanço.

Correção Monetária

Art. 185. Nas demonstrações financeiras deverão ser considerados os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício. (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)

§ 1º Serão corrigidos, com base nos índices de desvalorização da moeda nacional reconhecidos pelas autoridades federais. (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)

a) o custo de aquisição dos elementos de ativo permanente, inclusive os recursos aplicados no ativo diferido, os saldos das contas de depreciação, amortização e exaustão, e as provisões para perdas; (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)

b) os saldos das contas do patrimônio líquido. (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)

§ 2º A variação nas contas do patrimônio líquido, decorrente de correção monetária, será acrescida aos respectivos saldos, com exceção da correção do capital realizado, que constituirá a reserva de capital de que trata o § 2º do artigo 182. (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)

§ 3º As contrapartidas dos ajustes de correção monetária serão registradas em conta cujo saldo será computado no resultado do exercício. (Revogado pela Lei nº 7.730, de 1989)

SEÇÃO IV

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

SEÇÃO V

Demonstração do Resultado do Exercício

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais e o saldo da conta de correção monetária (artigo 185, § 3º);

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais; (Redação dada pela Lei nº 9.249, de 1995)

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

§ 2º O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrados como reserva de reavaliação (artigo 182, § 3º), somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações.

SEÇÃO VI

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo.

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

(À Comissão de Assuntos Econômicos e à de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 435, DE 2007

Acrescenta artigos à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (“Estatuto da Cidade”), para garantir a posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda nas condições que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 58-A. É garantida a posse de área pública urbana aos beneficiários de assentamento de baixa renda ou de outras ocupações

de interesse social, por tempo indeterminado, desde que a ocupação seja pacífica e contínua há, no mínimo, um ano e um dia.

Art. 58-B. A administração pública poderá requisitar administrativamente a posse de área a que se refere o artigo anterior, desde que presente pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I – a área ocupada situe-se em bem de uso comum do povo ou de uso especial;

II – a área ocupada esteja destinada a projeto de urbanização ou a outro uso de relevante interesse social ou público;

III – a área ocupada acarrete risco à vida ou à saúde dos ocupantes ou de terceiros.

§ 1º A requisição prevista neste artigo será precedida, cumulativamente:

I – de procedimento administrativo em que será assegurada a participação da comunidade afetada, inclusive mediante os instrumentos previstos no inciso II do art. 43 desta Lei;

II – da destinação de área urbana substituta, para fins de assentamento dos ocupantes da área requisitada.” (NR)

Art. 2º Os beneficiários a que se refere esta lei podem requerer a concessão de uso especial de área que ocupam ou fazer uso de outros instrumentos legais de regularização de ocupação, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, na Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e demais diplomas legais pertinentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O Projeto de Lei que apresentamos pretende solucionar problema que, infelizmente, surge com certa freqüência em nosso País.

Com efeito, todos temos conhecimento de conflitos gerados pela ocupação de áreas por brasileiros que, não tendo teto, acorrem para terrenos, da propriedade do Estado ou de particulares – mormente nas periferias das grandes cidades – onde constroem as suas precárias moradias.

Tais ocupações, no mais das vezes, geram ações dos proprietários dessas áreas com o intuito de desalojar os ocupantes e obter a posse.

Quanto a essas ações, temos observado que, muitas vezes, sendo o Estado o proprietário, intenta retirar os beneficiários da ocupação sem que a área esteja destinada a atividade de interesse social ou público.

Em nossa opinião, é totalmente inadequada tal atitude, que priva de um teto diversas famílias, sem que a área em questão seja destinada a qualquer atividade, ficando abandonada, por vezes, até nova ocupação.

Em alguns casos, a jurisprudência dos nossos Tribunais tem corrigido esse erro da administração, garantindo a manutenção de posse de ocupantes de áreas públicas urbanas, quando não há destinação definida para elas.

Assim, pretendemos alterar a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 para permitir a posse de área pública urbana aos beneficiários de assentamento de baixa renda ou de outras ocupações de interesse social, por

tempo indeterminado, desde que a ocupação seja pacífica e contínua há, no mínimo, um ano e um dia.

Por outro lado, reconhecemos o direito de a administração requisitar a posse dessas áreas, desde que presente pelo menos uma das seguintes hipóteses: I – a área ocupada situe-se em bem de uso comum do povo ou de uso especial; ou II – a área ocupada esteja destinada a projeto de urbanização ou a outro uso de relevante interesse social ou público; ou IV – a área ocupada acarrete risco à vida ou à saúde dos ocupantes ou de terceiros.

Ademais, prevemos que a requisição será precedida, cumulativamente: I – de procedimento administrativo em que será assegurada a participação da comunidade afetada, inclusive mediante os instrumentos previstos no inciso II do art. 43 do Estatuto da Cidade, vale dizer, debates, audiências e consultas públicas; II – da destinação de área urbana substituta, para fins de assentamento dos ocupantes da área requisitada, para que não fiquem ao relento.

Por fim, estamos prevendo que os beneficiários da lei que almejamos possam requerer a concessão de uso especial de área que ocupam ou fazer uso de outros instrumentos legais de regularização de ocupação, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, na Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e demais diplomas legais pertinentes aprovados nos últimos anos por este Congresso Nacional, que muito tem contribuído para avançarmos rumo à solução dos graves problemas urbanos que afetam o nosso País.

Em Face do exposto e tendo em vista a relevância social da matéria, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o aperfeiçoamento e ulterior aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

.....

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

V – (VETADO)

.....
MPV N° 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001

Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

**CAPÍTULO I
Da Concessão de Uso Especial**

Art. 1º Aquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinqüenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo concessionário mais de uma vez.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

Art. 2º Nos imóveis de que trata o art. 1º, com mais de duzentos e cinqüenta metros quadrados, que, até 30 de junho de 2001, estavam ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 2º Na concessão de uso especial de que trata este artigo, será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações ideais diferenciadas.

§ 3º A fração ideal atribuída a cada possuidor não poderá ser superior a duzentos e cinqüenta metros quadrados.

Art. 3º Será garantida a opção de exercer os direitos de que tratam os arts. 1º e 2º também aos ocupantes, regularmente inscritos, de imóveis públicos, com até duzentos e cinqüenta metros quadrados, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que estejam situados em área urbana, na forma do regulamento.

Art. 4º No caso de a ocupação acarretar risco à vida ou à saúde dos ocupantes, o Poder Público garantirá ao possuidor o exercício do direito de que tratam os arts. 1º e 2º em outro local.

Art. 5º É facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito de que tratam os arts. 1º e 2º em outro local na hipótese de ocupação de imóvel:

I – de uso comum do povo;

II – destinado a projeto de urbanização;

III – de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais;

IV – reservado à construção de represas e obras congêneres; ou

V – situado em via de comunicação.

Art. 6º O título de concessão de uso especial para fins de moradia será obtido pela via administrativa perante o órgão competente da Administração Pública ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial.

§ 1º A Administração Pública terá o prazo máximo de doze meses para decidir o pedido, contado da data de seu protocolo.

§ 2º Na hipótese de bem imóvel da União ou dos Estados, o interessado deverá instruir o requerimento de concessão de uso especial para fins de moradia com certidão expedida pelo Poder Público municipal, que ateste a localização do imóvel em área urbana e a sua destinação para moradia do ocupante ou de sua família.

§ 3º Em caso de ação judicial, a concessão de uso especial para fins de moradia será declarada pelo juiz, mediante sentença.

§ 4º O título conferido por via administrativa ou por sentença judicial servirá para efeito de registro no cartório de registro de imóveis.

Art. 7º O direito de concessão de uso especial para fins de moradia é transferível por ato **inter vivos** ou **causa mortis**.

Art. 8º O direito à concessão de uso especial para fins de moradia extingue-se no caso de:

I – o concessionário dar ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família; ou

II – o concessionário adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo único. A extinção de que trata este artigo será averbada no cartório de registro de imóveis, por meio de declaração do Poder Público concedente.

Art. 9º É facultado ao Poder Público competente dar autorização de uso àquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinqüenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para fins comerciais.

§ 1º A autorização de uso de que trata este artigo será conferida de forma gratuita.

§ 2º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 3º Aplica-se à autorização de uso prevista no **caput** deste artigo, no que couber, o disposto nos arts. 4º e 5º desta Medida Provisória.

CAPÍTULO II Do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

Art. 10. Fica criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, órgão deliberativo e consultivo, integrante da estrutura da Presidência da República, com as seguintes competências:

I – propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional de desenvolvimento urbano;

II – acompanhar e avaliar a implementação da política nacional de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de habitação, de saneamento básico e de transportes urbanos, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

III – propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano;

IV – emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;

V – promover a cooperação entre os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municí-

pios e a sociedade civil na formulação e execução da política nacional de desenvolvimento urbano; e

VI – elaborar o regimento interno.

Art. 11. O CNDU é composto por seu Presidente, pelo Plenário e por uma Secretaria-Executiva, cujas atribuições serão definidas em decreto. Parágrafo único. O CNDU poderá instituir comitês técnicos de assessoramento, na forma do regimento interno.

Art. 12. O Presidente da República disporá sobre a estrutura do CNDU, a composição do seu Plenário e a designação dos membros e suplentes do Conselho e dos seus comitês técnicos.

Art. 13. A participação no CNDU e nos comitês técnicos não será remunerada.

Art. 14. As funções de membro do CNDU e dos comitês técnicos serão consideradas prestação de relevante interesse público e a ausência ao trabalho delas decorrente será abonada e computada como jornada efetiva de trabalho, para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO III Das Disposições Finais

Art. 15. O inciso I do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“I –

..... 28) das sentenças declaratórias de usucapião;

..... 37) dos termos administrativos ou das sentenças declaratórias da concessão de uso especial para fins de moradia;

..... 40) do contrato de concessão de direito real de uso de imóvel público.” (NR)

Art. 16. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 4 de setembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Pedro Parente.**

LEI N° 11.481, DE 31 DE MAIO DE 2007

Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária

de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 6º, 7º, 9º, 18, 19, 26, 29, 31 e 45 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É o Poder Executivo autorizado, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a executar ações de identificação, demarcação, cadastramento, registro e fiscalização dos bens imóveis da União, bem como a regularização das ocupações nesses imóveis, inclusive de assentamentos informais de baixa renda, podendo, para tanto, firmar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios em cujos territórios se localizem e, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, celebrar contratos com a iniciativa privada.” (NR)

“SEÇÃO II Do Cadastramento

Art. 6º Para fins do disposto no art. 1º desta lei, as terras da União deverão ser cadastradas, nos termos do regulamento.

§ 1º Nas áreas urbanas, em imóveis possuídos por população carente ou de baixa renda para sua moradia, onde não for possível individualizar as posses, poderá ser feita a demarcação da área a ser regularizada, cadastrando-se o assentamento, para posterior outorga de título de forma individual ou coletiva.

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).” (NR)

“SEÇÃO II-A Da Inscrição da Ocupação

Art. 7º A inscrição de ocupação, a cargo da Secretaria do Patrimônio da União, é ato administrativo precário, resolúvel a qualquer tempo, que pressupõe o efetivo aproveitamento do terreno pelo ocupante, nos termos do regulamento, outorgada pela administração depois de analisada a conveniência e oportunidade, e gera obrigação de pagamento anual da taxa de ocupação.

§ 1º É vedada a inscrição de ocupação sem a comprovação do efetivo aproveitamento de que trata o **caput** deste artigo.

§ 2º A comprovação do efetivo aproveitamento será dispensada nos casos de assentamentos informais definidos pelo Município como área ou zona especial de interesse social, nos termos do seu plano diretor

ou outro instrumento legal que garanta a função social da área, exceto na faixa de fronteira ou quando se tratar de imóveis que estejam sob a administração do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 3º A inscrição de ocupação de imóvel domínial da União, a pedido ou de ofício, será formalizada por meio de ato da autoridade local da Secretaria do Patrimônio da União em processo administrativo específico.

§ 4º Será inscrito o ocupante do imóvel, tornando-se este o responsável no cadastro dos bens dominiais da União, para efeito de administração e cobrança de receitas patrimoniais.

§ 5º As ocupações anteriores à inscrição, sempre que identificadas, serão anotadas no cadastro a que se refere o § 4º deste artigo para efeito de cobrança de receitas patrimoniais dos respectivos responsáveis, não incidindo, em nenhum caso, a multa de que trata o § 5º do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.

§ 6º Os créditos originados em receitas patrimoniais decorrentes da ocupação de imóvel da União serão lançados após concluir o processo administrativo correspondente, observadas a decadência e a inexigibilidade previstas no art. 47 desta Lei.

§ 7º Para efeito de regularização das ocupações ocorridas até 27 de abril de 2006 nos registros cadastrais da Secretaria do Patrimônio da União, as transferências de posse na cadeia sucessória do imóvel serão anotadas no cadastro dos bens dominiais da União para o fim de cobrança de receitas patrimoniais dos respectivos responsáveis, não dependendo do prévio recolhimento do laudêmio.” (NR)

“Art. 9º

I – ocorreram após 27 de abril de 2006;

II – estejam concorrendo ou tenham concorrido para comprometer a integridade das áreas de uso comum do povo, de segurança nacional, de preservação ambiental ou necessárias à preservação dos ecossistemas naturais e de implantação de programas ou ações de regularização fundiária de interesse social ou habitacionais das reservas indígenas, das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, das vias federais de comunicação e das áreas reservadas para construção de hidrelétricas ou congêneres, ressalvados os casos especiais autorizados na forma da lei.” (NR)

“Art. 18.

I – Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos das áreas de educação, cultura, assistência social ou saúde;

II – pessoas físicas ou jurídicas, em se tratando de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional.

§ 1º A cessão de que trata este artigo poderá ser realizada, ainda, sob o regime de concessão de direito real de uso resolúvel, previsto no art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, aplicando-se, inclusive, em terrenos de marinha e acrescidos, dispensando-se o procedimento licitatório para associações e cooperativas que se enquadrem no inciso II do **caput** deste artigo.

.....
§ 6º Fica dispensada de licitação a cessão prevista no **caput** deste artigo relativa a:

I – bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas de provisão habitacional ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

II – bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinqüenta metros quadrados), inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública e cuja ocupação se tenha consolidado até 27 de abril de 2006.” (NR)

“Art. 19.

VI – permitir a cessão gratuita de direitos enfitênicos relativos a frações de terrenos cedidos quando se tratar de regularização fundiária ou provisão habitacional para famílias carentes ou de baixa renda.” (NR)

“Art. 26. Em se tratando de projeto de caráter social para fins de moradia, a venda do domínio pleno ou útil observará os critérios de habilitação e renda familiar fixados em regulamento, podendo o pagamento ser efetivado mediante um sinal de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor da avaliação, permitido o seu parcelamento em até 2 (duas) vezes e do saldo em até 300 (trezentas) prestações mensais e consecutivas, observando-se, como mínimo, a quantia correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do salário mínimo vigente.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º Nas vendas de que trata este artigo, aplicar-se-ão, no que couber, as condições previstas no art. 27 desta lei, não sendo exigido, a critério da administração, o pagamento de prêmio mensal de seguro nos projetos de assentamento de famílias carentes ou de baixa renda.” (NR)

“Art. 29.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no **caput** deste artigo, no caso de venda do domínio pleno de imóveis,

os ocupantes de boa-fé de áreas da União para fins de moradia não abrangidos pelo disposto no inciso I do § 6º do art. 18 desta lei poderão ter preferência na aquisição dos imóveis por eles ocupados, nas mesmas condições oferecidas pelo vencedor da licitação, observada a legislação urbanística local e outras disposições legais pertinentes.

§ 2º A preferência de que trata o § 1º deste artigo aplica-se aos imóveis ocupados até 27 de abril de 2006, exigindo-se que o ocupante:

I – esteja regularmente inscrito e em dia com suas obrigações para com a Secretaria do Patrimônio da União;

II – ocupe continuamente o imóvel até a data da publicação do edital de licitação.” (NR)

“Art. 31. Mediante ato do Poder Executivo e a seu critério, poderá ser autorizada a doação de bens imóveis de domínio da União, observado o disposto no art. 23 desta lei, a:

I – Estados, Distrito Federal, Municípios, fundações públicas e autarquias públicas federais, estaduais e municipais;

II – empresas públicas federais, estaduais e municipais;

III – fundos públicos nas transferências destinadas a realização de programas de provisão habitacional ou de regularização fundiária de interesse social;

IV – sociedades de economia mista voltadas à execução de programas de provisão habitacional ou de regularização fundiária de interesse social; ou

V – beneficiários, pessoas físicas ou jurídicas, de programas de provisão habitacional ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública, para cuja execução seja efetivada a doação.

§ 3º Nas hipóteses de que tratam os incisos I a IV do **caput** deste artigo, é vedada ao beneficiário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, exceto quando a finalidade for a execução, por parte do donatário, de projeto de assentamento de famílias carentes ou de baixa renda, na forma do art. 26 desta lei, e desde que, no caso de alienação onerosa, o produto da venda seja destinado à instalação de infra-estrutura, equipamentos básicos ou de outras melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto.

§ 4º Na hipótese de que trata o inciso V do **caput** deste artigo:

I – não se aplica o disposto no § 2º deste artigo para o beneficiário pessoa física, devendo o contrato dispor sobre eventuais encargos e conter cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos;

II – a pessoa jurídica que receber o imóvel em doação só poderá utilizá-lo no âmbito do respectivo

programa habitacional ou de regularização fundiária e deverá observar, nos contratos com os beneficiários finais, o requisito de inalienabilidade previsto no inciso I deste parágrafo.

§ 5º Nas hipóteses de que tratam os incisos III a V do **caput** deste artigo, o beneficiário final pessoa física deve atender aos seguintes requisitos:

I – possuir renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos;

II – não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.” (NR)

“Art. 45. As receitas líquidas provenientes da alienação de bens imóveis de domínio da União, de que trata esta lei, deverão ser integralmente utilizadas na amortização da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, sem prejuízo para o disposto no inciso II do § 2º e § 4º do art. 4º, no art. 35 e no inciso II do parágrafo único do art. 37 desta lei, bem como no inciso VII do **caput** do art. 8º da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 3º-A. Caberá ao Poder Executivo organizar e manter sistema unificado de informações sobre os bens de que trata esta lei, que conterá, além de outras informações relativas a cada imóvel:

I – a localização e a área;

II – a respectiva matrícula no registro de imóveis competente;

III – o tipo de uso;

IV – a indicação da pessoa física ou jurídica à qual, por qualquer instrumento, o imóvel tenha sido destinado; e

V – o valor atualizado, se disponível.

Parágrafo único. As informações do sistema de que trata o **caput** deste artigo deverão ser disponibilizadas na internet, sem prejuízo de outras formas de divulgação.”

“Art. 6º-A. No caso de cadastramento de ocupações para fins de moradia cujo ocupante seja considerado carente ou de baixa renda, na forma do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, a União poderá proceder à regularização fundiária da área, utilizando, entre outros, os instrumentos previstos no art. 18, no inciso VI do art. 19 e nos arts. 22-A e 31 desta lei.”

“SEÇÃO VIII Da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia

Art. 22-A. A concessão de uso especial para fins de moradia aplica-se às áreas de propriedade da União, inclusive aos terrenos de marinha e acréscidos, e será

conferida aos possuidores ou ocupantes que preencham os requisitos legais estabelecidos na Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001.

§ 1º O direito de que trata o **caput** deste artigo não se aplica a imóveis funcionais.

§ 2º Os imóveis sob administração do Ministério da Defesa ou dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são considerados de interesse da defesa nacional para efeito do disposto no inciso III do **caput** do art. 5º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, sem prejuízo do estabelecido no § 1º deste artigo.”

Art. 3º O art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17.

I –

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas **f** e **h**:

.....
f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

h) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

§ 7º (VETADO).” (NR)

Art. 4º Os arts. 8º e 24 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

VII – receitas decorrentes da alienação dos imóveis da União que lhe vierem a ser destinadas; e

VIII – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.” (NR)

“Art. 24.

§ 1º O Ministério das Cidades poderá aplicar os recursos de que trata o **caput** deste artigo por intermédio dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até o cumprimento do disposto nos incisos I a V do **caput** do art. 12 desta Lei.

§ 2º O Conselho Gestor do FNHIS poderá estabelecer prazo-limite para o exercício da faculdade de que trata o § 1º deste artigo.” (NR)

Art. 5º Os arts. 11, 12, 79, 100, 103, 119 e 121 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Para a realização da demarcação, a SPU convidará os interessados, por edital, para que no prazo de 60 (sessenta) dias ofereçam a estudo plantas, documentos e outros esclarecimentos concernentes aos terrenos compreendidos no trecho demarcando.” (NR)

“Art. 12.

Parágrafo único. Além do disposto no caput deste artigo, o edital deverá ser publicado, pelo menos 1 (uma) vez, em jornal de grande circulação local.” (NR)

“Art. 79.

§ 4º Não subsistindo o interesse do órgão da administração pública federal direta na utilização de imóvel da União entregue para uso no serviço público, deverá ser formalizada a devolução mediante termo acompanhado de laudo de vistoria, recebido pela gerência regional da Secretaria do Patrimônio da União, no qual deverá ser informada a data da devolução.

§ 5º Constatado o exercício de posse para fins de moradia em bens entregues a órgãos ou entidades da administração pública federal e havendo interesse público na utilização destes bens para fins de implantação de programa ou ações de regularização fundiária ou para titulação em áreas ocupadas por comunidades tradicionais, a Secretaria do Patrimônio da União fica autorizada a reaver o imóvel por meio de ato de cancelamento da entrega, destinando o imóvel para a finalidade que motivou a medida, ressalvados os bens imóveis da União que estejam sob a administração do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e observado o disposto no inciso III do § 1º do art. 91 da Constituição Federal.

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo aplica-se, também, a imóveis não utilizados para a finalidade prevista no ato de entrega de que trata o caput deste artigo, quando verificada a necessidade de sua utilização em programas de provisão habitacional de interesse social.” (NR)

“Art. 100.

§ 6º Nos casos de aplicação do regime de aforamento gratuito com vistas na regularização fundiária de interesse social, ficam dispensadas as audiências previstas neste artigo, ressalvados os bens imóveis sob administração do Ministério da Defesa e dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.” (NR)

“Art. 103. O aforamento extinguir-se-á:

- I – por inadimplemento de cláusula contratual;
- II – por acordo entre as partes;

III – pela remissão do foro, nas zonas onde não mais subsistem os motivos determinantes da aplicação do regime enfitéutico;

IV – pelo abandono do imóvel, caracterizado pela ocupação, por mais de 5 (cinco) anos, sem contestação, de assentamentos informais de baixa renda, retornando o domínio útil à União; ou

V – por interesse público, mediante prévia indemnização.” (NR)

“Art. 119. Reconhecido o direito do requerente e pagos os foros em atraso, o chefe do órgão local da Secretaria do Patrimônio da União concederá a revigoração do aforamento.

Parágrafo único. A Secretaria do Patrimônio da União disciplinará os procedimentos operacionais destinados à revigoração de que trata o caput deste artigo.” (NR)

“Art. 121.

Parágrafo único. Nos casos de cancelamento do registro de aforamento, considera-se a certidão da Secretaria do Patrimônio da União de cancelamento de aforamento documento hábil para o cancelamento de registro nos termos do inciso III do caput do art. 250 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.” (NR)

Art. 6º O Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“SEÇÃO III-A Da Demarcação de Terrenos para Regularização Fundiária de Interesse Social

Art. 18-A. A União poderá lavrar auto de demarcação nos seus imóveis, nos casos de regularização fundiária de interesse social, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada.

§ 1º Considera-se regularização fundiária de interesse social aquela destinada a atender a famílias com renda familiar mensal não superior a 5 (cinco) salários mínimos.

§ 2º O auto de demarcação assinado pelo Secretário do Patrimônio da União deve ser instruído com:

I – planta e memorial descritivo da área a ser regularizada, dos quais constem a sua descrição, com suas medidas perimetrais, área total, localização, confrontantes, coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, bem como seu número de matrícula ou transcrição e o nome do pretendido proprietário, quando houver;

II – planta de sobreposição da área demarcada com a sua situação constante do registro de imóveis e, quando houver, transcrição ou matrícula respectiva;

III – certidão da matrícula ou transcrição relativa à área a ser regularizada, emitida pelo registro de

imóveis competente e das circunscrições imobiliárias anteriormente competentes, quando houver;

IV – certidão da Secretaria do Patrimônio da União de que a área pertence ao patrimônio da União, indicando o Registro Imobiliário Patrimonial – RIP e o responsável pelo imóvel, quando for o caso;

V – planta de demarcação da Linha Preamar Média – LPM, quando se tratar de terrenos de marinha ou acrescidos; e

VI – planta de demarcação da Linha Média das Enchentes Ordinárias – LMEO, quando se tratar de terrenos marginais de rios federais.

§ 3º As plantas e memoriais mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo devem ser assinados por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no competente Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA.

§ 4º Entende-se por responsável pelo imóvel o titular de direito outorgado pela União, devidamente identificado no RIP.

Art. 18-B. Prenotado e autuado o pedido de registro da demarcação no registro de imóveis, o oficial, no prazo de 30 (trinta) dias, procederá às buscas para identificação de matrículas ou transcrições correspondentes à área a ser regularizada e examinará os documentos apresentados, comunicando ao apresentante, de 1 (uma) única vez, a existência de eventuais exigências para a efetivação do registro.

Art. 18-C. Inexistindo matrícula ou transcrição anterior e estando a documentação em ordem, ou atendidas as exigências feitas no art. 18-B desta lei, o oficial do registro de imóveis deve abrir matrícula do imóvel em nome da União e registrar o auto de demarcação.

Art. 18-D. Havendo registro anterior, o oficial do registro de imóveis deve notificar pessoalmente o titular de domínio, no imóvel, no endereço que constar do registro imobiliário ou no endereço fornecido pela União, e, por meio de edital, os confrontantes, ocupantes e terceiros interessados.

§ 1º Não sendo encontrado o titular de domínio, tal fato será certificado pelo oficial encarregado da diligência, que promoverá sua notificação mediante o edital referido no **caput** deste artigo.

§ 2º O edital conterá resumo do pedido de registro da demarcação, com a descrição que permita a identificação da área demarcada, e deverá ser publicado por 2 (duas) vezes, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, em um jornal de grande circulação local.

§ 3º No prazo de 15 (quinze) dias, contado da última publicação, poderá ser apresentada impugnação

do pedido de registro do auto de demarcação perante o registro de imóveis.

§ 4º Presumir-se-á a anuência dos notificados que deixarem de apresentar impugnação no prazo previsto no § 3º deste artigo.

§ 5º A publicação dos editais de que trata este artigo será feita pela União, que encaminhará ao oficial do registro de imóveis os exemplares dos jornais que os tenham publicado.

Art. 18-E. Decorrido o prazo previsto no § 3º do art. 18-D desta lei sem impugnação, o oficial do registro de imóveis deve abrir matrícula do imóvel em nome da União e registrar o auto de demarcação, procedendo às averbações necessárias nas matrículas ou transcrições anteriores, quando for o caso.

Parágrafo único. Havendo registro de direito real sobre a área demarcada ou parte dela, o oficial deverá proceder ao cancelamento de seu registro em decorrência da abertura da nova matrícula em nome da União.

Art. 18-F. Havendo impugnação, o oficial do registro de imóveis dará ciência de seus termos à União.

§ 1º Não havendo acordo entre impugnante e a União, a questão deve ser encaminhada ao juízo competente, dando-se continuidade ao procedimento de registro relativo ao remanescente controverso.

§ 2º Julgada improcedente a impugnação, os autos devem ser encaminhados ao registro de imóveis para que o oficial proceda na forma do art. 18-E desta lei.

§ 3º Sendo julgada procedente a impugnação, os autos devem ser restituídos ao registro de imóveis para as anotações necessárias e posterior devolução ao poder público.

§ 4º A prenotação do requerimento de registro da demarcação ficará prorrogada até o cumprimento da decisão proferida pelo juiz ou até seu cancelamento a requerimento da União, não se aplicando às regularizações previstas nesta Seção o cancelamento por decurso de prazo.”

Art. 7º O art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas.

§ 5º Para efeito de aplicação do disposto no **caput** deste artigo, deverá ser observada a anuência prévia:

I – do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, quando se tratar de imóveis que estejam sob sua administração; e

II – do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência de República, observados os termos do inciso III do § 1º do art. 91 da Constituição Federal.” (NR)

Art. 8º Os arts. 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam isentas do pagamento de foros, taxas de ocupação e laudêmios, referentes a imóveis de propriedade da União, as pessoas consideradas carentes ou de baixa renda cuja situação econômica não lhes permita pagar esses encargos sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

§ 1º A situação de carência ou baixa renda será comprovada a cada 4 (quatro) anos, na forma disciplinada pelo órgão competente, devendo ser suspensa a isenção sempre que verificada a alteração da situação econômica do ocupante ou foreiro.

§ 2º Considera-se carente ou de baixa renda para fins da isenção disposta neste artigo o responsável por imóvel cuja renda familiar mensal for igual ou inferior ao valor correspondente a 5 (cinco) salários mínimos.

§ 3º A União poderá delegar aos Estados, Distrito Federal ou Municípios a comprovação da situação de carência de que trata o § 2º deste artigo, por meio de convênio.

§ 4º A isenção de que trata este artigo aplica-se desde o início da efetiva ocupação do imóvel e alcança os débitos constituídos e não pagos, inclusive os inscritos em dívida ativa, e os não constituídos até 27 de abril de 2006, bem como multas, juros de mora e atualização monetária.” (NR)

“Art. 2º

I –

b) as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os fundos públicos, nas transferências destinadas à realização de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social;

c) as autarquias e fundações federais;

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo abrange também os foros e as taxas de ocupação enquanto os imóveis permanecerem no patrimônio das referidas entidades, assim como os débitos relativos a foros, taxas de ocupação e laudêmios constituídos e não pagos até 27 de abril de 2006 pelas autarquias e fundações federais.” (NR)

Art. 9º O Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 32-A:

“Art. 32-A. Os cartórios deverão informar as operações imobiliárias anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas nos Cartórios de Notas ou de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos que envolvam terrenos da União sob sua responsabilidade, mediante a apresentação de Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União – DOITU em meio magnético, nos termos estabelecidos pela Secretaria do Patrimônio da União.

§ 1º A cada operação imobiliária corresponderá uma DOITU, que deverá ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente ao da anotação, averbação, lavratura, matrícula ou registro da respectiva operação, sujeitando-se o responsável, no caso de falta de apresentação ou apresentação da declaração após o prazo fixado, à multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao mês-calendário ou fração, sobre o valor da operação, limitada a 1% (um por cento), observado o disposto no inciso III do § 2º deste artigo.

§ 2º A multa de que trata o § 1º deste artigo:

I – terá como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração;

II – será reduzida:

à metade, caso a declaração seja apresentada antes de qualquer procedimento de ofício;

a 75% (setenta e cinco por cento), caso a declaração seja apresentada no prazo fixado em intimação;

III – será de, no mínimo, R\$ 20,00 (vinte reais).

§ 3º O responsável que apresentar DOITU com incorreções ou omissões será intimado a apresentar declaração retificadora, no prazo estabelecido pela Secretaria do Patrimônio da União, e sujeitar-se-á à multa de R\$ 50,00 (cinqüenta reais) por informação inexata, incompleta ou omitida, que será reduzida em 50% (cinqüenta por cento) caso a retificadora seja apresentada no prazo fixado.”

Art. 10. Os arts. 1.225 e 1.473 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.225.

XI – a concessão de uso especial para fins de moradia;

XII – a concessão de direito real de uso.” (NR)

“Art. 1.473.

VIII – o direito de uso especial para fins de moradia;

IX – o direito real de uso;

X – a propriedade superficiária.

§ 2º Os direitos de garantia instituídos nas hipóteses dos incisos IX e X do **caput** deste artigo ficam limitados à duração da concessão ou direito de superfície, caso tenham sido transferidos por período determinado.” (NR) Art. 11. O art. 22 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

§ 1º A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no SFI, podendo ter como objeto, além da propriedade plena:

I – bens enfitéuticos, hipótese em que será exigível o pagamento do laudêmio, se houver a consolidação do domínio útil no fiduciário;

II – o direito de uso especial para fins de moradia;

III – o direito real de uso, desde que suscetível de alienação;

IV – a propriedade superficiária.

§ 2º Os direitos de garantia instituídos nas hipóteses dos incisos III e IV do § 1º deste artigo ficam limitados à duração da concessão ou direito de superfície, caso tenham sido transferidos por período determinado.” (NR) Art. 12. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 290-A:

“Art. 290-A. Devem ser realizados independentemente do recolhimento de custas e emolumentos:

I – o primeiro registro de direito real constituído em favor de beneficiário de regularização fundiária de interesse social em áreas urbanas e em áreas rurais de agricultura familiar;

II – a primeira averbação de construção residencial de até 70 m² (setenta metros quadrados) de edificação em áreas urbanas objeto de regularização fundiária de interesse social.

§ 1º O registro e a averbação de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo independem da comprovação do pagamento de quaisquer tributos, inclusive previdenciários.

§ 2º Considera-se regularização fundiária de interesse social para os efeitos deste artigo aquela destinada a atender famílias com renda mensal de até 5 (cinco) salários mínimos, promovida no âmbito de programas de interesse social sob gestão de órgãos ou entidades da administração pública, em área urbana ou rural.”

Art. 13. A concessão de uso especial para fins de moradia, a concessão de direito real de uso e o direito de superfície podem ser objeto de garantia real, assegurada sua aceitação pelos agentes financeiros no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

Art. 14. A alienação de bens imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social desnecessários ou não vinculados às suas atividades operacionais será feita mediante leilão público, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo e as seguintes condições:

I – o preço mínimo inicial de venda será fixado com base no valor de mercado do imóvel estabelecido em avaliação elaborada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou por meio da contratação de serviços especializados de terceiros, cuja validade será de 12 (doze) meses, observadas as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

II – não havendo lance compatível com o valor mínimo inicial na primeira oferta, os imóveis deverão ser novamente disponibilizados para alienação por valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor mínimo inicial;

III – caso permaneça a ausência de interessados na aquisição em segunda oferta, os imóveis deverão ser novamente disponibilizados para alienação com valor igual a 60% (sessenta por cento) do valor mínimo inicial;

IV – na hipótese de ocorrer o previsto nos incisos II e III do **caput** deste artigo, tais procedimentos de alienação acontecerão na mesma data e na seqüência do leilão realizado pelo valor mínimo inicial;

V – o leilão poderá ser realizado em 2 (duas) fases:

a) na primeira fase, os lances serão entregues ao leiloeiro em envelopes fechados, os quais serão abertos no início do pregão; e

b) a segunda fase ocorrerá por meio de lances sucessivos a viva voz entre os licitantes cujas propostas apresentem uma diferença igual ou inferior a 10% (dez por cento) em relação à maior oferta apurada na primeira fase;

VI – os licitantes apresentarão propostas ou lances distintos para cada imóvel;

VII – o arrematante pagará, no ato do pregão, sinal correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor da arrematação, complementando o preço no prazo e nas condições previstas no edital, sob pena de perder, em favor do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, o valor correspondente ao sinal e, em favor do leiloeiro, se for o caso, a respectiva comissão;

VIII – o leilão público será realizado por leiloeiro oficial ou por servidor especialmente designado;

IX – quando o leilão público for realizado por leiloeiro oficial, a respectiva comissão será, na forma do regulamento, de até 5% (cinco por cento) do valor da arrematação e será paga pelo arrematante, juntamente com o sinal; e

X – demais condições previstas no edital de licitação.

§ 1º O leilão de que trata o caput deste artigo realizar-se-á após a oferta pública dos imóveis pelo INSS e a não manifestação de interesse pela administração pública para destinação dos imóveis, inclusive para programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social.

§ 2º Caso haja interesse da administração pública, essa deverá apresentar ao INSS, no prazo de 60 (sessenta) dias, proposta de aquisição, nos termos do regulamento, observado o preço mínimo previsto no inciso I do caput deste artigo.

§ 3º Fica dispensado o sinal de pagamento quando os arrematantes forem beneficiários de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social, ou cooperativa ou outro tipo de associação que os represente.

§ 4º O edital preverá condições específicas de pagamento para o caso de os arrematantes serem beneficiários de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social, ou cooperativa ou outro tipo de associação que os represente.

Art. 15. Os bens imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social poderão ser alienados diretamente à União, Distrito Federal, Estados,

Municípios e aos beneficiários de programas de regularização fundiária ou de provisão habitacional de interesse social.

§ 1º Na alienação aos beneficiários de programas referidos no caput deste artigo, deverão ser observadas condições específicas de pagamento e as demais regras fixadas pelo Ministério da Previdência Social.

§ 2º Somente poderão ser alienados diretamente aos beneficiários dos programas de regularização fundiária ou provisão habitacional de interesse social os imóveis que tenham sido objeto de praceamento sem arrematação nos termos do art. 14 desta lei.

§ 3º Os imóveis de que trata o § 2º deste artigo serão alienados pelo valor de viabilidade econômica do programa habitacional interessado em adquiri-los.

§ 4º A alienação será realizada no âmbito do programa habitacional de interesse social, sendo responsabilidade do gestor do programa estabelecer as condições de sua operacionalização, na forma estabelecida pelo órgão federal responsável pelas políticas setoriais de habitação.

§ 5º A operacionalização será efetivada nos termos do § 1º deste artigo, observada a celebração de instrumento de cooperação específico entre o Ministério da Previdência Social e o respectivo gestor do programa.

§ 6º A União, no prazo de até 5 (cinco) anos, compensará financeiramente o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, para os fins do previsto no art. 61 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, pelos imóveis que lhe forem alienados na forma do caput deste artigo, observada a avaliação prévia dos referidos imóveis nos termos da legislação aplicável.

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. (VETADO)

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. (VETADO)

Art. 20. Ficam autorizadas as procuradorias jurídicas dos órgãos responsáveis pelos imóveis de que trata o caput dos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 desta lei a requerer a suspensão das ações possessórias, consoante o disposto no inciso II do caput do art. 265 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, quando houver anuênciam do ente competente na alienação da área ou imóvel em litígio, observados os arts. 14 a 19 desta lei.

Art. 21. O disposto no art. 14 desta lei não se aplica aos imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social que tenham sido objeto de publicação oficial pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, até 31 de agosto de 2006, para alienação no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial instituído pela Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, os quais serão alienados pelo valor de viabilidade econômica do programa habitacional interessado em adquiri-los.

Art. 22. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas regularizações fundiárias de interesse social promovidas nos imóveis de sua propriedade poderão aplicar, no que couber, as disposições dos arts. 18-B a 18-F do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 23. O Poder Executivo, por meio da Secretaria do Patrimônio da União, adotará providências visando a realização de levantamento dos imóveis da União que possam ser destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

Art. 24. As ocupações irregulares de imóveis por organizações religiosas para as suas atividades finalísticas, ocorridas até 27 de abril de 2006, poderão ser regularizadas pela Secretaria do Patrimônio da União mediante cadastramento, inscrição da ocupação e pagamento dos

encargos devidos, observada a legislação urbanística local e outras disposições legais pertinentes.

Parágrafo único. Para os fins previstos no **caput** deste artigo, os imóveis deverão estar situados em áreas objeto de programas de regularização fundiária de interesse social.

Art. 25. A concessão de uso especial de que trata a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, aplica-se também a imóvel público remanescente de desapropriação cuja propriedade tenha sido transferida a empresa pública ou sociedade de economia mista.

Art. 26. A partir da data de publicação desta lei, independentemente da data de inscrição, em todos os imóveis rurais da União destinados a atividade agropecuária sob administração da Secretaria do Patrimônio da União considerados produtivos será aplicada a taxa de ocupação prevista no inciso I do **caput** do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, ressalvados os casos de isenção previstos em lei.

Art. 27. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Ficam revogados:

I – os arts. 6º, 7º e 8º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;

II – o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; e

III – o art. 93 da Lei nº 7.450 de 23 de dezembro de 1985.

Brasília, 31 de maio de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Tarso Genro, Guido Mantega, João Bernardo de Azevedo Bringel, Luiz Marinho, Marcio Fortes de Almeida, José Antonio Dias Toffoli.**

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 436, DE 2007

Acrescenta § 7º ao art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para determinar que o registro do contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente na repartição de trânsito competente para o licenciamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

Art. 66-B.

§ 7º A propriedade fiduciária de veículos constitui-se com o registro do contrato de aquisição exclusivamente na repartição competente para o licenciamento, celebrado

por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, fazendo-se a anotação no certificado de registro, sendo considerados nulos convênios firmados entre entidades de títulos e registros públicos e repartições de trânsito que disponham de modo diverso. (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem o propósito de regularizar a formalização aquisitiva da propriedade fiduciária, em vista de que o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão unânime proferida sobre a ADI nº 2.150-8, considerou constitucional o registro da alienação fiduciária de veículos diretamente nas repartições de trânsito, com a dispensa de intermediação dos cartórios.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por sua vez, ao examinar a questão legal, também considera suficiente o registro dos contratos de alienação de veículos feito nas repartições de trânsito.

Consoante dispõe o § 1º do art. 1.361 do Código Civil, os consumidores estão dispensados do registro de contratos de financiamento, alienação fiduciária, arrendamento mercantil ou consórcio, o que representa redução de custo, desburocratização do processo aquisitivo e estímulo ao consumo, porquanto os consórcios respondem por cerca de oitenta por cento dos veículos comercializados no país.

O registro cartorial também se mostrou ocioso ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DEPEC), do Ministério da Justiça, por não agregar qualquer vantagem ao bolso do consumidor.

Nessa esteira, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) baixaram atos normativos visando a autorizar os Departamentos de Trânsito (Detrans) a realizarem o registro sem a formulação de exigência do registro em cartório. Por essa razão é que, em São Paulo, o Detran emite o documento, aliena e desaliena o carro, sem custo para o consumidor.

Nada obstante a jurisprudência emanada das mais altas Cortes de Justiça do país e a interpretação do texto legal favorável ao cidadão, o seu direito vem sendo burlado por convênios firmados entre repartições de trânsito e cartórios de registro de títulos e documentos, a um custo médio da ordem de R\$ 250,00 por contrato, chegando-se ao paroxismo, em alguns municípios brasileiros, onde se cobram percentuais sobre o valor de aquisição do veículo.

Essa é a razão da presente medida, com a qual se quer consolidar a conquista de poder registrar a

aquisição de veículos tão-só nas repartições de trânsito, sem a interveniência dos cartórios e sem os custos adicionais desse registro.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Edison Lobão**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 868, 2007

Requer voto de aplauso ao jornalista José Roberto Marinho, Presidente da Fundação Roberto Marinho, agraciado com o título de Personalidade da Educação aferido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao jornalista José Roberto Marinho, Presidente da Fundação Roberto Marinho, que receberá amanhã, dia 7 de agosto de 2007, em Londrina/PR, o título de *Personalidade da Educação*, a ele conferido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento, pela meritória obra desenvolvida em favor da Educação no Brasil.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do jornalista e à Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento.

Justificação

O Presidente da Fundação Roberto Marinho, jornalista José Roberto Marinho, estará amanhã, dia

7 de agosto de 2007, na cidade de Londrina, norte do Paraná, para proferir palestra intitulada EDUCAÇÃO, VALORES E LIDERANÇA PARA MUDANÇAS. Na oportunidade, o jornalista será agraciado com o título de PERSONALIDADE DA EDUCAÇÃO. Será em reconhecimento ao seu mérito trabalho, e das Organizações Globo, em favor da Educação no Brasil. Só com o *TELE CURSO 2000*, essa iniciativa da Fundação Roberto Marinho beneficia 27 mil telessalas em todo o País, alcançando, a contar de 1995, nada menos de 5 milhões de brasileiros formados no ensino fundamental e médio. Além disso, a FRM, com seus projetos, capacitou 30 mil professores e distribuiu 24 milhões de livros. É justo, pois, o voto que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 869, DE 2007

Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento, para o dia 19 de setembro de 2007, da realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 27 de agosto de 2007, destinada a homenagear Dom Helder Câmara, no transcurso do oitavo aniversário de seu falecimento.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 870, DE 2007

Requer voto de pesar pelo falecimento do atleta Carlos Feitosa, que integrou a equipe de vôlei do Flamengo na década de 60.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento, no mês de julho de 2007, do vitorioso jogador de vôlei Carlos Feitosa, ou simplesmente “Feitosa”.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do atleta, por intermédio da diretoria do Flamengo, do Rio de Janeiro.

Justificação

Feitosa, como era chamado o craque do vôlei Carlos Feitosa, foi um dos melhores valores que, nos anos 60, integrou a Seleção Brasileira de Vôlei, além de encantar, como membro da equipe do Flamengo, o grande público amante dessa modalidade de esporte. Ele faleceu no final de julho de 2007, quase no esquecimento. Apenas teve a lembrá-lo outro grande valor do vôlei, Victor Barbosa, o Vitinho, ambos integrantes da Seleção Brasileira daquela época. Vitinho mandou celebrar, na segunda-feira, dia 6 de agosto de 2007, missa em intenção da alma de seu companheiro de jornada esportiva. O ato religioso realizou-se na Igreja de Santa Mônica, no Leblon. O voto de pesar que ora requeiro justifica-se: Feitosa é um dos nomes de maior relevo do cenário esportivo brasileiro.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 871, DE 2007

Requer voto de pesar pelo falecimento do Maior Brigadeiro Gerseh Nerval Barbosa, Comandante do Serviço de Transporte Especial da Presidência da República no Governo Costa e Silva, e Chefe do Serviço Secreto da Aeronáutica no Governo Médici, falecido em 4 de agosto de 2007.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento, no dia 4 de agosto de 2007, do Major Brigadeiro Gerseh Nerval Barbosa, Comandante do Serviço de Transporte Especial da Presidência da República

no Governo Costa e Silva, e Chefe do Serviço Secreto da Aeronáutica no Governo Médici.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Militar e ao Comando da Aeronáutica.

Justificação

Então capitão-aviador da Força Aérea Brasileira, o paranaense Gerseh Nerval Barbosa foi uma dos figurantes do movimento revolucionário contrário ao Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. O Movimento, conhecido como “Revolução de Aragarças”, não mereceu, no entanto, o apoio da sociedade brasileira, por ter sido considerado antidemocrata, pelo que durou pouco mais de uma semana. Mas representou uma iniciativa que acabou se inscrevendo na história política do Brasil, numa época de plena democracia. Em livro do jornalista Pedro Rogério Moura (Bela Noite para Voar), Gerseh diz não ter se arrependido de seu gesto contrário ao Governo JK. Nessa época, 1959, o militar apoderou-se de um avião Beechcraft de uma companhia mineradora e voou para a região de Aragarças. Mesmo com o malogro da revolta, Gerseh não se rendeu, rumando, num G-47 para o Paraguai. Mais tarde, quando o então Presidente Juscelino anistiou os rebeldes, Gerseh voltou para o Brasil, retomando sua carreira na FAB, numa evidente demonstração do vigor da democracia à época. Reformado como Major-Brigadeiro, ele veio a falecer no dia 4 de agosto de 2007, sábado último.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. N° 142/2007/CAE

Brasília, 11 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 10 de julho do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do OF. CAE n° 27/2007-Circular, o Aviso n° 242/GMF -Aviso n° 19/07, de 26 de junho de 2007, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal n° 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no

mês de maio de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência determina o arquivamento do **Aviso nº 19, de 2007**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.183/P

Brasília, 25 de julho de 2007

MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3.929

Requerente: Governador do Estado de São Paulo

Requerido: Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos da decisão cuja cópia segue anexa, deferi o pedido de medida cautelar formulado, **ad referendum** do Plenário e até o julgamento final desta ação, para suspender os efeitos da Resolução nº 7, de 21-6-2007, do Senado Federal, tão-somente com relação aos arts. 6º e 7º da Lei nº 7.003/90 e aos arts. 4º, 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 da Lei nº 7.646/91, ambas do Estado de São Paulo.

Atenciosamente, – Ministra **Ellen Gracie**, Presidente.(RISTF, art. 13, VIII).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processo do Projeto de Resolução nº 29, de 2007, e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência lembra às Srªs e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às dez horas, destinada a homenagear o Sr. Antonio Ernesto Werna de Salvo, de acordo com o Requerimento nº 812, de 2007, do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores.

Lembro ainda que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme a comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, poderão usar a palavra os Líderes ou quem S. Exªs indicarem.

Não havendo nada mais a tratar...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Não, Sr. Presidente. Eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pois V. Exª tem a nossa sensibilidade.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de reiterar um ponto importante. Nós não sabemos inteiramente tudo o que aconteceu com os pugilistas. É possível que, conforme...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Exª me permite?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Posso completar a frase?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois é justamente nisso que se agiu errado. Poderíamos ter sabido e ter dado a eles o direito de esclarecimento. Se há prazo, para que pressa? Já dizia o estadista Petrônio Portella. Por que essa precipitação? Eles não estavam causando insegurança nenhuma a nossos princípios democráticos e à ordem democrática.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Absolutamente.

Eu estou de acordo que deveremos solicitar – aliás, transmiti hoje que tentei falar e vou tentar falar ainda com o Ministro das Relações Exteriores – para que o Ministério possa explicar inteiramente se os dois pugilistas, de fato, reiteraram, seja por escrito, seja pela forma que for, que desejavam retornar a Cuba, conforme está explicitado na imprensa que eles desejavam fazê-lo.

É importante também que o Presidente em licença, Fidel Castro, tenha dito que não haverá qualquer punição, prisão ou retaliação para com os pugilistas.

Assim como V. Exª e os demais Senadores que aqui falaram hoje, quero um esclarecimento mais completo. Estou solidário a essa causa. Reitero aqui o que disse o Presidente Lula em seu artigo: “Sou inteiramente favorável à livre circulação de pessoas nas três Américas e queremos chegar a esse objetivo”.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o ex-Governador Geraldo Alckmin pelo casamento de sua filha, já que V. Exª mencionou esse acontecimento. Eu estava em Moçambique no dia 27 e não pude cumprimentá-lo nem sua senhora, sua filha e o noivo de sua filha. No entanto, na sexta-feira, visitei o ex-Governador Geraldo Alckmin, cumprimentei-o e pedi-lhe que transmitisse à sua senhora e ao casal de noivos os meus cumprimentos no sentido de que possam constituir uma família muito feliz. Eu gostaria de registrar isso, uma vez que não pude estar presente. Na oportunidade, inclusive, agradeci ao ex-Governador Geraldo Alckmin pela maneira sempre cortês e respeitosa com

que sempre me tratou como Senador por São Paulo. Reiterei a ele que, em todas as ocasiões, durante o seu mandato como Governador, não importando a razão, fosse por questões de movimentos sociais ou por questões importantes para o Estado de São Paulo e para o País, ele sempre atendeu ou retornou de pronto as minhas ligações.

Portanto, quero manifestar a atitude de construção e de colaboração que tenho para com ele, ainda que sejamos de Partidos diferentes.

Inclusive lembrei a ele a importância de também colaborar para que a sede do Parlatino permaneça em São Paulo. Como, aliás, está sendo objeto de diálogo e cooperação entre o Governo do Estado de São Paulo, o Ministério das Relações Exteriores e o próprio Congresso Nacional, atendendo a pedido dos membros do Parlamento Latino-Americano que encontrei em Caracas, na Venezuela, na última semana, e o apelo do Presidente do Parlamento Latino-Americano, Senador Jorge Pizarro, que, em maio último – V. Ex^a estava presente, com nossa delegação –, disse-nos o quanto importante será que aquela obra, feita por um dos maiores arquitetos do mundo, Oscar Niemeyer, para ser um Parlamento Latino-Americano, continue sendo a sede.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Agradecemos e lembramos a V. Ex^a que mande para Cuba – o Fidel não lê mais –, ou para Luiz Inácio Ernest Hemingway, norte-americano que viveu em Cuba quando tinha esperança de que lá houvesse liberdade. Conheço Havana e ele freqüentava a Bodeguita del Medio. E está escrito em uma cartolina lá: **Mojito, el mejor está en la Bodeguita del Medio, y daiquirí, en el Floridita.**

Mas o livro que ele escreveu em Cuba, **O Velho e o Mar**, ensina que o homem tem que ter esperança de liberdade. E não é isso que estamos vendo. Aprisionaram o homem, tiraram o mais fundamental da vida, que é a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Sr. Senador Gerson Camata, a Sr^a Senadora Fátima Cleide e o Sr. Senador Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, diante das relações comerciais repletas de sobressaltos com nosso principal fornecedor de gás natural, a Bolívia, merece registro a decisão da BR Distribuidora, anunciada esta semana, de investir

R\$156 milhões na ampliação da rede de distribuição de gás no Espírito Santo.

A produção capixaba de gás natural deve chegar a 18 milhões de metros cúbicos no ano que vem, e atingir 20 milhões em 2010, o que colocará o Espírito Santo em primeiro lugar entre os Estados produtores.

A ampliação da rede abrange, além de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, que já contam com abastecimento de gás natural, duas cidades do Sul, Cachoeiro do Itapemirim e Anchieta. O número de consumidores de gás natural no Estado deve crescer de 6 mil e 500 para 40 mil nos próximos quatro anos. Um ramal a ser construído em Anchieta atenderá a uma demanda de 750 mil metros cúbicos de gás por dia, da empresa Samarco Mineração. Em Guarapari, 22 unidades industriais, metade delas do segmento de rochas, serão atendidas pela rede de distribuição, com 60 quilômetros de extensão, que deve ficar pronta até o fim de 2008.

No setor petrolífero, a Bacia do Espírito Santo, a segunda maior do País em volume de produção, registrou em maio um novo recorde diário de exploração, com uma extração diária de 141 mil e 700 barris. Além disso, a empresa encontrou um reservatório de petróleo leve, o que tem a melhor cotação no mercado internacional, no campo de Pirambu.

O petróleo e o gás prometem ser, nos próximos anos, o chamado “motor do desenvolvimento” do Espírito Santo, mas há grandes empreendimentos de outros setores já instalados ou em fase de ampliação, além de projetos de atração de fornecedores para áreas que incluem petróleo, mineração e metalurgia, papel e celulose e rochas.

Tudo isso exige infra-estrutura, terminais portuários, rodovias e ferrovias em condições de escoar a produção. No setor portuário, o Estado tem uma série de reivindicações, entregues pelo governador Paulo Hartung ao ministro da Secretaria de Portos, Pedro Brito, que esteve recentemente em Vitória.

São obras de melhoria, ampliação e dragagem em portos no Espírito Santo, urgentes e necessárias. Devido à falta de espaço e outros problemas, como a finalização da dragagem, desde 2004 o Porto de Vitória vem perdendo embarque de cargas para outros terminais portuários. O terminal de contêineres de Vila Velha está saturado e não atende ao crescimento da economia capixaba e de outros Estados que o utilizam para o embarque de suas mercadorias.

As deficiências na infra-estrutura logística são uma ameaça séria, pois impedem o crescimento da economia, desestimulando o setor produtivo e afastando investidores. As reivindicações devem receber, como o próprio ministro reconheceu, tratamento

de emergência, para garantir que o Espírito Santo mantenha a competitividade e o dinamismo que têm caracterizado seu processo de desenvolvimento nos últimos anos.

Era o que eu tinha a dizer., Sr. Presidente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, durante 16 dias, o Brasil acompanhou com muito carinho e interesse a trajetória de nossos atletas nos Jogos Pan-Americanos, realizado no Rio de Janeiro, bela cidade que abraçou com entusiasmo e participação todas as delegações de atletas, aumentando ainda mais o orgulho que sentimos por ter em nosso mapa região tão hospitalar e alegre.

Muitos aqui estiveram presentes na abertura do PAN, eu também estive, e pude testemunhar a corrente vibrante do público que lá esteve para saudar nossos valentes atletas. Muitos também já tiveram a oportunidade de, desta tribuna, homenagear os guerreiros e guerreiras do esporte que enalteceram o Brasil perante o mundo.

É o que também faço agora. Não cabem em algumas poucas palavras tudo o que significou estes Jogos Pan-Americanos, as lições que nos deixa, o aprendizado por vir a partir desta extraordinária edição dos jogos.

Mas vale mais uma vez exaltar a força e a capacidade de nossos jovens atletas, a superação pessoal de dificuldades, e o feito do Brasil ocupar honrosa presença ao lado de Estados Unidos e Cuba dentre os primeiros em número de medalhas.

A maior delegação da história do País em jogos Pan-Americanos, 648 atletas brasileiros competiram com muita dignidade e determinação em todas as modalidades disputadas. Foram parte do total de 5.662 atletas de 42 países – uma convivência valiosa, que só o esporte é capaz de proporcionar.

São muitos os atletas que poderíamos aqui citar, por sua participação exitosa, isto é, pelo alcance do objetivo a que se propuseram, a de retornar para casa com uma medalha no peito.

Mas, para evitar injustiça com eventual esquecimento, através das meninas de nossa seleção feminina de futebol, a Marta, a Andréia, a Aline, Renata Costa, Tânia, Elaine, Daniela, Formiga, Rosana, Cristiane e Maycon, rendo agradecimentos e carinho a todos os nossos atletas.

Seu brilho verde-amarelo contagiou nossos corações. Sua garra nos revela uma certeza: o governo brasileiro está no caminho certo ao trilhar por uma política nacional de esporte destinada ao cresci-

mento de oportunidades sociais e fortalecimento da cidadania.

Por isso, parabenizo o ministro Orlando Silva e sua equipe pela dedicação à tarefa de concretizar no imenso Brasil as diretrizes de sua pasta, estabelecidas na ampliação da infra-estrutura esportiva; qualificação de recursos humanos; aprimoramento da gestão do esporte e na construção da cadeia produtiva do esporte.

Não posso deixar de parabenizar, ainda, todos os dirigentes desportistas, dirigentes das confederações e entidades das modalidades desportivas presentes no PAN que se esforçaram para que os Jogos no Brasil fossem desenvolvidos com pleno sucesso.

Finalmente, homenageio uma grande mulher, carnavalesca vitoriosa, responsável pelo memorável show de abertura do PAN, Rosa Magalhães.

Toda a energia daquele espetáculo seria infinitamente menor se não houvesse a criatividade e habilidade de Rosa em trabalhar em grandes espaços, unindo as diferentes artes na sua invenção de desenhar espetáculos inesquecíveis, de cores e detalhes únicos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, as economias modernas exigem elevados níveis de poupança, eficiência, produtividade e investimento, para financiar de madeira adequada empreendimentos públicos e privados, necessários para assegurar estabilidade econômica e níveis elevados de crescimento.

Os fundos de pensão desempenham importante papel como fontes de poupança estáveis necessárias ao processo de desenvolvimento econômico e social. Constituem-se, ainda, em mecanismo moderno para tornar nossa economia mais aberta, mais competitiva, mais globalizada e com práticas comparáveis às vigentes no chamado “Primeiro Mundo”.

No Brasil, os fundos de pensão completam 30 anos de existência, acumularam um montante de recursos superior a 380 bilhões de reais, equivalentes a 16,7% do Produto Interno Bruto e contribuíram diretamente para o bem-estar atual e futuro da classe média brasileira. Além disso, representam uma opção mais moderna para a antiga aposentadoria funcional garantida pelo Tesouro Nacional.

Novas empresas e novas agências governamentais passaram a utilizar o mecanismo dos fundos de pensão, como instrumento de valorização do seu quadro de pessoal.

Como instituições fundamentais do capitalismo moderno, os fundos de pensão contribuíram para o processo de privatização de diversas empresas públicas, reduzindo os excessos do antigo setor estatal, dando mais eficiência e dinâmica à economia, como um todo.

Os fundos de pensão norteiam seus investimentos por uma lógica de longo prazo, diversamente dos parâmetros observados pelo mercado financeiro, baseados na lucratividade de curto prazo, que envolve um componente de natureza especulativa.

Como investidores institucionais, os fundos de pensão trabalham com um horizonte temporal mais longo do que o investidor individual, podendo financiar empreendimentos necessários ao desenvolvimento da economia, com prazo de retorno de longo prazo.

A crise das finanças públicas, que se agravou a partir dos anos 80, realça o papel estratégico dos fundos de pensão, como ferramentas essenciais ao desenvolvimento da economia.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu gostaria de destacar o papel desempenhado pelo fundo de pensão que tem como mantenedora uma das maiores instituições nacionais: a Caixa Econômica Federal.

A Caixa, além de sua missão relevante como agente financeiro governamental, tem preocupação especial com seu quadro de funcionários e apóia de forma inconteste a Funcionários, entidade fechada de previdência complementar, organizada sob a forma de fundação.

A Caixa Econômica, cumprindo seu papel de entidade patrocinadora, tem zelado pela política de aplicações da Funcionários, que privilegia o equilíbrio atuarial, a ética, a prudência, a transparéncia, a eficácia e a profissionalização dos seus dirigentes.

O patrimônio da Funcionários atingiu a cifra de 24,9 bilhões de reais, em dezembro de 2006, o que demonstra o trabalho incansável desenvolvido pela atual administração, que enfrentou momentos difíceis, decorrentes de investimentos realizados no passado sem o devido rigor técnico.

A construção de um novo plano de benefícios, a mudança do estatuto, a eleição para representantes dos participantes e a criação dos Comitês de Ética, Benefícios e Investimentos são conquistas dos servidores da Caixa Econômica e da Funcionários que merecem destaque e apontam para um futuro de sucesso e vitórias.

Quero, neste momento, me congratular com os servidores da Caixa Econômica Federal e, particularmente, com os associados da Funcionários e seus dirigentes, pelo trabalho relevante que estão realizando no campo da previdência social e no desenvolvimento de nossa economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr's e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 19, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 7-9-2007

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 12-9-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 368, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 17-9-2007

4

MEDIDA PROVISÓRIA N° 370, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 18, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 21-9-2007

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Shhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que autoriza a República Federativa do Brasil a contra-

tar operação de crédito externo, no valor total de cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco International para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proáguia].

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI* (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 22, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco International para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América* (financiamento parcial do Premar).

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art.*

18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo),

que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos

do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatoria ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996*.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maia.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Augusto Botelho.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção para a Redução dos Casos de Apatrédia, celebrada em 30 de agosto de 1961*.

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das *Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD*.

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do *Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo de Cooperação Ju-*

dicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

39

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada esta sessão do Senado da República do Brasil, segunda-feira, 6 de agosto de 2007, iniciada às 14 horas e concluída às 18 horas e 59 minutos.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 59 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

DEM – (vago)¹ *
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery^(S)*
PSDB – Flexa Ribeiro^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás

DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

DEM – Efraim Moraes*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí

DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *

DEM – José Agripino*

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto ^(S)

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾	
(DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007

Designação: 5.6.2007

Instalação:

Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago)³	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB

Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB

Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB

Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago)¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM (vago) ¹	1. Eliseu Resende – DEM 2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azzeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB

Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
PMDB	
Inácio Arruda – PcdB	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) [†]
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[†] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR**
(7 titulares e 7 suplentes)

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp 2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretaria: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995	4ª Eleição Geral: 13.03.2003
2ª Eleição Geral: 30.06.1999	5ª Eleição Geral: 23.11.2005
3ª Eleição Geral: 27.06.2001	6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral: 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003
3^º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (*) Vago
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), ocorrido em 20-7-2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS